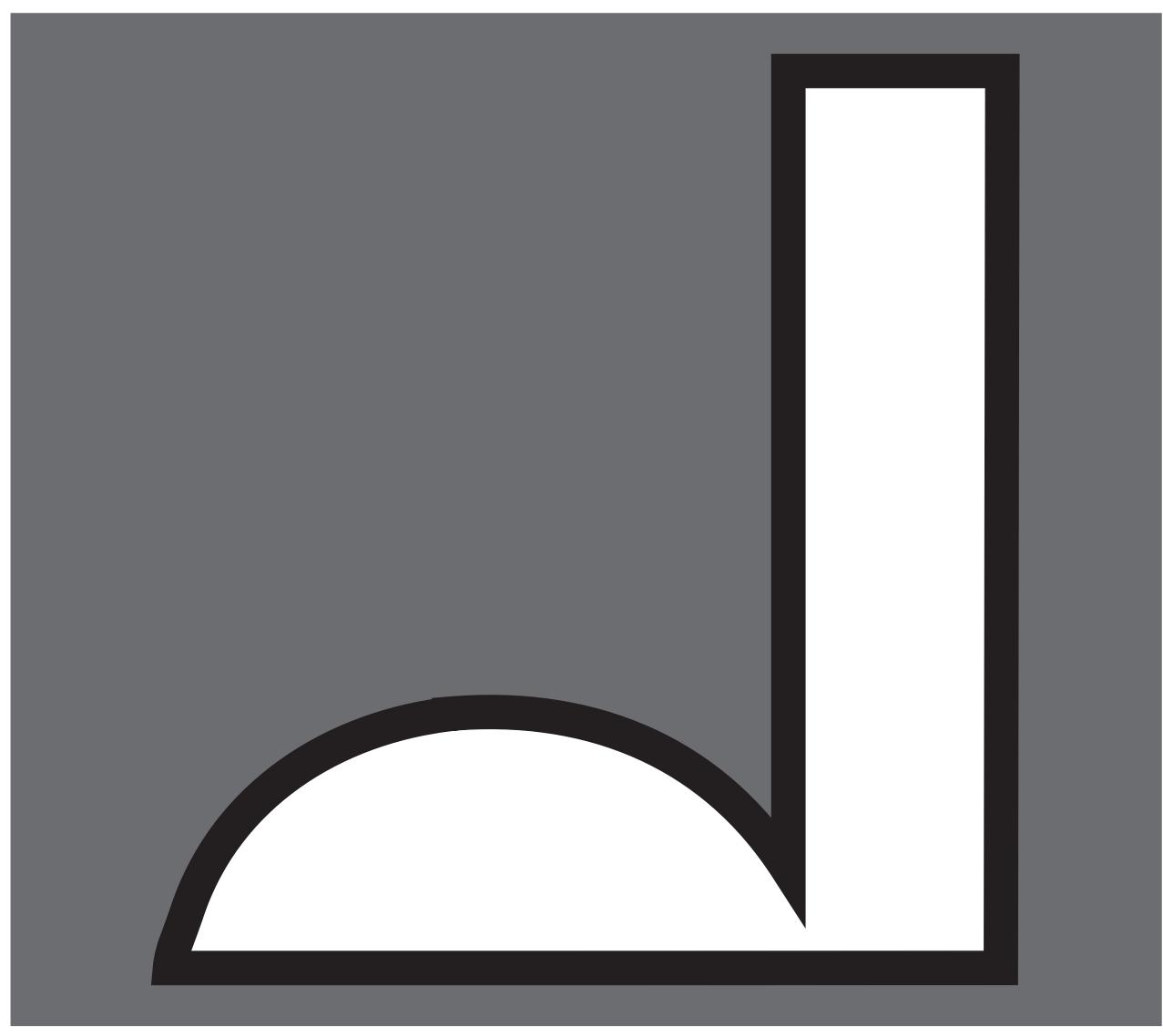




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 148 - SEXTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges – DEM-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19 LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 19 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 27 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM¹/PSDB) – 29 LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES LÍDER DO DEM – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 54

Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal e acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.
I –
.....
c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
.....” (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 95:

“Art. 95. Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil.”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, em 20 de setembro de 2007.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arlindo Chinaglia
Presidente

Deputado Nárcio Rodrigues
1º Vice-Presidente

Deputado Inocêncio Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Osmar Serraglio
1º Secretário

Deputado Ciro Nogueira
2º Secretário

Deputado Waldemir Moka
3º Secretário

Deputado José Carlos Machado
4º Secretário

MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Alvaro Dias
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Morais
1º Secretário

Senador Gerson Camata
2º Secretário

Senador César Borges
3º Secretário

Senador Magno Malta
4º Secretário

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 55

Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 159

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma:

.....
d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;

.....” (NR)

Art. 2º No exercício de 2007, as alterações do art. 159 da Constituição Federal previstas nesta Emenda Constitucional somente se aplicam sobre a arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados realizada a partir de 1º de setembro de 2007.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 20 de setembro de 2007.

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arlindo Chinaglia
Presidente

Deputado Nárcio Rodrigues
1º Vice-Presidente

Deputado Inocêncio Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Osmar Serraglio
1º Secretário

Deputado Ciro Nogueira
2º Secretário

Deputado Waldemir Moka
3º Secretário

Deputado José Carlos Machado
4º Secretário

MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Alvaro Dias
2º Vice-Presidente

Senador Efraim Moraes
1º Secretário

Senador Gerson Camata
2º Secretário

Senador César Borges
3º Secretário

Senador Magno Malta
4º Secretário

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 161ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 20 DE SETEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 1.448/2007, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 907, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti. 32223

1.2.2 – Ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Nº 20/2007, de 5 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 899, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 32223

1.2.3 – Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 415/2007, de 12 do corrente, encaminhando o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2003 (nº 4.019/2004, naquela Casa), que altera o § 4º do artigo 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do nível de formação dos professores da educação básica.... 32223

Nº 416/2007, de 12 do corrente, encaminhando as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004 (nº 5.506/2005, naquela Casa), que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. 32225

Nº 427/2007, de 13 do corrente, encaminhando as Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2003 (nº 4.747/2005, naquela Casa), que regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições. 32227

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui o ano de 2010 como “Ano Nacional Joaquim Nabuco”... 32243

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCONI PERILLO – Reflexão sobre a atual situação social e econômica do Brasil. 32244

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Solidariedade ao jornalista Amaury Ribeiro Jr., vítima de atentado à bala na Cidade Ocidental, no entorno de Brasília, quando fazia reportagens sobre tráfico de drogas. Reflexão sobre a diminuição da pobreza absoluta no Brasil. 32253

SENADOR MÃO SANTA – Críticas à maneira como o Governo combate a seca no Piauí. A crise na saúde pública do Piauí. 32254

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Críticas ao bloqueio pelo Ibama de 150 quilômetros de praia no Espírito Santo e à resolução da Anvisa que prejudica o atendimento aos dependentes de drogas. 32257

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.081, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Carlos Antonio de Almeida Ferreira. **Aprovado.** 32260

Nº 1.082, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 37 e 40, de 2007, por regularem a mesma matéria. **Deferido, conforme decisão da Comissão Diretora do Senado Federal.** 32260

Nº 1.083, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2007, com Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, e 80 de 2004, e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 52 e 99, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria. 32260

Nº 1.084, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e escritor cearense Eduardo Campos, ocorrido em Fortaleza, no dia 19 de março de 2007. 32261

Nº 1.085, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao Estado do Rio Grande do Sul, em homenagem ao povo

gaúcho, pelo Dia do Gaúcho e da Revolução Farroupilha..... 32261

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CÉSAR BORGES – Considerações sobre a diminuição da pobreza no País, destacando a necessidade de política do Governo Federal para o combate às desigualdades regionais. 32262

SENADOR TIÃO VIANA – Preocupação com a baixa umidade relativa do ar, especialmente na região Centro-Oeste. Apelo pelo cumprimento da Lei Distrital nº 1.590, de 25 de julho de 1997, que prevê suspensão extraordinária nos períodos de maior baixa de umidade relativa do ar nas escolas públicas e particulares de primeiro e segundo graus de ensino. 32266

SENADOR EFRAIM MORAIS – Considerações sobre a diminuição da pobreza no País e o combate à seca no Piauí pelo Governo Federal. Preocupação com a praga da cochonilha do carmim, cultivada em laboratório da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, que está infestando as plantações da palma forrageira, importante fonte de alimentação dos rebanhos..... 32268

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Registro do comparecimento de S. Ex^a ao Confea, hoje, a fim de proferir palestra sobre os marcos regulatórios e a responsabilidade do Senado Federal.... 32273

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Manifestação a respeito da pauta de votações do Plenário nesta semana. Considerações sobre a entrada da febre aftosa no País. Cobrança de solução para a greve dos fiscais federais agropecuários.... 32277

SENADOR JAYME CAMPOS – Solidariedade ao pronunciamento do Senador José Agripino. Considerações sobre a proposta de emenda à Constituição que devolve aos estados a prerrogativa de legislar sobre a criação de municípios..... 32279

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Registro da apresentação, na Aneel, dos estudos de viabilidade da hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia. Apelo pela realização, ainda neste ano, do primeiro leilão de energia elétrica daquela hidrelétrica..... 32281

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Cumprimentos aos prefeitos brasileiros pela promulgação da emenda constitucional que aumenta a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios..... 32282

1.2.8 – Parecer

Nº 812, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 52, de 2007 (nº 105/2007, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Ministro João Oreste Dalazen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga

decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo. 32285

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 55, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral e outros Senhores Senadores, que dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal (retira a obrigatoriedade de ser secreta a sessão destinada a apreciar perda de mandato de Senador). 32288

Adoção pelo Senhor Presidente da República, em 18 de setembro de 2007 e publicação no dia 19 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira”. *Fixação do prazo e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 32288

1.3 – ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 25.

São os seguintes os itens transferidos:

Item 1

Parecer nº 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT..... 32289

Item 2

Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS..... 32289

Item 3

Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República

submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.....	32289
Item 4	
Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.....	32290
Item 5	
Parecer nº 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN..	32290
Item 6	
Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Julio Cesar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.....	32290
Item 7	
Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.....	32290
Item 8	
Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.....	32290
Item 9 (Proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007, que altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes	

próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007).....	32290
Item 10 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Medida Provisória nº 375, de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências....	32290
Item 11 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Medida Provisória nº 376, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil e trezentos e oitenta reais, para os fins que especifica.....	32291
Item 12 (Proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007).....	32291
Item 13 (Proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados (proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007).....	32291

Item 14 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído na Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno) (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.....

32291

Item 15 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.....

32292

Item 16 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.....

32292

Item 17 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.....

32292

Item 18 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito). ..

32292

Item 19 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que específica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.....

32293

Item 20 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. ..

32293

Item 21

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

32293

Item 22

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.....

32293

Item 23

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....

32293

Item 24

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

32293

Item 25

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.....

32294

que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.....

32295

Item 26

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.....

32294

Item 34

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.....

32295

Item 27

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.....

32294

Item 35

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.....

32295

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.....

32294

Item 36

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994...

32295

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.....

32294

Item 37

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.....

32295

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que cria instituído o Programa Disque Idoso.....

32294

Item 38

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.....

32295

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.....

32294

Item 39

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.....

32296

Item 32

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.....

32295

Item 40

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.....	32296	ro Jr. Comentários sobre pesquisa do IBGE que apresenta números animadores, como o aumento do rendimento médio do trabalhador.....	32297
Item 41		SENADORA ROSALBA CIARLINI – Relato de fato ocorrido quando da passagem da imagem de Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira do Brasil, na cidade de Natal. Cobrança de ações de combate à seca no semi-árido nordestino.....	32299
Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.	32296	SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Registro da realização do II Encontro Nacional dos Povos da Floresta, em Brasília. Registro de recebimento de carta em defesa dos direitos dos jovens indígenas.....	32301
Item 42		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Encaminhamento à Mesa de artigo do ex-Deputado Hélio Duque, em que condena os 46 senadores que absolveram o Presidente da Casa, em recente sessão secreta.....	32303
Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.....	32296	SENADOR VALTER PEREIRA – Solidariedade ao jornalista Amaury Ribeiro Jr. Considerações sobre o PAC da Segurança Pública.....	32305
Item 43		SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Solidariedade ao jornalista Amaury Ribeiro Jr. Ponderações sobre a sugestão de extinção do Senado Federal.....	32306
Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.....	32296	1.3.2 – Apreciação de matéria Requerimento nº 1.078, de 2007, lido em sessão anterior. Aprovado	32308
Item 44		1.3.3 – Discursos apóis a Ordem do Dia (continuação) SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Denúncia do aumento da tuberculose em todo o país. O importante trabalho realizado pelo Instituto da Cidadania Brasil. Registro de vitória obtida pelo Estado do Amazonas, ontem, no Supremo Tribunal Federal, que obteve liminar contra normas do Estado do Paraná que criam vantagens para produtos da sua indústria de processamento eletrônico de dados em prejuízos dos fabricados no Pólo Industrial de Manaus.....	32309
Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.....	32296	1.3.4 – Leitura de requerimento Nº 1.086, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pleno restabelecimento ao jornalista Amaury Ribeiro Jr., baleado ontem, dia 19 de setembro de 2007, no Entorno de Brasília, quando preparava matéria para o Correio Braziliense . Aprovado , tendo usado da palavra os Srs. Arthur Virgílio e Mão Santa. ..	32317
Item 45		1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Elogios à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima pelo lançamento da campanha “Turismo Sexual: não embarque nessa viagem!”, e alerta para o fato de o Brasil possuir mais de 240 rotas com fins de exploração sexual e corrupção de menores.....	32318
Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.	32297		
Item 46			
Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.....	32297		
Item 47			
Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.	32297		
1.3.1 – Discursos apóis a Ordem do Dia			
SENADOR RENATO CASAGRANDE , como Líder – Solidariedade ao jornalista Amaury Ribeiro Jr. Comentários sobre pesquisa do IBGE que apresenta números animadores, como o aumento do rendimento médio do trabalhador.....			

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Ninguém escapou”, publicada na revista Veja , edição de 5 do corrente.....	32319	Nacional, nos termos do caput do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas do Tribunal de Contas da União – TCU, exercício de 2006.....	32333
SENADOR MARCONI PERILLO – Registro da matéria intitulada “Repórteres sem Fronteiras critica ataque do PT à mídia”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 3 de agosto último.....	32326	3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 4.736 a 4.739, de 2007	32335
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Prefiro cães a ladrões”, publicada na revista Veja , edição de 29 de agosto último....	32327	SENADO FEDERAL	
SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “Negócio sob suspeita”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 7 de agosto último.....	32330	4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA	
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “De volta à prisão”, publicada na revista Veja , edição de 15 de agosto último.....	32331	5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria intitulada “Tráfico tenta matar jornalista”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 20 do corrente.....	32332	6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
1.3.6 – Comunicação da Presidência Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária terça-feira, dia 25, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	32333	7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
1.4 – ENCERRAMENTO		8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
2 – PARECER Nº 48, de 2007, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 8/007-CN, que encaminha ao Congresso		9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
		14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 161^a Sessão Deliberativa Ordinária em 20 de Setembro de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias e Mão Santa.

(ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:)

REGISTRO DE COMPARCIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 20/9/2007 07:37:45 até 20/9/2007 19:39:49

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIRO SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	
DEM	PB	Efraim MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLAS	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdab	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉREZ	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDIO	X	
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SÉRYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

Compareceram: 63 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO
DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA**

– Nº 1.448/2007, de 12 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 907, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

– Nº 20/2007, de 5 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 899, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 415/07/PS-GSE

Brasília, 12 de setembro de 2007

Assunto: envio de PL para apreciação

Senhor Secretário,

Encamínho a Vossa Excelência, a fim de serem submetidas à apreciação do Senado Federal, nos

termos do art. 134 do Regimento Comum, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.019, de 2004, do Senado Federal (PLS nº 358/03 na Casa de origem), que “Altera o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, acerca do nível de formação dos professores da educação básica”, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A matéria vai à Comissão de Educação.

É o seguinte o substitutivo:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 358, DE 2003**

(Nº 4.019/2004, naquela casa)

Altera os arts. 62 e 87 e acrescenta o art. 87-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

”Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena.

Parágrafo único. Para o exercício do magistério na educação infantil, exigir-se-á, como formação mínima, aquela oferecida em nível médio, na modalidade normal.”(NR)

“Art. 87

.....
§ 4º A União manterá diretamente programa próprio e oferecerá apoio técnico e financeiro aos programas dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados à habilitação em nível superior do magistério da educação básica.

.....
§ 7º Aos docentes da rede pública que não tenham habilitação em nível superior será

assegurado o ingresso nos cursos de graduação de formação de professores da educação básica, de acordo com regulamentação do órgão da União responsável pela educação, que estabelecerá os critérios para a fixação do número de vagas e para os processos seletivos.”(NR)

“Art. 87-A. A partir do ano de 2012, o ingresso de novos alunos nos cursos de nível médio, na modalidade normal, dar-se-á exclusivamente para a formação voltada para o exercício do magistério na educação infantil.

§ 1º A partir do ano referido no **caput** deste artigo, a formação em nível médio, na modalidade normal, para o exercício do magistério nos 4 (quatro) anos iniciais do ensino fundamental, será oferecida unicamente de forma a assegurar a conclusão dessa formação aos estudantes regularmente matriculados até 31 de dezembro do ano anterior.

§ 2º São ressalvados, a qualquer tempo, os direitos ao exercício profissional de todos os que obtiveram a formação em nível médio, na modalidade normal, enquanto legalmente reconhecida para habilitação ao magistério nos 4 (quatro) anos iniciais do ensino fundamental.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO ORIGINAL APROVADO
PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHA
À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA PREVISÃO**

Altera o § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), acerca do nível de formação dos professores da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87.
.....

§ 4º Somente poderão atuar na docência da educação básica, em todas as modalidades de ensino, os professores com a formação prevista no art. 62, devendo o Poder Público estimular a habilitação em nível superior para os docentes da educação infantil e das 4 (quatro) primeiras séries do ensino fundamental.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 11 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)

**TÍTULO IX
Das Disposições Transitórias**

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção

para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.274 de 2006)

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem:

(Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental; (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

a) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

b) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

c) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV – integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

.....

DECRETO N° 3.276, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências.

.....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 416/07/PS-GSE

Brasília, 12 de setembro de 2007

Assunto: envio de emendas ao PLS nº 298/04

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de serem submetidas à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, as Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.506, de 2005, do Senado Federal (PLS nº 298/04, na Casa de origem), que “Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes”, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A matéria vai à Comissão de Educação.

São as seguintes as emendas:

**EMENDA DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 298, DE 2004
(Nº 5.506/2005, naquela Casa)**

Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

EMENDA

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 1º, re-numerando-se os atuais arts. 1º e 2º para arts. 2º e 3º, respectivamente:

“Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescido de § 2º, passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 1º Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais cuja exibição, utilização e circulação dos bens culturais deles resultantes sejam abertas, sem distinção, a qualquer pessoa, se gratuitas, e a público pagante, se cobrando ingresso.

§ 2º É vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos à coleções particulares ou circuitos privados que estabeleçam limitações de acesso.”(NR)

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se à ementa do projeto a seguinte redação:

“Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes, e dá outras providências.”

TEXTO ORIGINAL

APROVADO PELO SENADO E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO

Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18

.....
§ 3º

.....
h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

.....
Art. 2º O Pronac será implementado através dos seguintes mecanismos:

- I – Fundo Nacional da Cultura (FNC);
- II – Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART);
- III – Incentivo a projetos culturais.

Parágrafo único. Os incentivos criados pela presente lei somente serão concedidos a projetos culturais que visem a exibição, utilização e circulação públicas dos bens culturais deles resultantes, vedada a concessão de incentivo a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a circuitos privados ou a coleções particulares.

CAPÍTULO IV Do Incentivo a Projetos Culturais

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao

FNC, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 1º Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido às quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de:

(Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

a) doações; e (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

b) patrocínios. (Incluída pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional. (Incluído pela Lei nº 9.874, de 1999)

§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

a) artes cênicas; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

c) música erudita ou instrumental; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1 de 2001)

d) exposições de artes visuais; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

e) doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem como treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

f) produção de obras cinematográficas e video-fonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e (Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

g) preservação do patrimônio cultural material e imaterial. (Incluída pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 427/07/PS-GSE

Brasília, 13 de setembro de 2007

Assunto: Envio de emendas ao PLS 347/03

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de serem submetidas à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, as Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.747, de 2005, do Senado Federal (PLS Nº 347/03, na Casa de origem), que “Regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições.”, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2003, vão à Comissão de Assuntos Sociais.

São as seguintes as emendas:

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 347, DE 2003

(Nº 4.747/2005, naquela Casa)

Regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições.

EMENDA N° 1

Suprime-se a expressão “mesmo em causa própria”, constante do **caput** do art. 21 do projeto.

EMENDA N° 2

Suprime-se o art. 22 do projeto.

EMENDA N° 3

Suprime-se o art. 59 do projeto.

PROJETO DE LEI APROVADO PELO SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições;

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I DA ARQUITETURA E URBANISMO E DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Seção I Das Atividades dos Arquitetos e Urbanistas

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo e fixa suas atribuições.

Art. 2º As atividades de arquitetura e urbanismo, de interesse público e de caráter social, visam à ordenação da ocupação do território, à organização dos assentamentos humanos e à preservação do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico, paisagístico e urbanístico.

Parágrafo único. As atividades a que se refere o **caput** abrangem:

I – o território regional, urbano e local, incluindo o parcelamento do solo, a definição dos sistemas viário, de circulação e de transporte público, e serviços afins e correlatos;

II – a paisagem nas diversas escalas regionais e locais, incluindo as áreas de preservação ambiental, os parques, as praças e outros espaços abertos, e serviços afins e correlatos;

III – as edificações e os conjuntos de edificações, os equipamentos comunitários, o mobiliário urbano e os monumentos arquitetônicos, e serviços afins e correlatos;

IV – o interior das edificações, incluindo os respectivos equipamentos, a programação visual e o desenho industrial, e serviços afins e correlatos.

Art. 3º São atividades de arquitetura e urbanismo, além daquelas que venham a surgir em razão da evolução do campo profissional e da tecnologia:

I – supervisão, coordenação, gerenciamento e orientação técnica;

II – estudo, planejamento, projeto e especificação;

III – estudo de viabilidade técnico-econômica;

IV – assistência, assessoria e consultoria;

V – direção de obra e serviço técnico;

VI – vistoria, perícia, avaliação, arbitragem, laudo e parecer técnico;
VII – desempenho de cargo e função técnica;
VIII – ensino, pesquisa e extensão universitária;
IX – análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;

X – elaboração de orçamentos;
XI – execução e fiscalização de obra e serviço técnico;
XII – produção e divulgação técnica especializada.

Parágrafo único. As atividades de que trata este artigo aplicam-se às seguintes áreas de atuação:

I – levantamentos topográficos e cadastrais;
II – levantamentos qualitativos e quantitativos, e diagnósticos;
III – planejamento físico e territorial e elaboração de planos diretores;
IV – elaboração de projetos, em todas as suas etapas, incluindo estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal, projeto básico e executivo, detalhamento, memorial e especificação técnica;
V – estudos de impacto ambiental;
VI – obras, reformas, instalações, montagens, manutenção, restauração, conservação e serviços correlatos ou afins.

Art. 4º As autoridades públicas, quando do licenciamento ou contratação de estudo, projeto, obra ou serviço licitado, deverão verificar a efetiva participação, no trabalho, do profissional qualificado que tiver seu nome incluído na equipe.

Seção II Dos Requisitos para o Exercício da Profissão de Arquiteto e Urbanista

Art. 5º Para uso do título de arquiteto e urbanista e para o exercício da atividade profissional correspondente, é necessário o registro do profissional no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo.

Parágrafo único. O registro a que se refere o **caput** habilita o profissional a atuar em todo o território nacional.

Art. 6º São requisitos para o registro:

I – capacidade civil;

II – diploma de graduação em Arquitetura e Urbanismo, obtido em instituição de ensino superior oficialmente autorizada e reconhecida.

§ 1º Poderão inscrever-se no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo os portadores de diploma de graduação em Arquitetura e Urbanismo, ou curso correlato, obtida em instituição estrangeira de ensino superior reconhecida no respectivo país e devidamente revalidado por instituição nacional credenciada.

§ 2º Cumpridos os requisitos previstos nos incisos I e II do **caput**, poderão obter registro no Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo, em caráter excepcional e por tempo determinado, profissionais estrangeiros sem domicílio no

País, desde que a necessidade do registro decorra de interesse nacional, mediante solicitação governamental.

§ 3º A concessão do registro de que trata o § 2º é condicionada à efetiva participação de arquiteto ou sociedade de arquitetos com domicílio no País no acompanhamento, em todas as fases, das atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais estrangeiros, de modo a assegurar a absorção de novos conhecimentos e a transferência de tecnologia, na forma do Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 7º A carteira profissional de arquiteto e urbanista possui fé pública e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.

Seção III Da Sociedade de Arquitetos e Urbanistas

Art. 8º Os arquitetos e urbanistas, juntamente com outros profissionais, poderão reunir-se em sociedade civil ou mercantil de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, na forma disciplinada nesta Lei e de acordo com o Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo.

§ 1º A sociedade civil de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo adquire personalidade jurídica com a aprovação do registro de seus atos constitutivos no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Estado ou região onde tiver sede a sociedade.

§ 2º A sociedade mercantil de serviços de arquitetura e urbanismo deverá ter os atos constitutivos aprovados e arquivados no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Estado ou região em que tiver sede a sociedade.

§ 3º O ato de constituição de filial de sociedade civil ou mercantil de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo deverá ser, respectivamente, averbado ou arquivado no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Estado ou região em que tiver sede a sociedade, além de também ser arquivado no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo onde estiver instalada a filial.

§ 4º Outras pessoas jurídicas ou entidades relacionadas à arquitetura e ao urbanismo poderão ser cadastradas nos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo ou no Conselho Federal, na forma do Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 9º É vedado o uso da expressão “arquitetura e urbanismo”, ou designação similar, na razão social ou no nome fantasia de sociedade que não possuir arquiteto e urbanista entre os sócios-gerentes ou entre os sócios com poder de direção.

Seção IV Da Autoridade e da Responsabilidade dos Arquitetos e Urbanistas

Art. 10. Os direitos autorais sobre projetos e demais trabalhos técnicos ou de criação nos campos da arquitetura e do urbanismo pertencem ao arquiteto e urbanista que os houver elaborado, salvo estipulação contratual em contrário.

Art. 11. Para fins de comprovação de autoria ou de participação, e de formação de acervo técnico, o arquiteto e urbanista deverá registrar seus projetos e demais trabalhos técnicos ou de criação no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Estado ou região de seu domicílio.

Art. 12. A sociedade com atuação nos campos da arquitetura e do urbanismo poderá formar seu acervo de produção mediante registro, no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Estado ou região em que estiver instalada, das atividades por ela desenvolvidas.

§ 1º A capacidade técnica de sociedade com atuação nos campos da arquitetura e do urbanismo será demonstrada por meio dos acervos técnicos dos arquitetos e urbanistas comprovadamente a ela vinculados.

§ 2º O acervo de produção de sociedade é constituído por todas as atividades por ela desenvolvidas nos campos da arquitetura e do urbanismo, independentemente da composição societária ou do quadro de profissionais contratados.

§ 3º O acervo técnico constitui propriedade do profissional arquiteto e urbanista e é composto por todas as atividades por ele desenvolvidas, conforme se encontrem discriminadas nos arts. 2º e 3º desta Lei.

§ 4º O acervo de produção de sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo não se confunde com o acervo técnico de arquiteto e urbanista, nem o substitui para qualquer efeito.

Art. 13. É dever do arquiteto e urbanista ou da sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo indicar em documentos, peças publicitárias, placas ou outro elemento de comunicação dirigido a cliente, ao público em geral, ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo ou aos Conselhos Regionais:

I – o nome civil ou razão social, completo ou abreviado, ou pseudônimo ou nome fantasia, a critério do profissional ou da sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, conforme o caso;

II – o número do registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo;

III – a atividade a ser desenvolvida.

Parágrafo único. Quando se tratar de atividade desenvolvida por mais de um arquiteto e urbanista, ou por mais de uma sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, e não sendo especificados diferentes níveis de autoria e responsabilidade, todos serão considerados indistintamente co-autores e co-responsáveis.

Art. 14. A sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo é responsável pelas atividades desenvolvidas pelos arquitetos e urbanistas que tiver como sócios ou contratados, cabendo a estes responder solidária e subsidiariamente em relação à sociedade da qual fizeram parte.

Art. 15. Aquele que implantar ou executar projeto ou qualquer trabalho técnico ou de criação de autoria de arquiteto e urbanista deve fazê-lo de acordo com as especificações e o detalhamento constantes do trabalho, salvo autorização em contrário, por escrito, do autor.

Parágrafo único. Ao arquiteto e urbanista é facultado acompanhar a implantação ou execução de projeto ou trabalho de sua autoria, pessoalmente ou por meio de preposto especialmente designado, com a finalidade de averiguar a adequação da execução ao projeto ou concepção original.

Art. 16. Qualquer alteração em trabalho de autoria de arquiteto e urbanista, tanto em projeto como em obra dele resultante, somente poderá ser feita mediante consentimento por escrito do titular dos direitos autorais, cabendo àquele que a efetuar assumir a responsabilidade pela alteração.

§ 1º Em caso de risco à segurança ou ao interesse público, e estando o autor do projeto original comprovadamente impedido de prestar colaboração profissional, as alterações ou modificações necessárias poderão ser feitas por outro profissional habilitado, que assumirá a responsabilidade pelo projeto modificado.

§ 2º Ao arquiteto e urbanista que não participar de alteração em obra ou trabalho de sua autoria é permitido o registro de laudo junto ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de seu domicílio, com o objetivo de garantir a autoria e determinar os limites de sua responsabilidade.

§ 3º Na hipótese de a alteração não ter sido concebida pelo autor do projeto original, o resultado final terá como co-autores o arquiteto e urbanista autor do projeto original e o autor do projeto de alteração, salvo decisão expressa em contrário do primeiro, caso em que a autoria da obra passa a ser apenas do profissional que houver efetuado as alterações.

Seção V Da Ética do Arquiteto e Urbanista

Art. 17. O arquiteto e urbanista deve agir com diligência e boa-fé, buscando contribuir para o prestígio e a respeitabilidade da classe.

Art. 18. É dever do arquiteto e urbanista observar as normas do Código de Ética.

§ 1º O Código de Ética destina-se a estabelecer as obrigações do arquiteto e urbanista com a sociedade, com o cliente e com outro profissional, bem como determinar as regras referentes aos respectivos procedimentos disciplinares.

§ 2º O Código de Ética será elaborado e alterado pelo Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo, após consulta às entidades nacionais de classe definidas no § 1º do art. 54 desta Lei.

Art. 19. À sociedade de prestação de serviços com atuação nos campos da arquitetura e do urbanismo são atribuídos, no que couber, os mesmos deveres éticos dos arquitetos e urbanistas.

Seção VI

Das Incompatibilidades e dos Impedimentos para o Exercício de Atividades de Arquitetura e Urbanismo

Art. 20. Considera-se incompatibilidade a proibição total do exercício da arquitetura e do urbanismo, e impedimento, a proibição parcial.

Art. 21. O exercício da profissão de arquiteto e urbanista é incompatível, mesmo em causa própria, com o exercício dos seguintes cargos e funções, nos âmbitos federal, estadual ou municipal:

I – chefe do Poder Executivo;

II – membro de Mesa do Poder Legislativo ou seu substituto legal;

III – Ministro ou Secretário de Estado.

Art. 22. É impedido de atuar no campo da arquitetura e do urbanismo na esfera privada o servidor público que tenha competência, no âmbito da administração pública, para analisar, aprovar, contratar ou fiscalizar atividades de arquitetura e urbanismo.

§ 1º O impedimento de que trata o **caput** aplica-se ao exercício de atividades de arquitetura e urbanismo que não estejam estritamente vinculadas a funções e atividades do serviço público ou à competência conferida ao servidor pela administração pública.

§ 2º O exercício do magistério não configura impedimento ao exercício de atividade de arquitetura e urbanismo.

Art. 23. O arquiteto e urbanista que exercer atividade incompatível ou estiver impedido de atuar nos campos da arquitetura e do urbanismo, nos termos dos arts. 21 e 22 desta Lei, não poderá ser sócio de sociedade de prestação de serviços com atuação nos mesmos campos.

Seção VII

Das Infrações, Sanções Disciplinares e Procedimentos

Art. 24. São infrações disciplinares passíveis de sanção:

I – exercer atividade nos campos da arquitetura e do urbanismo, quando o profissional arquiteto e urbanista ocupar cargo ou função incompatível com o exercício da profissão;

II – registrar projeto ou trabalho técnico ou de criação no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, para fins de comprovação de direitos autorais e formação de acervo técnico ou de produção, que não haja sido efetivamente concebido, desenvolvido ou elaborado por quem obtiver o registro;

III – exercer, estando impedido, atividade de arquitetura e de urbanismo no âmbito privado;

IV – reproduzir projeto ou trabalho técnico ou de criação, de autoria de terceiros, sem a devida autorização do detentor dos direitos autorais;

V – fazer falsa prova de quaisquer documentos exigidos para o registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo ou no Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo;

VI – integrar sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo sem nela atuar efetivamente, com o objetivo de viabilizar o registro da empresa no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo ou a utilização dos termos “arquitetura e urbanismo” na respectiva razão jurídica ou nome fantasia;

VII – associar-se ou manter-se associado a sociedade com atuação nos campos da arquitetura e do urbanismo, quando o profissional estiver no exercício de atividade incompatível ou impedido de atuar nessas áreas;

VIII – ser conivente com profissional que esteja no exercício de cargo ou função incompatível com o exercício da arquitetura e do urbanismo ou que esteja impedido de exercer atividade nesses campos;

IX – delegar a quem não seja arquiteto e urbanista a execução de atividade nos campos da arquitetura e do urbanismo, salvo quando se tratar de auxiliar regularmente inscrito, orientado e acompanhado por profissional arquiteto e urbanista;

X – locupletar-se, por qualquer meio, às custas de cliente, diretamente ou por intermédio de terceiros;

XI – recusar-se, injustificadamente, a prestar contas a cliente de quantias que houver recebido dele diretamente ou por intermédio de terceiros;

XII – deixar de informar, em documento ou peça de comunicação dirigida a cliente, ao público em geral, ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo ou aos Conselhos Regionais, os dados exigidos nos termos desta Lei;

XIII – deixar de observar as normas legais e técnicas pertinentes, quando da execução de atividades de arquitetura e urbanismo;

XIV – deixar de pagar a anuidade, contribuições, preços de serviços e multas devidos ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo ou aos Conselhos Regionais, quando devidamente notificado;

XV – descumprir normas do Código de Ética;

XVI – tornar-se moralmente inidôneo para o exercício da arquitetura e urbanismo.

Art. 25. São sanções disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão temporária do exercício da atividade de arquitetura e urbanismo;

III – cancelamento do registro;

IV – multa.

Parágrafo único. As sanções são aplicáveis aos arquitetos e urbanistas e às sociedades de prestação de serviços com atuação nos campos de arquitetura e do urbanismo e podem ser cumulativas.

Art. 26. A advertência é aplicável nos casos de:

I – infrações disciplinares previstas nos incisos VI a XVI do art. 24;

II – violação de qualquer norma constante desta Lei, salvo previsão de sanção específica mais grave.

Parágrafo único. A advertência será registrada pelo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo nos assentamentos do profissional inscrito.

Art. 27. A suspensão temporária do exercício da atividade de arquitetura e urbanismo é aplicável nos casos de:

I – infrações previstas nos incisos I a V do art. 24;

II – reincidência em infração disciplinar.

§ 1º A suspensão perdurará até que se extinga a sua causa, no caso do inciso III do art. 24.

§ 2º A suspensão terá duração mínima de 15 (quinze) dias e máxima de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 28. O cancelamento do registro é aplicável nos casos de:

I – infração disciplinar prevista no inciso VIII do art. 24;

II – penalidade de suspensão anteriormente aplicada por três vezes.

Art. 29. É considerada atenuante, para fins de aplicação de sanções disciplinares, a ausência de aplicação de sanção disciplinar anterior.

Art. 30. Na aplicação de sanção cumulativa de multa e na decisão quanto ao tempo de suspensão, serão consideradas as circunstâncias do fato, a existência de atenuante, o grau de culpabilidade, os antecedentes profissionais e as consequências da infração.

Art. 31. As condições de prescrição de punibilidade e de arquivamento de processo disciplinar são as previstas na Lei nº 6.838, de 29 de outubro de 1980.

Art. 32. Os procedimentos disciplinares do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo seguirão os princípios da legislação processual penal comum.

Art. 33. O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.

Art. 34. O processo disciplinar tramitará em sigilo até a decisão final irrecorribel, na forma do Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo.

CAPÍTULO II DO CONSELHO FEDERAL DE ARQUITETURA E URBANISMO E DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Seção I

Das Finalidades e Características do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo

Art. 35. O Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo, serviços públicos dotados de organização

federativa, têm por finalidade promover, com exclusividade, a defesa, o registro, a fiscalização e a disciplina dos arquitetos e urbanistas no País, na forma desta Lei.

Art. 36. O Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo gozam de isenção tributária total em relação aos seus bens, serviços e rendas.

Art. 37. Compete ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e aos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo cobrar dos profissionais inscritos contribuições, preços de serviços e multas, na forma desta Lei, constituindo título executivo extrajudicial as certidões por ele emitidas relativamente a esses créditos.

Seção II **Do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo**

Art. 38. O Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo, dotado de personalidade jurídica própria e com sede na Capital Federal, é composto de um Presidente e de conselheiros federais.

§ 1º O Presidente será eleito entre seus pares por maioria de votos dos conselheiros federais, em votação secreta, e terá direito apenas a voto de qualidade nas deliberações do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo.

§ 2º Cada Estado da Federação e o Distrito Federal serão representados por um conselheiro federal.

§ 3º As instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo oficialmente reconhecidas serão representadas por um conselheiro federal, por elas indicado, na forma do Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 39. O Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo tem sua estrutura e funcionamento definidos pelo seu Regimento Geral.

Art. 40. Compete ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo:

I – zelar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da arquitetura e do urbanismo;

II – representar, em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais dos arquitetos e urbanistas, no País e no exterior;

III – editar e alterar o Regimento Geral, o Código de Ética, as Normas Eleitorais e os Provimentos que julgar necessários;

IV – adotar medidas para assegurar o funcionamento regular dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo;

V – deliberar sobre o ajuizamento de ação direta de constitucionalidade, mandado de segurança coletivo, ação civil pública e demais ações na defesa dos interesses dos arquitetos e urbanistas;

VI – intervir nos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo quando constatada violação desta Lei ou do Regimento Geral;

VII – homologar as prestações de contas dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo;

VIII – firmar convênios com entidades de classe de arquitetos e urbanistas e com universidades nacionais e estrangeiras;

IX – autorizar a oneração ou a alienação de bens imóveis de sua propriedade;

X – julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo;

XI – inscrever empresas ou profissionais estrangeiros de arquitetura e urbanismo sem domicílio no País;

XII – criar órgãos colegiados com finalidades e funções específicas;

XIII – deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;

XIV – fixar preços de serviços e cobrar contribuições;

XV – manter relatórios públicos de suas atividades;

XVI – contratar empresa de auditoria, a cada 3 (três) anos, sempre ao final do período de mandato, para auditar o próprio Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo.

Parágrafo único. O **quorum** necessário para a deliberação e aprovação das diferentes matérias será definido no Regimento Geral.

Art. 41. As competências do Presidente do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo serão estabelecidas no Regimento Geral.

Art. 42. São receitas do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo:

I – contribuições e taxas de serviços arrecadadas diretamente;

II – 20% (vinte por cento) da receita bruta dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo;

III – doações, legados, juros e receitas patrimoniais;

IV – subvenções e resultados de convênios.

Seção III Dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo

Art. 43. Será constituído um Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, dotado de personalidade jurídica própria, em cada Estado da Federação e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Poderá haver Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo compartilhados por mais de um Estado da Federação, somente nas hipóteses em que tais Estados não preencham os requisitos mínimos estabelecidos no Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo para a constituição do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo.

Art. 44. Os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo são compostos de um Presidente e de conselheiros regionais em número proporcional ao de profissionais inscritos.

§ 1º O Presidente será eleito entre seus pares por maioria de votos dos conselheiros regionais, em votação secreta, e terá direito apenas a voto de qualidade nas deliberações do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo.

§ 2º Os conselheiros regionais serão eleitos na proporção de um conselheiro para cada mil profissionais inscritos em cada Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, observado o número mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 27 (vinte e sete) conselheiros regionais.

Art. 45. Os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo terão sua estrutura e funcionamento definidos pelos respectivos Regimentos Internos.

Art. 46. Compete aos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo:

I – elaborar e alterar os respectivos Regimentos Internos e demais atos administrativos;

II – cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo, nos demais atos normativos do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e nos próprios atos, no âmbito de sua jurisdição;

III – criar representações e escritórios descentralizados no território de sua jurisdição, fixando sua competência e autonomia, na forma do Regimento Interno;

IV – criar órgãos colegiados com finalidades e funções específicas;

V – realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma desta Lei, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo;

VI – cobrar as contribuições, taxas de serviços e multas;

VII – fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais, de responsabilidade e os acervos técnicos e de produção;

VIII – fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo;

IX – julgar os processos disciplinares, na forma que determinar o Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo;

X – deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros, elaborando programas de trabalho e orçamento;

XI – sugerir ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo medidas destinadas a aperfeiçoar a aplicação desta Lei e a promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;

XII – representar os arquitetos e urbanistas em órgãos públicos estaduais e municipais, e em órgãos não-governamentais de sua jurisdição;

XIII – aprovar e adotar tabelas indicativas de honorários dos arquitetos e urbanistas;

XIV – manter relatórios públicos de suas atividades;

XV – firmar convênios com entidades associativas e sindicais estaduais, distritais e municipais;

XVI – propor ações cíveis contra aqueles que exercerem irregularmente atividades nos campos de aplicação da arquitetura e urbanismo ou causarem dano à imagem ou à reputação da profissão de arquiteto e urbanista.

Art. 47. A competência dos presidentes dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo será fixada pelos respectivos Regimentos Internos.

Art. 48. São receitas dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo:

- I – as contribuições, taxas de serviços e multas;
- II – doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
- III – subvenções e resultados de convênios.

Seção IV Das Eleições e dos Mandatos

Art. 49. As eleições para o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e para os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo serão realizadas na primeira quinzena do mês de novembro do último ano de cada mandato, mediante cédula única e votação direta dos arquitetos e urbanistas inscritos no Conselho, na forma desta Lei e do Regimento Geral do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo.

§ 1º O comparecimento à eleição de que trata este artigo tem caráter obrigatório para todos os arquitetos e urbanistas.

§ 2º Os candidatos deverão comprovar situação regular junto ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo no qual estejam inscritos, efetivo exercício da profissão por mais de 5 (cinco) anos e ausência de condenação por infração disciplinar.

§ 3º As chapas para eleição serão compostas com nomes de candidatos ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo e do candidato a conselheiro federal que representará o Estado no Conselho Federal.

§ 4º A cada eleição serão eleitos, sucessiva e alternadamente, um terço e dois terços dos membros de cada Conselho.

Art. 50. As vagas de conselheiros regionais serão preenchidas por candidatos integrantes das chapas concorrentes, na proporção do número de votos válidos obtidos por cada chapa, desde que não inferior a 20% (vinte por cento) do total.

§ 1º As chapas deverão conter lista ordenada dos nomes dos candidatos a conselheiros regionais, bem como o nome do membro indicado para compor o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo, além dos respectivos suplentes.

§ 2º O preenchimento das vagas de conselheiros regionais seguirá a ordem adotada na lista de nomes constantes da chapa.

Art. 51. Todos os membros do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo terão mandato de 3 (três) anos.

§ 1º Os mandatos dos membros eleitos têm início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

§ 2º Será admitida uma única reeleição para a mesma função.

Art. 52. Extingue-se o mandato, automaticamente, antes de seu término, quando:

I – o titular sofrer sanção disciplinar;

II – o titular faltar, sem motivo justificado, a 3 (três) reuniões do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo ou do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo.

§ 1º Extinto o mandato do Presidente do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo ou de Presidente de Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, o novo Presidente será eleito pelo voto de dois terços dos membros do respectivo Conselho.

§ 2º Na hipótese de extinção de mandato de conselheiro federal ou regional, a vaga será ocupada pelo respectivo suplente.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53. Os arquitetos e urbanistas com registro nos atuais Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia terão, automaticamente, registro nos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo.

Parágrafo único. Para fins de organização e controle, os arquitetos e urbanistas com registro nos atuais Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia deverão apresentar ao Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de seu domicílio, no prazo de 3 (três) anos, carteira profissional e certidão de habilitação emitida pelo respectivo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Art. 54. As atuais Coordenadorias das Câmaras de Arquitetura, dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a Coordenadoria Nacional das Câmaras de Arquitetura e os representantes das entidades nacionais de classe defenderão os interesses dos arquitetos e urbanistas, devendo gerenciar o processo de transição e organizar o primeiro processo eleitoral para o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e para os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo.

§ 1º As entidades nacionais de classe indicarão, conjuntamente:

I – 10 (dez) representantes federais, para atuarem no processo de transição e defenderem os interesses dos arquitetos e urbanistas junto à atual Coordenadoria Nacional das Câmaras de Arquitetura;

II – 5 (cinco) representantes regionais para defenderem os interesses a que se refere o inciso I, junto a cada uma das Coordenadorias das Câmaras de Arquitetura dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Creas).

§ 2º São reconhecidos como entidades de classe nacionais o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), a Associação

Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (Asbea) e a Associação Brasileira dos Arquitetos Paisagistas (Abap).

§ 3º Além das entidades indicadas no § 2º deste artigo, poderão participar da escolha dos representantes indicados no caput outras entidades de classe de âmbito nacional, formadas exclusivamente por arquitetos e urbanistas e constituídas há mais de 10 (dez) anos contados da data de publicação desta Lei.

§ 4º As eleições para o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e para os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo deverão ocorrer dentro do prazo de 540 (quinientos e quarenta) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 55. O processo de renovação parcial dos conselhos terá início com a realização da segunda eleição, quando serão substituídos dois terços dos membros eleitos na primeira.

§ 1º No caso do Conselho Federal, os membros a serem substituídos serão definidos em sorteio.

§ 2º No caso dos Conselhos Regionais, a substituição obedecerá aos seguintes critérios:

I – sendo a totalidade dos conselheiros eleitos originária de chapa única, a substituição de dois terços dos membros na eleição subsequente recairá sobre aqueles cujos nomes houverem ocupado os últimos lugares na lista ordenada de candidatos constante da chapa;

II – sendo os conselheiros eleitos originários de mais de uma chapa concorrente, a substituição na eleição subsequente recairá, em primeiro lugar, sobre os integrantes da chapa com menor número de votos válidos, seguida das demais chapas em ordem crescente de votação, até que se complete o número de conselheiros necessários, equivalente a dois terços da composição do Conselho.

Art. 56. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) providenciará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei, a contratação de empresa de auditoria de notória especialização para, no prazo de 90 (noventa) dias, determinar a parcela do patrimônio do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Creas) que caberá aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo.

§ 1º A escolha da empresa de auditoria caberá à Coordenadoria Nacional das Câmaras de Arquitetura e aos representantes federais das entidades nacionais de classe, e os custos serão cobertos, a título de antecipação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), que poderá descontar seu valor dos bens a serem transmitidos ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo após a auditoria.

§ 2º O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), a Coordenadoria Nacional das Câmaras de Arquitetura e os representantes federais das entidades nacionais de classe analisarão o resultado da auditoria e decidirão, em conjunto, a melhor forma de transmitir os bens que couberem ao Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e aos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo.

§ 3º O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), a Coordenadoria Nacional das Câmaras de Arquitetura e os representantes federais das entidades nacionais de classe decidirão o plano de transição para a transmissão dos documentos, registros e demais atos necessários para a formação do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo.

§ 4º Cada Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), as respectivas Coordenadorias das Câmaras de Arquitetura e os representantes federais das entidades nacionais de classe submeterão ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), à Coordenadoria Nacional das Câmaras de Arquitetura e aos representantes federais das entidades nacionais de classe um plano de transição, com vistas à transferência de documentos, registros e demais atos necessários à formação do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo daquela jurisdição.

§ 5º O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), a Coordenadoria Nacional das Câmaras de Arquitetura e os representantes federais das entidades nacionais de classe farão a consolidação dos planos regionais e decidirão por um plano nacional de transição, com vistas à transferência de documentos, registros e demais atos necessários à formação do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo daquela jurisdição.

§ 6º Divergências quanto ao resultado da auditoria, à forma de transmissão dos bens ou ao plano de transição, bem como quaisquer outras questões ligadas à criação do Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e dos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo serão decididas por arbitragem.

Art. 57. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Creas), previstos na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, ficam impedidos de utilizar em sua denominação os termos “arquitetura” e “urbanismo”, decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Revoga-se o art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Senado Federal, em 03 de fevereiro de 2005

Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 6.838, DE 29 DE OUTUBRO DE 1980

Dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar, a ser aplicada por órgão competente.

LEI N° 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966
Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.

.....
DECRETO-LEI N° 3.688,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Lei das Contravenções Penais.

CAPÍTULO VI Das Contravenções Relativas à Organização do Trabalho

Art. 47. Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercido:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.

(À Comissão de Assuntos Sociais).

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 561, DE 2007

Institui o ano de 2010 como “Ano Nacional Joaquim Nabuco”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o ano de 2010 como “Ano Nacional Joaquim Nabuco”, em celebração ao centenário de sua morte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Joaquim Nabuco foi escritor, diplomata e homem público exemplar, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e o principal dos líderes abolicionistas, o que o projetou de Pernambuco ao Rio de Janeiro e a missões de grande importância no exterior, sem nunca esquecer a terra natal.

No capítulo “Massangana” do livro de memórias **Minha Formação**, escreveu, entre suas páginas antológicas: “O traço todo da vida é para muitos um desenho de criança esquecido pelo homem, mas ao qual ele terá sempre que se cingir sem o saber.... Pela minha parte acredito não ter nunca transposto o limite das minhas quatro ou cinco primeiras impressões.... Os primeiros oito anos da vida foram assim, em certo sentido, os de minha formação, instintiva ou moral, definitiva.... Passei esse período inicial, tão remoto, porém, mais presente do que qualquer outro, em um engenho de Pernambuco, província natal.”

Naquela idade viu morrer sua madrinha querida e teve de voltar ao Rio de Janeiro, ao lar de seu pai, senador e Ministro da Justiça, retratado pelo filho em **Um Estadista do Império**.

Joaquim Nabuco era a terceira geração de políticos nacionais na família: seu avô, homônimo do pai,

José Tomás Nabuco de Araújo, tinha sido governador (presidente de província) e senador.

Sua filha, Carolina, em **A vida de Joaquim Nabuco**, relata como ele só aceitou ingressar na política, prosseguindo a carreira paterna, para defender a causa mais importante daquele tempo – o abolicionismo. Caminhada libertária iniciada por José Tomás Nabuco de Araújo, Ministro da Justiça sob o Primeiro-Ministro Visconde do Rio Branco, quando preparou a Lei do Ventre Livre, a primeira das leis abolicionistas. A Lei Eusébio de Queirós, ao proibir a importação de escravos, tentara evitar que a escravatura continuasse se alastrando, porém não encaminhava sua extinção.

Joaquim Nabuco percebeu que a abolição jurídica formal não bastava. Em **Minha Formação**, frisa a necessidade da instrução dos exescravos e, em discurso às vésperas da Lei Áurea, destaca a importância da reforma agrária para dar acesso à propriedade rural. Joaquim Nabuco, deputado, foi também a favor da eleição direta dos candidatos ao Poder Legislativo nos seus vários níveis, e defendeu o voto do analfabeto.

Realizada sua missão parlamentar abolicionista, iniciada em 1879 e concluída em 1888, a Proclamação da República devolveu-o à inicial carreira diplomática. Foi servir na Legação do Brasil em Londres, como titular da primeira Embaixada do Brasil, e em Washington. Em suas estadias no Brasil participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, sendo o primeiro secretário-geral na presidência inaugural de Machado de Assis.

Na Embaixada nos Estados Unidos tornou-se o principal colaborador do Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, na política pan-americana de aproximação entre aquele país, o Brasil e a América Hispânica.

Faleceu em Washington em 1910 aos sessenta anos de idade. O ano de 2010 é assim excelente tempo de refletirmos a perenidade da sua obra e seu legado libertário e liberal, sempre vivo na História Brasileira.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2007.
– Senador **Marco Maciel**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa).

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senador Marconi Perillo, pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a é o segundo inscrito para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, do PSDB de Goiás, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, grande ex-Governador do Paraná, Alvaro Dias, Sr. Senadores, Sr^as Senadoras, venho à tribuna na tarde de hoje para trazer uma reflexão sobre a atual situação econômica e social do Brasil e sobre algumas questões que vêm sendo motivo de bastante discussão no País nas últimas semanas.

Para iniciar, gostaria de comentar o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada no último dia 14 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que aponta para um aumento no rendimento médio do trabalhador e uma queda na taxa de desemprego.

Quero enxergar a pesquisa com olhos diferentes do Governo do Presidente Lula, que, após quase cinco anos de mandato, continua ignorando e desprezando as conquistas obtidas no Governo Fernando Henrique Cardoso e que rendem seus frutos ainda hoje e vão continuar rendendo por décadas, como mostra a Pnad. Como diz o colunista Merval Pereira: “O PT é um especialista em assumir como suas as conquistas de outros”.

O importante, Sr. Presidente, é destacar da Pnad que a série histórica dos dados da pesquisa deixa claro, claríssimo, aliás, de forma definitiva, que as melhorias ali registradas não começaram em 2003, com o início do Governo do Presidente Lula.

Cito, por exemplo, a queda na desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini. Como todos sabem, esse índice varia entre zero e um. Quanto mais próximo de zero o índice, mais próximo estariamos de uma distribuição igualitária de renda.

A série histórica da pesquisa mostra que o índice vem caindo desde 1993, quando o Gini da renda

do trabalho chegou a 0,600. A partir daí, recuou em praticamente em todos os anos, para alcançar, em 2006, 0,541.

Cito também a melhora apontada pela pesquisa na renda do trabalhador. O rendimento médio do trabalhador deu um salto de R\$824,00, em 2005, para R\$888,00 em 2006. Esse resultado o Governo do Presidente Lula faz questão de comentar. Mas deixa de fazer o registro de que esse mesmo resultado é inferior aos R\$975,00 registrados em 1996 – repito, é inferior aos R\$975,00 registrados em 1996 – e foi suficiente apenas para equipará-lo ao ano de 1999.

Quero comentar também a recente pesquisa do Instituto de Opinião Ipsos, divulgada pelo jornal **O Estado de S.Paulo** no último domingo, dia 16. A pesquisa destaca que, na percepção do eleitorado, o que Lula fez de melhor no seu Governo foi o Bolsa-Família. Muito bem, Sr. Presidente, vamos voltar um pouco no tempo.

Logo no começo de 2003, o Governo Lula resolveu inventar o natimorto Programa Fome Zero, achando que estava criando o grande programa social, acreditando que estava inventando a pólvora. O que aconteceu? Perdeu tempo e dinheiro, até que abriu os olhos e percebeu que a solução para a grande “ação social” ou inclusão de seu Governo já estava ali, prontinha, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Aliás, eu tive uma contribuição significativa porque, como Governador, fui o criador do chamado cartão magnético para substituir as famigeradas cestas básicas que, embora necessárias, eram uma espécie de humilhação às pessoas mais pobres no Brasil. E fui eu, como Governador, quem deu ao Presidente Lula a idéia de se juntar os programas que haviam se iniciado no Governo Fernando Henrique, como o Peti, o Bolsa-Escola, a Bolsa-Alimentação, dentre outros, num cartão magnético único que acabou se transformando no Bolsa-Família, para fazer jus às necessidades básicas daqueles que estão abaixo da linha de pobreza.

De modo que, com o Gramal em Campinas, com o PSDB em Goiás, e em outras regiões com o PSDB de Fernando Henrique, nós começamos os programas de inclusão social, nós começamos o programa de cartão magnético. Nós começamos, no meu Estado, Goiás, pioneiramente, o Bolsa-Família, e, é claro, esse Programa de Renda Mínima também deve ser creditado ao Senador Eduardo Suplicy, que sempre fez desta uma bandeira de vida, uma bandeira da sua vida pública.

Como se vê, o Governo do Presidente Lula é especialmente hábil na arte de se apropriar de iniciativas dos outros. O Governo do PT até poderia ser enqu-

drado no art. 168 do Código Penal, para responder pelo crime de apropriação indébita!

A pesquisa Ipsos aponta que outra coisa que o Governo Lula fez de bom foi a estabilidade econômica.

Ora, Sr's e Srs. Senadores, isso até parece piada! Infelizmente as conquistas do Governo Fernando Henrique Cardoso se esvaíram da memória do povo,....

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Perillo, um aparte, a bem da verdade.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ... em parte por culpa do próprio PSDB, que não soube defender a estabilidade conquistada ao longo dos oito anos do nosso Governo.

Concedo, com prazer, o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A bem da verdade, fui eleito Governador do Piauí em 1994 e comecei a governá-lo em 1995. Esses programas começaram aí, no Governo do Fernando Henrique Cardoso, com Paulo Renato, Lúcia Vânia com o Peti e, depois, o Vale-Gás e o Bolsa-Escola. Quer dizer, em 1995, eu, obedecendo à determinação do Governo Federal, de Fernando Henrique Cardoso, implantei e distribuí no Piauí esse Bolsa-Família. A Lúcia Vânia...

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Nossa companheira, Senador, foi quem implantou o Peti.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Peti e o Vale-Gás. Então, isso é a bem da verdade. É como no Piauí se diz: é mais fácil você tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Conceda-me mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a terá a prorrogação do seu tempo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Mão Santa pelo aparte elucidativo e volto ao texto.

A medida provisória que criou o Plano Real, por exemplo, demorou simplesmente seis anos para ser votada por obra e “birra” do PT do Presidente Lula. Todos nós sabemos que o PT era contra o Plano Real, que trouxe estabilidade e todos os pressupostos para que pudéssemos ter estabilidade e efetivo crescimento hoje no País.

As melhorias de crescimento, emprego, renda, inflação, balanço de pagamentos, entre outros indicadores, certamente não aconteceriam no atual Governo Lula se não fosse o esforço implementado no Governo Fernando Henrique Cardoso para produzir os avanços institucionais necessários.

O próprio Presidente do Banco Central, goiano ilustre e competente, Henrique Meirelles, reconhece isso, sempre reconheceu, assim como o ex-Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, sempre reconheceu os méritos nos governos do PSDB em relação à estabilidade econômica.

Além disso, é preciso frisar que esses avanços jamais se concretizariam se o Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores mantivessem a orientação política de toda a sua história, de pregar rupturas na gestão macroeconômica.

Algumas ações realizadas no Governo Fernando Henrique Cardoso e que têm uma influência da maior relevância no ambiente econômico atual precisam ser lembradas, pois freqüentemente são confundidas com obras do Governo Lula. Lembro a criação do Copom – Comitê de Política Monetária – que, com suas decisões técnicas, torna-se cada vez mais indispensável para a credibilidade do País.

Lembro a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi fundamental para enquadrar Estados e Municípios. Lembro, ainda, o sistema de metas de inflação, o câmbio flutuante e a política de superávit primário – todos também instituídos na era Fernando Henrique Cardoso. Todos esses pontos foram fundamentais para essa jornada de organização das contas públicas e que constituíram os três fundamentos básicos da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. Felizmente, para o povo brasileiro, esse tripé também foi adotado pelo atual Governo.

E vejam que todas essas realizações foram concretizadas em um ambiente de muita turbulência, com crises internacionais incontáveis, e sem levar em conta também a truculência do PT, que votava contundentemente contra as proposições apresentadas pelo Governo do PSDB. O PT foi contra, por exemplo, a privatização das teles, hoje responsáveis por mais de 100 milhões de pessoas portadoras de telefonia celular; mais de 100 milhões de pessoas beneficiadas por linhas de crédito para aquisição de bens duráveis, não-duráveis, enfim, eletrodomésticos etc.

Se dependêssemos do PT, não teríamos tido as reformas, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Real. Enfim, não estaríamos onde estamos neste momento.

Já o Governo do Presidente Lula passou por esses últimos cinco anos encarando uma conjuntura extremamente favorável, ao contrário do Governo Fernando Henrique Cardoso, que enfrentou onze crises internacionais. O Governo atual vive há quase cinco anos um verdadeiro céu de brigadeiro, uma conjuntura extremamente favorável, sem crises externas e com grande liquidez no mercado global.

Como diz o economista Maílson da Nóbrega: "A possibilidade de compreender essa evolução no campo institucional é privilégio de uma minoria" [...]. "Se o presidente se identifica como origem de todo o desenvolvimento que se verifica em seu governo, como faz Lula, é muito difícil tirar isso da cabeça do eleitor".

Um último ponto que gostaria de abordar diz respeito à discussão sobre esta possibilidade absurda de realização de um plebiscito para propor a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Ora, é óbvio, Sr. Presidente, que essa sugestão não é para valer. É só para fazer média com a sociedade brasileira. Não pode ser, pois não tem o menor sentido o Governo Lula querer reestatizar uma empresa que, com a privatização, abandonou o cabide de emprego, alcançou recordes no investimento, na produção, no emprego e nas exportações. Apenas como exemplo, cito a produção recorde de 300 milhões de toneladas de minério neste ano contra a média anual de 35 milhões quando a empresa era estatizada e suas diretorias, ocupadas por indicações políticas.

O cientista político Eduardo Graeff, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo** do último dia 17, mostra, inclusive, que a "Vale privatizada" pertence fundamentalmente aos funcionários e aposentados do Banco do Brasil por intermédio do seu fundo de pensão. Com o BNDES, eles detêm dois terços do capital da Vale. Para o cientista político, "o padrão de gestão da Vale é privado. A propriedade, como se vê, nem tanto", porque de fundos de pensão.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Aliás, é bom deixar bem claro que o sucesso das privatizações não está somente no processo que envolveu a Vale do Rio Doce. O bem-sucedido programa passa pela Embraer, pela telefonia e pelos setores siderúrgico e petroquímico.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que dê por lido todo o meu pronunciamento, que é bastante extenso e profundo em relação a esse tema.

Mas, antes, peço que V. Ex^a me permita concluir um raciocínio que considero importante.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores o ponto positivo do Governo Lula foi realmente ter colocado a administração do Brasil "no piloto automático": a política do atual Governo é, sim, a política da continuidade. A biografia do ex-Presidente do FED, Banco Central Americano, Alan Greenspan é mais uma prova de que isso é fato consumado; ninguém pode contestar.

Greenspan, homem que acumulou uma experiência de trabalho durante mais tempo e com maior eficácia do que qualquer outra pessoa neste Planeta, dedica 20 páginas do seu livro ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre de maneira elogiosa. E só elogia o Presidente Lula por ter dado continuidade à política econômica iniciada no Governo Fernando Henrique Cardoso.

E é importante dizer que o Sr. Greenspan foi o pai da estabilidade, o pai do fim da inflação no mundo.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, destaco uma fala do Presidente da República durante visita, no último dia 4 de setembro, à cidade do Recife, para início das reformas da Refinaria Abreu e Lima. O Presidente afirmou que está mais do que otimista, pois estaria convencido de que o Brasil encontrou o seu caminho.

Vossa Excelência está certo, Presidente. O Brasil realmente encontrou o seu caminho. Faço uso das palavras do jornalista Reinaldo Azevedo.

O Brasil encontrou seu caminho quando votou uma Lei de Responsabilidade Fiscal contra a vontade do PT, que recorreu ao Supremo Tribunal Federal para derrubá-la. O Brasil encontrou seu caminho quando fez a privatização das estatais. Contra a vontade do PT, que a combateu. O Brasil encontrou seu caminho quando decidiu que jamais desonaria contratos e que pagaria o que era devido, contra, de novo, à militância do PT. O Brasil encontrou seu caminho quando decidiu pôr fim ao imposto inflacionário, com o Plano Real. Contra, naturalmente, as opiniões do PT.

E vou mais longe: lembro que o PT votou contra o Fundef, mas no ano passado, com o fim desse Fundo, propôs sua prorrogação, além de ampliá-lo para o ensino básico, criando o Fundeb. É só mais um exemplo de apropriação indébita, que o Governo atual se recusa peremptoriamente a reconhecer em relação ao Governo Fernando Henrique.

Para concluir, deixo mais uma vez o registro de que o avanço social e econômico brasileiro começou muito antes de 2003, já no Governo Itamar Franco. E faço questão de deixar registrado que seus resultados ainda continuarão a aparecer no futuro e que muitas das ações que vinham sendo realizadas terão sua continuidade.

Agradeço V. Ex^a pela atenção.

Era o que tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR MARCONI PERILLO.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Venho à Tribuna na tarde de hoje para fazer uma reflexão sobre a atual situação econômica e social do Brasil e sobre algumas questões que vêm sendo motivo de bastante discussão no país nas últimas semanas.

Para iniciar, gostaria de comentar o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), divulgada no último dia 14 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e que aponta para um aumento no rendimento médio do trabalhador e uma queda na taxa de desemprego.

Quero enxergar a Pesquisa com olhos diferentes do governo do presidente Lula, que após quase 5 anos de mandato, continua ignorando e desprezando as conquistas obtidas no governo Fernando Henrique Cardoso e que rendem seus frutos até hoje, como mostra a Pnad. Como diz o colunista Merval Pereira, “O PT é um especialista em assumir como suas as conquistas de outros”.

O importante a destacar da Pnad é que a série histórica dos dados da pesquisa deixa claro, de forma definitiva, que as melhorias ali registradas não começaram em 2003, primeiro ano do mandato do presidente Lula.

Cito, por exemplo, a queda na desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini. Como todos sabem, esse índice varia entre zero e um. Quanto mais próximo de zero, mais próximo estariam de uma distribuição igualitária de renda.

A série histórica da pesquisa mostra que o índice vem caindo desde 1993, quando o Gini da renda do trabalho chegou a 0,600. A partir daí, recuou em praticamente todos os anos para alcançar, em 2006, 0,541.

Cito, também, a melhora apontada pela pesquisa na renda do trabalhador. O rendimento médio do trabalhador deu um salto de R\$ 824, em 2005, para R\$ 888, em 2006.

Esse resultado o governo do presidente Lula faz questão de comentar. Mas deixa de fazer o registro de que esse mesmo resultado é inferior aos R\$ 975 registrados em 1996 e foi suficiente apenas para equipará-lo ao ano de 1999.

Quero comentar, também, a recente pesquisa do instituto de opinião Ipsos, divulgada pelo jornal O Estado de S. Paulo no último domingo, dia 16.

A pesquisa destaca que, na percepção do eleitorado, o que Lula fez de melhor no seu governo foi o Bolsa-Família. Muito bem. Vamos voltar um pouco no tempo.

Logo no começo de 2003, o governo Lula resolveu inventar o natimorto programa Fome-Zero, achando que estava criando o grande programa social, acreditando que estava inventando a pólvora.

O que aconteceu? Perdeu tempo e dinheiro, até que abriu os olhos e percebeu que a solução para a grande “ação social” de seu governo já estava ali, prontinha, desde o governo

Fernando Henrique Cardoso. Qual foi a providência? “Criou” esse Bolsa-Família que, Senhoras e Senhores Senadores, todos sabem, simplesmente reúne os programas criados na era FHC que faziam parte do Programa de Transferência de Renda para Combate à Pobreza como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás.

Como se vê, o Governo do PT e do presidente Lula é especialmente hábil na arte de se apropriar de iniciativas dos outros. O governo do PT até poderia ser enquadrado no artigo 168 do Código Penal, para poder responder pelo crime de apropriação indébita!

A pesquisa Ipsos aponta que outra coisa que o governo Lula fez de bom foi a estabilidade econômica.

Ora, Senhoras e Senhores Senadores, isso até parece piada! Infelizmente as conquistas do governo Fernando Henrique Cardoso se esvaíram da memória do povo, em parte por culpa do próprio PSDB, que não soube defender a

estabilidade conquistada ao longo dos oito anos do nosso governo.

A MP que criou o Plano Real, por exemplo, demorou simplesmente seis anos para ser votada por obra e “birra” do PT do presidente Lula.

As melhorias de crescimento, emprego, renda, inflação, balanço de pagamentos, entre outros indicadores, certamente não aconteceriam no atual governo Lula se não fosse o esforço implementado no governo Fernando Henrique Cardoso para produzir os avanços institucionais necessários. Além disso, é preciso frisar que esses avanços jamais se concretizariam se o presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores mantivessem a orientação política de toda a sua história de pregar rupturas na gestão macroeconômica.

Algumas ações realizadas no governo Fernando Henrique Cardoso e que têm uma influência da maior relevância no ambiente econômico atual precisam ser lembradas, pois frequentemente são confundidas como obras do governo

Lula. Lembro a criação do Copom – Comitê de Política Monetária – que, com suas decisões técnicas, torna-se cada vez mais indispensável para a credibilidade do país.

Lembro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Lembro, ainda, do sistema de metas de inflação, do câmbio flutuante e da política de superávit primário – todos também instituídos por Fernando Henrique Cardoso. Todos esses pontos fundamentais para essa jornada de organização das contas públicas e que constituíram os três fundamentos básicos da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Felizmente, para o povo brasileiro, esse tripé também foi adotado pelo atual governo.

E vejam que todas essas realizações foram concretizadas em um ambiente de muita turbulência, com crises internacionais incontáveis. E sem levar em conta, também, a truculência do PT, que votava contundentemente contra as proposições apresentadas pelo governo do PSDB.

Já o governo do presidente Lula passou por esses últimos cinco anos encarando uma conjuntura extremamente favorável, sem crises externas e com grande liquidez no mercado global.

Como diz o economista Maílson da Nóbrega, “*A possibilidade de compreender essa evolução no campo institucional é privilégio de uma minoria*”. “*Se o presidente se identifica como origem de todo o desenvolvimento que se verifica em seu governo, como faz Lula, é muito difícil tirar isso da cabeça do eleitor.*”

Um último ponto que gostaria de abordar diz respeito à discussão sobre essa possibilidade absurda de realização de um plebiscito para propor a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Ora, é óbvio que essa sugestão não é para valer. Não pode ser, pois não tem o menor sentido o governo Lula querer reestatizar uma empresa que, com a privatização, alcançou recordes no investimento, na produção, no emprego e nas exportações. Apenas como exemplo, cito a produção recorde de 300 milhões de toneladas de minério neste ano contra média anual de 35 milhões da empresa estatizada. Hoje são 56 mil empregos diretos contra 11 mil há dez anos e investimentos da ordem de US\$ 44,6 bilhões nos últimos seis anos contra US\$ 24 bilhões nos 54 anos anteriores.

O cientista político Eduardo Graeff, em artigo publicado na Folha de S. Paulo do último dia 17, mostra inclusive que a “Vale privatizada” pertence fundamentalmente aos funcionários e aposentados do Banco do Brasil por intermédio do seu fundo de pensão. Com o BNDES, eles detêm dois terços do capital da Vale. Para o cientista político “*o padrão de gestão da Vale é privado. A propriedade, como se vê, nem tanto*”.

Aliás, é bom deixar bem claro que o sucesso das privatizações não está somente no processo que envolveu a Vale do Rio Doce. O bem sucedido programa passa pela Embraer, pela telefonia e pelos setores siderúrgico e petroquímico.

As empresas privatizadas, hoje, são exemplos de eficiência. Todas elas registraram aumento da receita operacional líquida e do lucro líquido por empregado. A evolução dos indicadores de rentabilidade foi clara. Antes da privatização, por exemplo, o retorno da Companhia Siderúrgica Nacional era ligeiramente menor (0,96%) que o da média do setor. Depois da venda, esse indicador ficou 7,48% acima da média setorial. No retorno sobre o patrimônio líquido, a Acesita passou de um desempenho 0,42% abaixo da média para mais que o dobro da média.

As siderúrgicas privatizadas cresceram, ganharam eficiência e vêm disputando fatias importantes do comércio internacional. Deixaram de ser problemas para o governo e passaram a operar com meios próprios.

A Embraer, atolada em graves dificuldades financeiras na última fase como estatal, tornou-se uma das maiores e mais bem-sucedidas fabricantes de aviões do mundo, em seu segmento, e já entrou no caminho da internacionalização, com operações industriais fora do Brasil.

A Usiminas era deficitária quando foi privatizada em 1991. No dia da privatização, todos devem se lembrar, houve tumulto e agressões diante da Bolsa do Rio de Janeiro. Hoje, destaca-se como o maior complexo siderúrgico de aços planos da América Latina e um dos 20 maiores do mundo.

O telefone fixo deixou de ser um luxo e os celulares tornaram-se objetos de uso popular.

Enfim, é bom acabarmos com essa conversa de que as privatizações feitas no governo FHC trouxeram prejuízo à população brasileira. Isso é um assunto que precisa ser tratado do ponto de vista técnico e econômico e não pelo aspecto político como o faz o atual governo do presidente Lula.

Aliás, assim já o fez por ocasião das eleições em 2006, deixando suspeitas no ar com o boato da privatização do Banco do Brasil. É assim que o governo Lula age: tira proveito econômico do sucesso das privatizações ao mesmo tempo em que tira proveito político de uma imagem distorcida pela anti-privatização pura e simples. A incompetência está naqueles que criticam as privatizações para poderem usar as estatais para dar emprego aos companheiros.

Com todo o aparelhamento do Estado promovido sistematicamente pelo PT e pelo governo do presidente Lula, imaginem o que aconteceria com essas empresas se o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não tivesse insistido no programa de privatizações. O que aconteceria com essas empresas, com suas administrações entregues aos companheiros do partido?

Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o ponto positivo do governo Lula foi realmente ter colocado a administração do Brasil no “piloto automático”: a política do atual governo é, sim, a política da continuidade. A biografia do ex-presidente do Fed, o Banco Central Americano, Alan Greenspan, é mais uma prova de que isso é fato consumado, ninguém pode contestar.

Greenspan, um homem que acumulou uma experiência de trabalho durante mais tempo e com maior eficácia do que qualquer outra pessoa neste planeta, dedica 20 páginas do seu livro ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre de maneira elogiosa, e só elogia o presidente Lula por ter dado continuidade à política econômica iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso.

Para finalizar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, quero destacar uma fala do presidente Lula durante visita, no último dia 4 de setembro à cidade de Recife para início das obras da Refinaria Abreu e Lima. O presidente Lula afirmou que está mais do que otimista, pois estaria convencido de que o Brasil encontrou o seu caminho.

Vossa Excelência está certo, presidente. O Brasil realmente encontrou o seu caminho. Faço uso das palavras do jornalista Reinaldo Azevedo:

“O Brasil encontrou seu caminho quando votou uma Lei de Responsabilidade Fiscal, contra a vontade do PT, que recorreu ao Supremo para derrubá-la. O Brasil encontrou seu caminho quando fez a privatização de estatais. Contra a vontade do PT, que a combateu. O Brasil encontrou seu caminho quando decidiu que jamais desonraria contratos e que pagaria o que era devido, contra, de novo, a militância do PT. O Brasil encontrou seu caminho quando decidiu pôr fim ao imposto inflacionário, com o Plano Real. Contra, naturalmente, as opiniões do PT”.

E vou mais longe: Lembro que o PT votou contra o Fundef, mas no ano passado, com o fim desse Fundo, propôs sua prorrogação, além de ampliá-lo para o ensino básico, criando o Fundeb. É só mais um exemplo de apropriação indébita, que o governo do presidente Lula se recusa peremptoriamente a reconhecer.

Para concluir, deixo mais uma vez o registro de que o avanço social e econômico brasileiro começou muito antes de 2003, muito antes do governo do PT e do presidente Lula. E faço questão de deixar registrado que seus resultados ainda continuarão a aparecer no futuro e que muitas das ações que vinham sendo realizadas terão sua continuidade.

Muito Obrigado.
Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Marconi Perillo.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito. Depois, falará o Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Senador Mão Santa, Sr^ss e Srs. Senadores, vou falar a respeito da melhoria havida no Brasil no que diz respeito à diminuição da pobreza absoluta em direção a uma maior igualdade, o que vem sendo alcançado nestes últimos anos, e, inclusive, fazer referência ao discurso do Senador Marconi Perillo.

Antes, no entanto, sinto-me na responsabilidade de expressar uma palavra de solidariedade ao jornalista Amaury Ribeiro Jr., de 44 anos, do jornal **Estado de Minas**, que vinha fazendo uma série de reportagens para o jornal **Correio Braziliense** sobre a violência no Entorno do Distrito Federal. Ele havia finalizado a reportagem que estava fazendo sobre o tráfico de drogas na região, segundo relato do motorista que o acompanhava, e os dois, então, entraram em um bar na Cidade Ocidental, em Goiás, a cerca de 50 quilômetros de Brasília. Um rapaz de aproximadamente 18 anos entrou no bar, já com a arma em punho e apontada para o repórter, que, ao perceber a situação, se jogou em cima do rapaz. No chão, o primeiro tiro foi disparado, acertando o abdômen do repórter. O autor do crime fugiu, disparando mais dois tiros que não atingiram qualquer pessoa.

O jornalista Amaury Ribeiro Jr. foi levado ao Hospital Regional do Gama e, felizmente, não houve gravidade maior. Segundo as informações, a bala perfurou a parede abdominal, mas ele se encontra bem e em recuperação.

Claro que se trata de um atentado contra a liberdade de imprensa e contra o trabalho sério de um jornalista que merece os nossos cumprimentos, da mesma forma que expresso solidariedade ao **Estado de Minas**, ao **Correio Braziliense** e à coragem de jornalistas da imprensa brasileira que estão realizando trabalhos como esse.

Aliás, ontem, o Jornal Nacional, da Rede Globo, mostrou uma reportagem muito bem feita sobre uma quadrilha que, ao longo dos últimos meses, vinha agindo na rua 25 de Março, em São Paulo, um dos lugares de maior movimento de pessoas no Brasil e na própria capital paulistana. Ali, a Globo, durante duas semanas ou mais, filmou diariamente a ação de um grupo de homens e mulheres que assaltavam pedestres no mo-

mento em que faziam compras, inclusive observando quando saíam de bancos carregando um pouco de dinheiro. Assim, antes de os pedestres entrarem nas lojas, a quadrilha os assaltava. Mas, graças justamente ao trabalho jornalístico, foi possível detectar o problema, e muitos membros dessa quadrilha acabaram sendo detidos.

Mas o tema sobre o qual vim falar está relacionado ao que o Senador Marconi Perillo estava mencionando, ou seja, o progresso havido nestes últimos anos na direção do que constitui um anseio de todos nós, brasileiros, mas, em especial, do próprio Partido a que pertenço, o Partido dos Trabalhadores, e um dos objetivos principais do Governo do Presidente Lula desde quando foi eleito: diminuir a pobreza absoluta, diminuir a desigualdade.

Nesse sentido, gostaria de assinalar o trabalho do professor Marcelo Cortes Néri, da Fundação Getúlio Vargas, “Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula”, que foi divulgado nesta semana.

Vou ler um trecho do trabalho:

Trabalho quase homônimo do Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV) lançado na mesma época do ano passado, imediatamente após o lançamento dos microdados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), indicou duas marcadas mudanças em patamar de miséria: no biênio 1993–1995, a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria cai 18,47% e, no período 2003–2005, a mesma cai 19,18%. Estes dois episódios foram separados por um período de dez anos de relativa estabilidade da miséria, apenas interrompido em 1998 e 2002. O paralelo existente entre os dois episódios de redução permanente de miséria, assim como as flutuações transitórias ocorridas em anos eleitorais, podem ser percebidos no gráfico abaixo.

Nesse gráfico, pode-se observar que, em 1992–1993, o número de pessoas que estavam vivendo abaixo da linha de miséria, medido pelo Centro de Políticas Sociais da FGV, estava em torno de 35%. No ano de 1995, baixou para 28,79%. Ao longo do período de 1995 até 2000 permaneceu em torno de 28%. Entre 2001–2002, baixou para 27,63%, 26,72%, respectivamente, para estar novamente no patamar de 28,17% em 2003. Pois bem, desde 2003 houve uma baixa significativa, passando de 28% para 25%, em 2004; 22%, em 2005; e 19,31%, em 2006.

A novidade do gráfico deste ano é 2006, que não só dá seqüência às conquistas observadas desde 2003, mas constitui o melhor ano

isolado da série histórica, com queda de 15%. Em 2006, a proporção de miseráveis atinge 19,3% da população – milhões de pessoas – com renda *per capita* inferior a 125 reais mensais a preços da grande São Paulo).

É claro que, conforme assinala hoje Jânio de Freitas, viver com R\$ 125,00 mensais é ainda muito pouco. Mas houve uma melhora na direção positiva, e isso decorre muito do conjunto de políticas sociais, tanto o aumento no valor do salário mínimo, como de diversos programas de transferência de renda. Entre esses, destaco o Programa Bolsa-Família, que, em dezembro de 2003, beneficiava 3,5 milhões de famílias e, em 2006, chegou ao patamar de 11,1 milhões de famílias. E houve um enxugamento, uma correção no sentido de que pessoas que não estivessem preenchendo os requisitos da lei fossem excluídas. Agora, o Ministério do Desenvolvimento Social informa que são cerca de 11 milhões de famílias. Se considerarmos que há aproximadamente quatro membros em média por família, temos um número aproximado de 45 milhões de pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, ¼ da população brasileira.

Destaco que o Programa Bolsa-Família teve um ajuste e que hoje são beneficiários dele todas as famílias com renda *per capita* abaixo de R\$120,00, da seguinte maneira: se tiverem uma, duas, três ou mais crianças, essas famílias têm direito de receber R\$18,00, R\$36,00 ou R\$54,00, respectivamente, e mais R\$54,00 se a família tiver uma renda *per capita* abaixo de R\$60,00. Portanto, variando de R\$18,00 para R\$112,00. Além disso, há agora um novo ajuste, porque o Programa Bolsa-Família passou a ser estendido também às famílias com uma, duas, três ou mais crianças até 16 anos e que tenham jovens de 16 até 18 anos, desde que estejam freqüentando a escola, passando a receber mais R\$30,00 ou R\$60,00, se for um ou dois adolescentes, respectivamente.

Assim, estamos avançando na direção do aperfeiçoamento dos programas sociais brasileiros. Hoje, há condicionalidades, como as mães freqüentarem os postos de saúde; as crianças de 0 a 6 anos receberem as vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde; as crianças de 6 a 16 anos demonstrarem que estão freqüentando 85% das aulas.

Assinalei que a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, coordenada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 3 de julho, em Fortaleza, com a participação de mais de duas mil pessoas, apresentou um documento final propondo a construção de um sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, com objetivos

de melhoria da alimentação de todos os brasileiros, da sua saúde e de justiça em nosso País.

Esse fórum, entre suas conclusões, assinalou a importância do Programa Bolsa-Família na direção de instituirmos no Brasil, segundo a Lei nº 10.835, de 2004, aprovada por consenso nesta Casa e no Congresso Nacional, e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 8 de janeiro de 2004, uma renda básica de cidadania. O Programa Bolsa-Família constitui um passo na direção da renda básica de cidadania, que, tenho certeza, quando instituída, irá acelerar ainda mais a consecução dos objetivos de erradicação da pobreza absoluta, bem como da realização de justiça em nosso País.

Assim, quero cumprimentar o Presidente Lula, o Ministro Patrus Ananias e toda sua equipe, muitos dos quais estão hoje na conferência organizada pela Fian, um instituto internacional de segurança alimentar, cujo Diretor, Professor Rolf Künemann, está hoje no Brasil, junto com Flávio Valente, Secretário-Geral da Fian. Eles estão organizando um simpósio em que estão justamente analisando os efeitos positivos desse programa para a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável. A seguir, falarão o Senador Magno Malta, como Líder, e a Senadora Rosalba Ciarlini, como oradora inscrita.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, primeiramente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Pois não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, espírito da lei, primeiro falo pela ordem só para mostrar este livro *Peço a Palavra pela Ordem!*, uma das melhores obras deste Parlamento, de autoria do Senador Paulo Duque, que será lançado hoje na bienal, no Rio de Janeiro. É uma obra-prima do Senador, que tem meio século de luta política – interessante que há aqui uma riqueza, um retrato da esposa dele, e ela empata com Adalgisa –, onde coleta os melhores pronunciamentos que ouviu nesses 50 anos de atividades políticas.

Não sei como, mas ele escolheu um discurso de minha autoria sobre a Batalha do Jenipapo, a grandeza do Piauí na formação da Unidade. Há vários Senadores, inclusive Pedro Simon.

O livro foi escrito para aqueles que querem buscar eloquência, que a têm nata, como Magno Malta, ou vão usar essa eloquência para a política, para o júri, para o serviço pastoral das Igrejas Evangélicas.

Sem dúvida alguma, é um dos melhores livros de oratória da história do Brasil.

Agora vou utilizar o meu tempo para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Parabéns ao Senador Paulo Duque, pelo lançamento do livro e parabéns ao Senador Mão Santa, por ter um de seus discursos selecionado. E também, conforme diz o Senador Magno Malta, porque é muito habilidoso, usou dois tempos, pela ordem e agora para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ajuda de Santa Dadá.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^as e Srs. Senadores aqui presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem e que estão sintonizados com o sistema de comunicação do Senado – a televisão, o rádio AM e FM e o nosso jornal.

Senador Alvaro Dias, esse PT... Esse PT... Olhe, o Piauí não tem **tsunami**, não tem esse negócio de terremoto, maremoto, não tem vulcão. Não tem, mas tem o PT no Piauí.

Então, nós vivemos hoje da mídia, mas a mídia... O País sofre com a seca. Está aqui a primeira página do **Correio Braziliense**. Seca. E ganhamos aqui. Magno Malta, há retrato aqui de muita gente. E ganhamos justamente esse jornal aqui, mas é justamente criticando a maneira com que o Governo do PT atende à calamidade da seca no Piauí.

“Seca no Piauí. Flagelo do sertão”. Cadê a televisão? Coloque tipo **outdoor**. Eu apenas queria dizer o que sublinhei aqui: “A pior seca em 24 anos atormenta 137 dos 223 municípios do Piauí. Há cinco meses sem chuvas, um milhão de pessoas sofrem.”

Senador César Borges, nós fomos felizes. Nós governamos nossos Estados, mas o Governo Federal tinha responsabilidade, não só publicidade, mídia paga. A Sudene nos socorria nesses desastres.

Então, está aqui: “O dinheiro sai dos R\$80 recebidos pelo pai, que tem a perna amputada, e dos R\$100 do programa **Bolsa Família**”. Mas acontece que ele tem que comprar água, Senador César Borges. Veja o que diz um deles: “Nunca tive ajuda nenhuma de governos. Só dos meus braços”, diz o produtor, enquanto enche mais um pote que logo será carregado no lombo do jumento”. É isto.

Então, para a Sudene, que nós recriamos, o Presidente Luiz Inácio vetou os instrumentos financeiros. Ficou só na demagogia e no papel. A Sudene

era quem nos ajudava a minimizar esse sofrimento. Tinha **know-how**.

Veja, então, o que diz, aqui, o jornal **Correio Braziliense**:

“Fornecimento por carros-pipa chega a custar R\$100,00 por galão.”

É esse Governo que faz a mídia, mas está morrendo tudo, um milhão de piauienses – e é porque o Governador é do PT. Então, eles pagam “R\$100,00 por galão, valor inviável para a maior parte dos atingidos. Governo reconhece calamidade em apenas 89 cidades e demora a repassar (...).” “A vida aqui nesse interior é dura. Ninguém nem lembra do Piauí, não. A gente é tudo esquecido”.

Essa é uma reportagem muito bem feita. Queremos então o nosso Ministro aqui. E diz o seguinte: há cinco meses não há sinal de chuva.

Em junho passado, o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira, anunciou que R\$ 3 milhões seriam liberados para alugar carros-pipa. O dinheiro não teria chegado ainda ao destino.

As coisas do PT desaparecem.

Está aqui o flagelo. O povo sofrendo mesmo. Não obedecem, o Luiz Inácio não é temente a Deus: “dai de beber a quem tem sede e de comer a quem tem fome”. Tem muito é mídia, mas está aqui.

Novamente ganhamos hoje, ô Magno Malta! Piauí. Olha aí, vão eleger governador do PT, vão! Vou provar aqui. Ô César Borges, ganhamos hoje o Bom Dia Brasil, Mário Couto. Estamos iguais ao marajó. “Saúde agoniza no Piauí”. Isso não sou eu, não. Não é o Mão Santa, é o Bom Dia Brasil: “A crise na saúde pública no Nordeste há muito atinge o Piauí. No pronto-socorro do maior hospital de Teresina, os corredores estão superlotados. Há pacientes internados até no pátio”. O pronto socorro fui eu que fiz quando Governador.

A crise na saúde pública no Nordeste há muito atinge o Piauí. No pronto-socorro do maior hospital de Teresina, os corredores estão superlotados; há pacientes internados até no pátio. Seu Ricardo denuncia que o filho está internado no pátio do hospital. “Quando o sol bate a gente fica catando sombra” (...)

E o sol do Piauí, Mário Couto, ô sol quente, macho, 40 graus, e eles ficam.

Com uma câmera escondida, a equipe de reportagem do Bom Dia Brasil confirmou a denúncia de seu Ricardo. Doentes foram parar no pátio (foto), porque não conseguiram vagas – nem mesmo nos corredores do hospital. A capacidade do pronto-socorro é de 85 leitos. Hoje, estão internados 186 pacientes.

Isto é uma vergonha! Tiraram Boris Casoy, mas não nos tiram daqui, Mário Couto. Isto é uma vergonha!

“A situação do maior hospital público do Piauí é mais grave no setor de ortopedia. Há 550 pacientes na fila à espera de uma cirurgia”. Ó Luiz Inácio! Ó Marisa, pelo amor de Deus, cutuca na orelha desse teu marido! É, quando fui Governador, Adalgisinha ficava me dizendo: “Olha ali, estão passando fome”. Ó Marisa, vai... Esses aloprados em torno do Luiz Inácio... Está aqui: Quinhentos e cinqüenta pacientes na fila à espera de uma cirurgia ortopédica. Isso é uma lástima, é uma vergonha! “Esta lista não pára de crescer”.

O ideal é que todos os doentes estivessem bem acomodados e que houvesse espaço, inclusive, para nós, médicos. Eu também trabalho como plantonista. Temos espaço para caminhar. Às vezes, falta até isso. A verdade é que está superlotado, são muitos pacientes. O Hospital Getúlio Vargas não recusa o paciente [afirma o diretor do pronto-socorro] (...).

E mais, Mário Couto: “A crise poderia ser superada com a inauguração do Hospital de Urgência de Teresina. A obra começou há 16 anos”. Há cinco anos, Luiz Inácio foi lá, prometeu, levou todos os votos, e está aí. “A obra começou há 16 anos. Foram gastos R\$ 14 milhões, mas ele nunca funcionou”.

E o Governo fica prometendo.

“Trata-se de uma realidade que faz doentes como o porteiro Francisco, de 25 anos, morrer de apendicite aguda por causa da demora no atendimento em hospitais públicos”.

Isso é uma vergonha, nunca existiu isso! Tenho 40 anos de profissão. Essas mãos guiadas por Deus, e havia estrutura... Os hospitais tinham estrutura.

Morrendo por apendicite!

“Só passavam medicamentos e o mandavam para casa”, contou, chorando, o irmão da vítima (...”).

A praga mesmo é esse negócio de PT!

Olha aí:

“Fortaleza/CE: Médicos de Fortaleza marcam greve em outubro”.

Olha aí a vergonha, ô Boris Casoy!

“Hoje, o salário é de R\$ 726,00”.

Um médico da Prefeitura do PT, de Fortaleza!

Rosalba Ciarlini, agora, V. Ex^a é Senadora mesmo, porque, neste País, há justiça. A justiça está boa porque passou um malandro, picareta por lá, que disse: “Acabou”. E está por aí. Agora vemos que a justiça

melhorou, porque eu sei o que é isso. Eu sei o quanto essa justiça foi... Eu fui vítima. Na calada da madrugada, ninguém pôde pedir visto. Sepúlveda Pertence, simbolizando a grandeza, retirou-se, e V. Ex^a é feliz, porque, hoje, temos justiça neste País.

Eu me lembro, ô César Borges, do Frederico da Prússia. Andando, ele viu um moinho bonito. Chegou e se apresentou ao fazendeiro, dizendo-lhe que queria comprar aquele moinho. Mário Couto, o fazendeiro lhe disse: “Mas não posso vender, isso foi do meu avô, do meu pai; eu cuido dele, pertence à história”. “Você sabe com quem está falando? Está falando com o Rei Frederico da Prússia.” O caboclo olhou e disse: “Majestade, ainda existem juízes em Berlim”. Hoje, podemos dizer: ainda existem juízes em Brasília. E eu me congratulo com isso.

O salário é R\$ 727,00! Ó Luiz Inácio, nenhum aprendiz do Senai ganha isso. Sei que são bons mecânicos, mas R\$ 726,00 para um médico?! Mário Couto, vou conceder-lhe a palavra.

Nesse mesmo pronto-socorro, Efraim – eu me formei em Fortaleza e, depois, fiz pós-graduação no Rio –, fui plantonista. Na assistência municipal, o Prefeito da ditadura, Murilo Borges, dava-me um salário e meio. Eu era estudante de Medicina. Setecentos e vinte e seis reais!

Mário Couto, um instante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a está usando o horário de comunicação inadável, mas o Senador Mário Couto pode falar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a fica bem nessa Presidência! É bom ressaltar. Estamos precisando da sua presença.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – É uma honra! Primeiro, agradeço ao Presidente por me conceder alguns minutos. Sr. Presidente, vou ser breve. É uma honra sempre apartear esse eminente orador, representante do Estado do Piauí. Tenho certeza de que os piauienses se orgulham de tê-lo aqui, representando e defendendo seu Estado com muita veemência, sempre trazendo a esta tribuna assuntos importantes para seu Estado e para a Nação. Quero lhe fazer uma pergunta: cadê a CPMF? A maior parte do dinheiro da CPMF não é destinada à Saúde, para melhorar a saúde neste País? Como é que está...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – ...a saúde neste País? É caos! No meu Estado, também governado por uma petista, há uma cidade grande, no oeste do Pará, chamada Santarém. Cidade maravilhosa, habitantes maravilhosos, pessoal altamente educado; em resumo, pessoas que merecem todo o nosso suor, para,

realmente, garantirmos a eles o bem-estar social. Há um hospital novo, investimentos acima de 30 milhões, belo hospital, todo equipado. Senador Mão Santa, acredite se quiser. E a Governadora do PT não abre o hospital para funcionamento. Pasmem, senhoras e senhores! Não abre o hospital. Sabem por quê? Vou denunciar, vou denunciar sem medo. Sabem por que ela não abre o hospital de Santarém? Porque ele foi construído pelo ex-Governador, adversário dela. Olhe como é, Senador Mão Santa: ela deixa a população sem assistência médica, ainda que haja um hospital de média complexidade, belíssimo, muito bem equipado, pronto. Fomos lá, o Senador Flexa Ribeiro foi lá: o hospital está fechado, porque a Governadora não quer abri-lo, por ter sido construído no governo anterior, do PSDB. Parabéns mais uma vez! Pergunto a V. Ex^a: cadê a CPMF? Vamos derrubar essa contribuição aqui; vamos lutar, vamos brigar até as últimas consequências, mas vamos derrubar essa contribuição. O Governo está cheio de dinheiro, e não sabe aplicá-lo. Melhor dizendo: deixa roubar. Amanhã ou hoje, vou falar sobre o TCU nesta Casa e vou mostrar o quanto o Governo Federal é burlado e deixa a corrupção imperar no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, a Prefeita é do PT também?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – A Prefeita é do PT.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Igual à de Fortaleza, que paga ao médico R\$ 726,00. Como é que pode, Efraim?!

Senadora Rosalba Ciarlini, apresentarei um requerimento para que V. Ex^a, extraordinária prefeita, mulher, ensine a essas mulheres...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, a Governadora foi sua colega aqui, Ana Júlia Carepa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, o grande Presidente José Sarney, que fez a transição democrática, só cometeu um erro: V. Ex^a devia ter sido o candidato...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... dele à Presidência da República. V. Ex^a foi lembrado. Agora, lembro seu nome ao povo do Paraná. V. Ex^a fica tão bem na Presidência do Senado, quanto na Presidência da República do meu País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É bondade de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta, pela Liderança do Partido da República. Em seguida, falará a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela Liderança do Bloco/PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs., Senadores, quero cumprimentar as pessoas que nos visitam, que estão nas galerias desta Casa, os senhores telespectadores e ouvintes da Rádio Senado.

Eu gostaria realmente de ter muito tempo para discorrer, minimamente, sobre três assuntos. O primeiro deles trata de questões que envolvem meu Estado e que muito angustiam todos nós. Na semana retrasada, tivemos um dissabor, porque a Bancada do Espírito Santo foi à Casa Civil, para ser atendida pela Ministra, que, em seguida, mandou um assessor atendê-la. Esse assessor deixou a Bancada sentada por três horas, sem dar bola, nem a mínima. E a Bancada, sob o comando do Senador Gerson Camata, tinha assuntos interessantes, urgentes e necessários para tratar, como a questão dos quilombolas no Espírito Santo. Se o Governo não tomar cuidado – essa coisa virou moda! –, daqui a pouco, haverá guerra nos Estados.

O Ibama bloqueou 150 quilômetros de praia no Espírito Santo, na nossa costa, sem qualquer estudo, simplesmente porque os técnicos acham que ali pode haver alguma coisa que pode impedir, que pode atrapalhar a vida marinha. Os blocos de petróleo naquela área não têm podido ir a leilão. Graças a Deus, o petróleo começou a jorrar no Espírito Santo, e isso nos dá uma perspectiva muito grande para os próximos cinco anos! O petróleo já é a grande bênção para a solução dos problemas que o Espírito Santo viveu nos últimos anos; falo dos **royalties** do petróleo. Quando coordenador da Bancada do Espírito Santo, Senador Alvaro Dias, no início deste mandato, tive o prazer, juntamente com a Bancada e com os políticos do Estado, com toda a classe política – justiça seja feita! –, de contar com a disposição do Presidente da República para nos ajudar. E esses **royalties** do petróleo é que ajudaram a resolver os problemas do Estado do Espírito Santo.

Senador Alvaro Dias, o Ibama bloqueou 150 quilômetros da nossa costa. A mim me parece que há uma indisposição contra a Aracruz Celulose. Não tenho dados técnicos para dar, mas de uma coisa sei: a Aracruz Celulose é geradora de emprego, de trabalho, e quem gera trabalho gera honra no Estado do Espírito Santo. Se existem problemas técnicos, que estes sejam corrigidos, mas não penalizando o Estado, como tem acontecido conosco no Estado do Espírito Santo. Imagino que a Aracruz Celulose tem buscado todas as maneiras e meios para cumprir seu papel social, para

melhorar a condição da fábrica, para dar qualidade de vida aos capixabas que vivem em torno da fábrica, ou seja, ao povo de Aracruz. Aliás, Aracruz tem uma bela arrecadação devido a essa fábrica, que deixa impostos no Estado do Espírito Santo.

Com esse bloqueio de 150 quilômetros da nossa costa, nossos pescadores artesanais estão agoniados e atônitos, passando fome. Tive uma reunião com os pescadores de Marataízes, acompanhado pelo Gazzani, e recebi aqui, na semana passada, a Presidente da Câmara de Vereadores daquele Município, onde tenho tantos amigos, a minha amiga Vereadora Dilcélia, que comandou também aquela reunião de pescadores.

Senador Alvaro Dias, Senador Mão Santa, tive uma reunião com o Secretário Nacional da Pesca, que me disse: "Olha, por que V. Ex^a não conversa com o Patrus Ananias, que é o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministro que administra o Fome Zero?". Dessa forma, poder-se-ia mandar, pelo menos, cesta básica para Marataízes, para Piúma, para os pescadores artesanais de Iriri, do norte e do sul do Estado, que não têm como colocar seus barcos na água, porque lhes foi tirado o direito de pescar.

Pois bem, com todos esses assuntos para serem tratados, a Bancada não foi recebida, o que me preocupa muito.

Faço um apelo à Ministra Marina, porque, para nós, é muito duro saber que técnicos que ficam sentados em uma sala, na frente de um computador, fazem determinações. Ninguém pode mudar a vida de um povo, a vida de um Estado.

Senador Alvaro Dias, falei ao ex-Ministro Agnelo Queiroz – que foi sabatinado ontem, no Senado, para assumir uma das diretorias da Anvisa – que, na Anvisa, existe uma resolução minimamente criminosa, desde a época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando eu era Deputado Federal e quando Serra era Ministro da Saúde, já no seu final. Não tive tempo de debater com ele, mas levei essa preocupação ao Presidente da República, e o Presidente Lula me deu garantias de que a Anvisa vai mudar essa resolução, que foi feita por técnicos.

Senador César Borges, V. Ex^a foi Governador da Bahia e conhece n entidades religiosas que recuperam drogados no seu Estado. Posso citar uma centena delas agora, inclusive uma que é coordenada pela esposa do Pinheiro. No meu Estado, há quase três mil. Senadora Rosalba, no seu Município, de que V. Ex^a foi Prefeita, elas também existem.

O que seria deste País sem essas instituições de recuperação de drogados, que estão fazendo o que o Estado não faz, muitas vezes por má-fé e também porque não sabe fazer? E não se deve meter nisso!

Esse é um investimento de vida, é alguma coisa de que o sujeito participa porque ama aquela causa, é sacerdote daquela causa e não recebe por ela.

Nos gabinetes, os técnicos da Anvisa – que fumam, que fazem festas e que bebem, sem moral para tratar da vida de drogados, porque são tão drogados quanto eles – fizeram essa resolução. Não importa se a droga está na legalidade ou na ilegalidade, porque toda droga é ilegal. Todos que fumam craque, que cheiram cocaína ou fumam maconha começaram com a bebida alcoólica, essa droga desgraçada, de uma sociedade hipócrita, que mete o dedo na cara da Polícia e dos políticos, mandando-os tomar providências quanto a quem fuma maconha e craque, enquanto se alcooliza. Essa sociedade de bêbados e de fumantes – o cigarro mata dez pessoas por hora, neste País – fez uma resolução bonita, dizendo que quem deve recuperar drogado é o Sistema Único de Saúde (SUS). Mamãe me acode! Agora, só falta que eu veja chover para cima. Se o SUS não cumpre seu papel principal – o Senador Mão Santa acabou de fazer uma denúncia –, como vai recuperar drogado? É defeito e problema de caráter? Com certeza. É problema de intoxicação? É claro que sim, mas é um problema espiritual.

Há 26 anos, tiro drogados das ruas, e, quando falo que o problema é espiritual, fica mais fácil criticar a Igreja, zombar da Igreja e da Bíblia, tirando onda. Qualquer manifestação que faça apologia às drogas é cultural. Qualquer outra manifestação religiosa, com exceção da evangélica, é cultural, mas a outra é debochada.

Na ExpoCristã, encontrei o Pastor Marcos Pereira, que faz um trabalho esplêndido nos presídios do Rio de Janeiro com drogados, com traficantes e com presidiários de toda a ordem. Os meninos estavam bonitinhos, de terno, e se dizia: "Este aqui é o fulano, que era segurança do Beija-Flor, lá do Alemão". Havia um monte de meninos recuperados que diziam: "Eu assaltava à mão armada, de escopeta na mão"; "Eu assaltava na Avenida Brasil"; "Minha especialidade era assalto a Banco". Cada um falava uma coisa: "Mas encontrei Jesus na Igreja"; "Fui resgatado"; "Alguém investiu sua vida na minha vida". Essa conversa escuto há 26 anos, mas estou falando dos meninos que estavam lá, com o Pastor Marcos Pereira. É esse tipo de gente que as casas de recuperação estão salvando. E a Anvisa falou: "Não, quem deve fazer isso é o SUS, porque se trata de problema de saúde pública". Não sei se demônio é problema de saúde pública – de repente é assim –, porque o problema é espiritual.

Ficou determinado que, para se abrigar o drogado, era preciso haver um quarto com tal dimensão, não podia existir beliche, devia haver cama e freezer

de determinada qualidade. Isso significa que uma irmã de caridade, uma freira – deixem-me falar assim, para não citar evangélicos – que tira quatro prostitutas drogadas das ruas, meninas abandonadas pelas famílias e pela sociedade, que sacrifica sua casa, sua geladeira, seu quarto, que compra dois beliches e os coloca lá, bonitinhos, limpinhos, que vai dormir no sofá, faz comida, lava a roupa e trata das doenças, segundo a Anvisa, não está autorizada a fazer isso. Ela deve fechar a porta e colocá-las na rua.

Perguntei ao Agnelo: "Como vamos fazer com isso?". Ele me disse: "Vamos cumprir o que o Presidente da República quer, eu acredito nesse trabalho, e vamos acabar com essa resolução". Essa resolução pretendia fechar, desde 1997, essas instituições que recuperam drogados. E sabem o que eles fazem? Vendem camisetas e bonés – vendo CD e camiseta também, além de realizar eventos – para se manter.

Senador Alvaro Dias, o orçamento da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) – infelizmente, são esses os dados –, quando o Presidente Fernando Henrique saiu, era de R\$68,00. Hoje, a Anvisa, que deveria cumprir um papel na área da prevenção, não o faz. Fui assistir a um congresso que a Anvisa produziu e fiquei com vergonha. Uma técnica leu um relatório, segundo o qual foram gastos três milhões ou mais numa pesquisa encomendada por uma ONG. A pesquisa pretendia saber onde se cheira mais, onde se cheira menos, onde há mais meninos cheirando cola, onde há mais gente queimando craque, onde há mais gente cheirando pó. Essa era a pesquisa. Rapaz, não precisamos mais desse tipo de pesquisa, não! Todo mundo sabe de tudo, e, guardando-se as devidas proporções, em Presidente Kennedy, um Município pequenininho do meu Estado, do meu querido Prefeito Aluizio, o povo fuma tanta maconha quanto no Rio. No Rio, fuma-se tanta maconha quanto no menor Município do Estado, porque, guardando-se as devidas proporções, com a violência que tomou conta do Brasil, advinda das drogas, do seu uso, do seu consumo, do abuso de drogas, todos os lugares são iguais.

Foram gastos três milhões com isso, enquanto milhões estão padecendo, precisando ser recuperados, e as instituições precisam ser assistidas. Isso não acontece, porque se gasta com pesquisa, e a resolução da Anvisa é para fechá-las. Se me derem ordem para fechar, vou colocar 150 pessoas na rua, hoje. Devolverei para a rua 150 drogados. Há meninos de 12 anos que pegam em escopeta, que fazem tráfico de craque e também gente de 70 anos, alcoólatra, cuja família somos eu e minha família. Eu os coloco na rua também.

Estou brigando desde 1997 e espero que, agora, com a posse de Agnelo, Senador Alvaro Dias, a Anvisa tome uma posição e coopere neste momento violento do Brasil, neste momento angustiante, em que pais e mães não têm paz. Quando sabem que o filho está na rua, a esposa e o marido ficam inquietos. Ninguém tem paz sabendo que um ente querido foi à Igreja, essa Igreja que deveria ser abraçada e respeitada, porque está cheia de ex-bandidos, de ex-drogados, de gente com escopeta e pistola na mão, de gente que foi lavada, remida no sangue de Jesus, e que, muito pelo contrário, recebe zombarias, é anarquizada e tida como enganadora de pessoas. É uma coisa absurda!

Pois bem, Sr. Presidente, não tenho tempo para falar de todos os assuntos de que gostaria, mas quero parabenizar a ExpoCristã, em que participei de eventos. Pude reencontrar o Pastor Marco Pereira e muitas outras pessoas. Parabenizo o povo do meu Estado que trabalha com recuperação de drogados na Oficina de Gente, no Projeto Resgate e em muitas outras iniciativas, e alguns dos que saíram do Projeto Vem Viver, dirigido por minha esposa. São ex-drogados...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já encerro, Sr. Presidente.

Esses ex-drogados são recuperados, limpos e lavados.

Lá há uma casa de recuperação que é dirigida pelo Adriano, Senadora Rosalba, o qual me foi entregue por um juiz, depois de cair no tráfico. Mas ele dizia: "Esse menino não é bandido. Por que vou mandá-lo para o presídio?". A mãe foi atrás de mim, conversei com o juiz, e ele me disse: "Olha, a lei não manda, mas, se você quiser, eu o entrego". Eu disse-lhe: "Dê-me". Ele ficou comigo por sete anos – ficou por cinco anos cumprindo pena. Foi resgatado e limpo, tomando o melhor remédio do mundo, que é Jesus de manhã, Espírito Santo ao meio-dia e Deus à noite. Hoje, Adriano comanda uma casa de recuperação, fazendo por outros o que fiz por ele. Mas é anarquizado. Com a Bíblia, tiram onda: "Crente é tudo idiota; estão ali para roubar". É um negócio absurdo!

Como não tenho muito tempo na tribuna, quero cumprimentar as pessoas que investem na vida, que tiram gente das ruas. Vamos continuar, mesmo zombados! Jesus disse que, assim sendo, somos bem-aventurados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.081, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Antonio de Almeida Ferreira e, nos termos do inciso I do art. 221, a apresentação de condolências à família enlutada.

Justificação

O Sudoeste do Estado Paraná recebeu com profundo pesar a notícia do falecimento de Carlos Almeida. O Prefeito de Pato Branco, Roberto Viganó, manifestou o sentimento de perda decretando luto oficial por três dias no município.

Carlos Antonio de Almeida Ferreira nasceu em 29 de outubro de 1937, em Belém do Pará, e faleceu no fim da tarde de 19 de setembro corrente, na capital paranaense, onde se submetia a tratamento de saúde. O anúncio do seu passamento sensibilizou os mais diferentes segmentos da sociedade do Paraná.

Detentor de uma personalidade forte, ele conseguia mesclar essa feição marcante com amabilidade ímpar nos seus gestos e na postura afável. Antes de viajar para Curitiba, onde foi em busca de auxílio médico, ele deixou um botão de rosa branca para cada mulher do Diário do Sudoeste. Atitudes como essa demonstram a sensibilidade de Carlos Almeida.

O empresário era cronista e articulista do **Grupo Diário**, o qual considerava uma extensão de sua própria família. Fazia questão de participar das reuniões de pauta da redação, sem jamais se esquivar de oferecer sua contribuição pessoal como cidadão e jornalista de alma. No Diário do Sudoeste vocalizou seus pontos de vista nos espaços "Coluna Bastidores" e "Opinião Pessoal".

O colunista, articulista e cronista do **Diário do Sudoeste** e do **Diário de Guarapuava** pertenceu aos quadros do Banco do Brasil, além de presidir o Banestado, bem como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e o Banco de Desenvolvimento do Paraná.

Ao longo de sua trajetória profissional foi reconhecido pelos relevantes serviços prestados à comunidade, tendo recebido os títulos de Cidadão Honorário do Estado do Paraná; da cidade de Curitiba; e também de Clevelândia, Cornélio Procópio e São João do Ivaí. Carlos Almeida era membro do Centro de Letras do Paraná e da Academia de Letras e Artes de Pato Branco.

Foi nesse espaço de criação jornalística, no dia-a-dia do jornal, que Carlos Almeida descobriu e identificou o seu ponto de encontro com a vida. Baseado

em algo escrito antes de partir, podemos afirmar que o grande encontro de sua existência ocorreu no ambiente de redação.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2007.
– Senador **Álvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR)

– Tive a honra de nomeá-lo para os cargos que ocupou, sempre com muita competência, honradez e dignidade.

O requerimento depende de votação.

Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.082, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Resolução nº 37, de 2007, e nº 40, de 2007, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2007.
– Senador **Adelmir Santana**.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias – PSDB/PR)

– Sobre a mesa decisão que passo a ler.

É lida a seguinte:

DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, resolve deferir o Requerimento nº 1.082, de 2007, de tramitação conjunta.

Senado Federal, 20 de setembro de 2007. – Senador **Tião Viana**, Senador **Efraim Moraes**.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Projetos de Resolução do Senado nºs 37 e 40, de 2007, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.083, DE 2007

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2007, com Projetos

de Lei do Senado nºs 237 e 504 de 2003, e 80 de 2004, e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 52 e 99 de 2003, por versarem sobre a mesma matéria – detecção de condições patológicas em recém-nascidos.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2007.

– Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.084, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 218, II, combinado com o art. 221, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar e a apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista e escritor cearense Eduardo Campos, ocorrido em Fortaleza no dia 19 de março de 2007.

Bacharel em Direito, o jornalista Manuel Eduardo Pinheiro Campos nasceu em 11 de janeiro de 1923 na cidade de Guaúba, Ceará. Participou ativamente da fundação e do desenvolvimento das comunicações no estado, foi dirigente da Ceará Rádio Clube e da pioneira TV Ceará, presidiu a Associação Cearense de Rádio e TV – ACERT e o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Ceará.

Manuelito, assim chamado pelos amigos e familiares, era apaixonado pela literatura. Folclorista, publicou mais de 70 títulos, sobre os mais variados temas. O primeiro em 1943 – **Águas Mortas** – e o último no ano passado – **O Lugar da Cozinha**. Contribuiu muito com sociedade literária, foi membro fundador do “Clã” um dos mais importantes movimentos literários cearenses, imortal da Academia Cearense de Letras e da Academia Cearense de Retórica.

Eduardo Campos atuou também no teatro, foi ator, autor, diretor e dramaturgo de grandes peças, tais como **O Morro do Ouro** e **A Última Ceia do General**. Participou ativamente da política e do fortalecimento da cultura e história do Ceará, sendo Secretário de Cultura e Desporto do Governo Virgílio Távora e presidindo o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Intelectual muito criativo, alegre e simples no trato, o escritor Eduardo Campos deixará um forte sentimento de saudade em todos os cearenses, que, certamente, retribuirão perpetuando na história a sua inestimável dedicação ao Ceará.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2007.

– Senador **Tasso Jereissati**.

REQUERIMENTO N° 1.085, DE 2007

Nos termos do Art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro Voto de Aplauso ao Estado do Rio Grande do Sul, em homenagem ao povo gaúcho. Ademais, no dia 20 de setembro (hoje) é celebrado o dia máximo do sul-riograndense, dia do gaúcho e da Revolução Farroupilha.

Justificação

No dia 20 de setembro, festeja-se no Rio Grande do Sul a Revolução Farroupilha, que eclodiu na noite de 19-9-1835, quando Bento Gonçalves da Silva avançou com cerca de 200 “farrapos” (ala dos exaltados, que queriam províncias mais autônomas, unidas por uma república mais flexível) sobre a capital Porto Alegre (que na época possuía cerca de 14 mil habitantes) pelo caminho da Azenha (atual Avenida João Pessoa).

A Revolução Farroupilha, também conhecida como Decênio Heróico (1835–1845), configurou-se, na mais longa revolta brasileira. Após o término da grande guerra, que apesar da vitória militar do Império do Brasil contra a República Rio-Grandense, significou a consolidação do Rio Grande como força política dentro do país.

A revolução foi realmente a precursora da liberdade, a data comemorada foi transformada em feriado, por decisão da Assembléia Legislativa, a partir do Decreto Estadual nº 36.180 de 1995 que foi amparado pela Lei nº 9.093 de 1995, aprovada no Congresso Nacional, que estendeu a mesma possibilidade a todos os estados. A comemoração aprofunda o espírito de solidariedade, de ação unitária e coletiva e de patriotismo do povo gaúcho. Portanto, a comemoração, para nós gaúchos, trás à nossa memória nossos antepassados – que em busca de um ideal de liberdade – proclamaram a República Piratini e combateram o Império por 10 anos orgulhando gerações e gerações de gaúchos.

Neste dia especial, em todos os recantos, os gaúchos reverenciam a Revolução Farroupilha – marco da história e da formação política da sociedade sul-riograndense – suas causas e ensinamentos.

Portanto, é com vistas ao reconhecimento pleno da cidadania deste momento da nossa história e da valorização de quem nos representou que proponho o presente requerimento, encarecendo os bons préstimos dos meus pares no sentido de aprová-lo.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2007.

– Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, é muito bom...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador César Borges, apenas quero saber se houve permuta com o Senador Cristovam Buarque ou se houve cessão de S. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – O Senador Cristovam solicitou-me que usasse esse espaço – posteriormente, S. Ex^a usará o tempo que está assegurado a mim –, enquanto S. Ex^a chega ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É exatamente isso. Muito obrigado.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Sr. Presidente, falarei sobre um assunto para o qual considero muito importante a presença do Senador Garibaldi Alves Filho, que governou o Estado do Rio Grande do Norte por três vezes, aliás, por duas vezes – provavelmente governará a terceira; que seja um bom vaticínio! – e a do Senador Efraim Morais, que é um grande líder político da Paraíba, pelo fato de ambos representarem dois Estados importantes do Nordeste: Rio Grande do Norte e Paraíba. E falarei aqui como nordestino.

Hoje, no Brasil, os principais jornais destacam que o País diminuiu o índice de pobreza daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza, fato que temos de comemorar. Sem sombra de dúvida, não podemos deixar de destacar isso. É uma justiça que se faz às políticas adotadas, às quais permitem a recuperação do poder aquisitivo dos mais pobres. Então, de antemão, quero destacar este fato: houve uma redução do índice da pobreza do País de 15,2%. É a média do País. Com isso, seis milhões de brasileiros ultrapassam a linha de pobreza.

Acredito que o controle da inflação, a recuperação real do salário mínimo e a política de distribuição de renda levaram o País a ter esses resultados satisfatórios, e temos de reconhecer e aplaudir o País por ter alcançado essa vitória. Espero que se acelere esse processo. Não podemos viver numa sociedade desigual, em que poucos ganham muito e muitos ganham tão pouco.

Entretanto, neste momento, destaco matéria publicada pelo jornal *o Globo*, no Caderno de Economia, e, para tanto, pediria a atenção do Senador Garibaldi Alves – tenho a certeza de que aqui copio um pouco

o Senador Mão Santa – para um fato relatado na referida matéria.

Intitulada “Desigualdade até na Pobreza”, a matéria tem como subtítulo, Senador Efraim e Senador Garibaldi, “Nordeste reduz percentual de pobres menos que Estados mais ricos”.

Houve uma redução de pobreza no País. Comemoramos. Mas vejam que se aprofunda a distância entre os Estados mais desenvolvidos, mais ricos, com os Estados mais pobres. Aprofunda-se o que chamamos de **gap** entre os Estados do Sudeste, os do Centro-Oeste inclusive, com os do Nordeste brasileiro. Não temos culpa, nós, nordestinos, Senador Mão Santa, que preside esta Casa, que é um homem do Piauí, por este fato: o clima.

Assisti ao pronunciamento de V. Ex^a, Senador Mão Santa, tratando do flagelo da seca.

Que culpa tem o nordestino pelo flagelo da seca se, no passado, as nossas matas foram destruídas? Que culpa temos pela condição geográfica que, lamentavelmente, conduz a um clima no qual sabemos que a seca é quase uma determinação da natureza com relação ao Nordeste brasileiro? Isso penaliza todos os Governos. E, para vencer essas dificuldades, é essencial que se criem políticas diferenciadas para a região nordestina. É necessário que o País entenda – quando falo “País” refiro-me a todos os brasileiros, mas principalmente ao Governo da União, que tem responsabilidade pela Federação – que, no Nordeste brasileiro, há uma condição diferenciada. Portanto, que se possa adotar uma política em que a máxima seja “tratamento diferente para os desiguais”. Não se pode dar o mesmo tratamento a Estados que têm condições tão divergentes, tão diferentes. Como comparar São Paulo à Bahia? Como comparar Rio Grande do Norte a Mato Grosso, e assim por diante?

Essa reportagem, de autoria do Economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, trata, com profundidade, da miséria, da desigualdade e da política de renda, além de fazer uma análise em cima dos dados do Pnad. Diz a matéria:

Apesar de cerca de seis milhões de pessoas terem ultrapassado a linha da pobreza 2006, deixando de figurar entre as famílias que ganhavam, mensalmente, menos de R\$125,00 per capita, o Brasil continua sendo um país de contrastes, com um Sul rico e um Nordeste pobre. Justamente em alguns dos estados que registram os menores índices de pobreza, a redução do problema foi mais acentuada.

Quer dizer, aqueles onde a pobreza é menor, a redução foi mais acentuada, e onde a pobreza é maior, a redução foi menor.

Depois de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina foi o estado onde a taxa de redução relativa da pobreza foi maior: 26,3%. No extremo oposto, está o Maranhão, com a menor queda da miséria (-9,73%),....

(...)

O que surpreende é Santa Catarina estar entre os que mais reduziram a pobreza. No estado, o percentual de pobres é de apenas 4,68% da população, o mais baixo do país. Enquanto isso, o Maranhão tem quase metade da população (44,23%) abaixo da linha de pobreza.

Segundo o autor do estudo:

O Nordeste não teve o resultado esperado (seis dos nove estados da região reduziram a pobreza numa intensidade menor que a média brasileira). Uma hipótese possível é que a alta do salário mínimo não teve tanto impacto. Lá, grande parte da população ganha menos que o mínimo.

Esse é um levantamento feito com base nos dados do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 2006, e a constatação foi esta: o Nordeste reduziu a pobreza menos que os Estados mais ricos.

Senador Efraim Moraes, se olharmos os Estados, a Paraíba foi o que obteve melhor desempenho, pois 30% da população do Estado está abaixo da linha de pobreza. Depois vêm Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Maranhão. Sendo que Sergipe, Piauí, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Maranhão obtiveram desempenho inferior à média do País e muito aquém dos Estados que estão em primeiro e segundo lugares, que são Mato Grosso e Santa Catarina.

Olhando de outra forma, podemos dizer que, ao contrário do que deveria acontecer, que era a redução da desigualdade em nosso País, ela aumenta entre o Nordeste e o Sudeste.

Não é uma surpresa, Senador Tião Viana, pois, lamentavelmente, não existem políticas específicas para combater as desigualdades. Portanto, o que estamos fazendo é aprofundar sempre o fosso entre os Estados mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos.

Ocupo esta tribuna várias vezes a fim de denunciar a ausência de uma política consistente de combate às desigualdades regionais. Se combatermos as desigualdades regionais, vamos combater as desigualdades sociais, que se concentram no Nordeste

brasileiro. No entanto, lamentavelmente, não existem políticas nesse sentido.

Concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho e, a seguir, ao Senador Efraim Moraes.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador César Borges, lamento, como V. Ex^a, que as políticas de combate à pobreza, com relação ao Nordeste, não estejam proporcionando os resultados esperados. Na verdade, combater a pobreza do Nordeste é um desafio muito maior do que combater a pobreza nos Estados mais ricos e mais prósperos da Federação. Vejo, Sr. Presidente, e o orador que está na tribuna...

(Interrupção do som.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Meu caro Senador César Borges, vejo que, realmente, programas como o Bolsa-Família, que é hoje o grande programa do Governo do Presidente Lula, têm efeitos, mas não são efeitos capazes de alcançar a sustentabilidade esperada. Quer dizer, ao longo do tempo, se não houver uma saída para que esses programas se tornem mais consistentes, com geração de emprego e renda, eles vão definhá. Portanto, creio que apenas programas – V. Ex^a me permita, não é nenhuma provocação a V. Ex^a – como a transposição das águas do rio São Francisco ou de criação de empregos, como já disse, serão capazes de diminuir a pobreza do Nordeste. Não sou um especialista, não estou de posse dos dados, como V. Ex^a está, mas minha interpretação é esta: é preciso, como V. Ex^a diz, haver programas diferenciados, de modo a alcançar ou, se não alcançar, pelo menos diminuir o fosso existente entre os mais ricos e os mais pobres. Eu me congratulo com V. Ex^a pelo seu pronunciamento, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Garibaldi Alves Filho, e não tomo como provocação. Realmente, o Nordeste precisa de programas estruturantes, que sejam capazes de modificar a cena socioeconômica da Região. Apenas não acredito que o projeto de transposição obtenha êxito nesse combate; há muitos outros programas que poderiam ser utilizados com mais proveito dos recursos públicos.

Mas V. Ex^a tem razão, porque, por exemplo, com relação ao Bolsa-Família, a Professora Sônia Rocha, do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade, na própria reportagem, diz o seguinte:

Talvez, o que tenha acontecido no Nordeste esteja relacionado ao Bolsa Família, que teve um impacto menor na redução da pobreza no ano passado, já que o valor do benefício foi mantido. Ou seja, perdeu

poder de compra. Mesmo com pouca inflação, houve corrosão.

O Senador Efraim Morais tinha um projeto de reajuste do Bolsa-Família. Taxaram-no de demagogo. Mas, mantido sem reajuste, houve corrosão e aprofundou a pobreza no Nordeste brasileiro.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – Quanto ao projeto a que V. Ex^a se refere, Senador César Borges, que era uma espécie de décimo terceiro, mas, na realidade, era um abono natalino, observamos que já foi enterrado pelo Governo. Esse projeto foi aprovado aqui no Senado e não passou na primeira Comissão. E teve o nobre Deputado Rosinha, do PT, como Relator,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Efraim Morais (DEM – PB) – ...que argumentou inconstitucionalidade e falta de recursos. E o Governo arrecadando, arrecadando e arrecadando... Mas falta exatamente recursos para os mais pobres. Tive a oportunidade de conversar isso com o Deputado Rosinha, que é meu amigo, mas S. Ex^a discordou da nossa intenção. Em relação à pobreza, não resta a menor dúvida de que V. Ex^a tem toda razão. A cada momento, aumenta a distância entre os Estados ricos e o nosso Nordeste. Nós sabemos que a principal praga do Nordeste brasileiro é a pobreza, e, lamentavelmente, não há obras estruturantes. Concordo com o Senador Garibaldi Alves Filho – e respeito a posição de V. Ex^a – quando diz que a transposição do São Francisco seria uma das soluções. Não a definitiva, mas uma das soluções. Resolveria, e muito, a questão pelo menos dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, porque daqui a pouco tempo, Senador César Borges, estaremos sem água para beber. Mas, divergências à parte, nós, da Bancada do Nordeste, temos muita responsabilidade sobre isso. Se somarmos as Bancadas do Norte e do Nordeste, somos a maioria nas duas Casas e nunca tivemos uma decisão política de levarmos para o Nordeste a mesma decisão que têm não as Bancadas do sul, mas os Ministros do sul, porque os Ministérios que se encontram com recursos, normalmente, ficam nas mãos dos homens do sul. Acho que temos que conversar mais, decidir mais, porque também existe a nossa parcela de culpa, dos representantes do Nordeste. Parabenizo V. Ex^a. Tenho convicção de que ou teremos definições para as grandes obras, e deixamos de lado essa história de carro-pipa, a questão de esmolas, de frentes de trabalho, ou nós, que representamos o Nordeste, nunca teremos uma solução. Parabéns a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que faz.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais. Acho que é necessário projetos estruturantes, mas, concomitantemente, também políticas para desenvolvimento diferenciado, incentivos fiscais dados pelo Governo Federal e não só pelos Estados.

Ouço o aparte do Senador Mário Couto, que pediu inicialmente, e da Senadora Lúcia Vânia logo em seguida.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Pode falar, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Sr. Presidente, peço um pouco de tolerância porque o tema interessou aos Srs. Senadores e é muito importante que façamos o debate.

Ouço o aparte da Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador César Borges, cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Sua fala é muito importante porque V. Ex^a foi Governador da Bahia, conhece profundamente os problemas sociais do Nordeste e sabe como é um grande desafio, para todos nós, fazer um enfrentamento estrutural na Região Nordeste. A fala de V. Ex^a me faz lembrar o saudoso Antonio Carlos Magalhães, que, durante dois anos, ao lado do Senador Tasso Jereissati, trabalhou um projeto para a recriação da Sudene, projeto esse que procurava corrigir essas desigualdades de forma estrutural e que foi objeto de debate de todas as experiências desta Casa. No entanto, o Governo acabou por vetar aquilo que era fundamental, que é o financiamento do órgão, fazendo com que ele se tornasse um órgão inócuo. Ontem mesmo, o Senador Jarbas Vasconcelos colocou aqui seu desalento em relação à Sudene. E nós estamos aqui com os vetos para serem votados. É uma oportunidade ímpar voltarmos a essa discussão para fazer retornar a Sudene ao projeto proposto no Senado da República. Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que, na Comissão de Desenvolvimento Regional, nós precisamos muito da sua experiência. E aquela Comissão terá que ser, sem dúvida nenhuma, a grande Comissão para gritar a respeito desse desenvolvimento regional. Não se pode aceitar uma pesquisa, como essa que V. Ex^a coloca aqui, na qual o Maranhão, um dos Estados mais pobres da Federação, é também colocado como um Estado onde houve menor redução da pobreza. Portanto, fica muito claro para todos nós que não bastam as políticas assistencialistas para resolver o problema do Nordeste. O Nordeste precisa ir muito mais profundamente buscar as raízes desses problemas e elaborar políticas públicas que sejam capazes de enfrentar a questão do desemprego, a questão do investimento e,

inclusive, a do abastecimento de água. Muito obrigada, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Realmente, V. Ex^a tocou num assunto que estava aqui para ser comentado no discurso.

A Sudene foi extinta. Não foi neste Governo. Mas o Presidente Lula assumiu um compromisso com a Região de que recriaria a Sudene. Ele está no quinto ano de governo – quatro do primeiro mandato e um do segundo mandato – e não recria a Sudene. Por quê? Falam agora, na Bahia, em acabar com a Ceplac, que dá apoio à lavoura do cacau. Então, se um órgão não funciona bem, vamos extinguí-lo? Pelo amor de Deus, isso não é política, Senador Tião Viana. Isso é “acobismo”. Vamos acabar? Não! Se está ruim com um órgão, como a Sudene – o Nordeste não estava bem –, pior sem ela. O mesmo com relação ao cacau. Não vamos acabar; vamos redirecionar, vamos apoiar, vamos ajustar, vamos fazer com que o órgão funcione. Esse é o papel de qualquer Governo, e não sair acabando com os órgãos.

Cito para V. Ex^a: a Sudene não foi recriada; os grandes investimentos de infra-estrutura – portos, rodovias, ferrovias, hidrovias, hospitais, escolas para o Nordeste; o Gasene, que é o gasoduto para o Nordeste; os projetos de desenvolvimento sustentado da região; os projetos de irrigação às margens do rio São Francisco; o incentivo à industrialização através de benefícios fiscais do Governo Federal; a execução da nova refinaria da Petrobras em Pernambuco; o Fundo de Desenvolvimento Regional, que nunca foi criado – estamos aí há três anos falando de Fundo de Desenvolvimento Regional –, e assim por diante.

Mas concedo ao Senador Mário Couto, com muita satisfação, o aparte.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Primeiro, V. Ex^a sempre traz à tribuna deste Senado temas importantes como este. É inquestionável, Senador, é inquestionável a desigualdade e o tratamento que se dá para regiões pobres e para regiões ricas deste País. Norte e Nordeste: é sensível o tratamento que o Governo dá diferenciado. Infelizmente. Engraçado, Senador, toda eleição em que esteja o Presidente da República, o Presidente Lula é tão bem votado no Nordeste e tão bem votado no Norte, e ele não retribui isso, de forma alguma. Senador, tenho as minhas preocupações profundas em matéria deste Governo do Presidente Lula. Eu estava olhando alguns dados estatísticos e vou fazer um pronunciamento sobre isso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Só um instante, Senador Mão Santa, já vou terminar. Veja bem: mes-

mo o País precisando urgentemente de infra-estrutura, como é que está o nosso transporte? Como estão as nossas estradas? Como está a nossa saúde? Enfim, Senador, enfim, será que vamos ter energia para o futuro? Ou para o presente? Não sei. Não sei. Mas, veja bem, 231 obras, pequenas, grandes equivalem a R\$23 bilhões para este ano de 2007, fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União – R\$23 bilhões! —; 77 obras, dessas 231, têm falhas graves, sintomas visíveis de corrupção, superfaturamento etc, etc, etc. Sabe qual é o prejuízo, de cara, do Governo? R\$5 bilhões! Dava para resolver os grandes problemas da Bahia; dava para fazer o novo Marajó com R\$5 bilhões. Com R\$5 bilhões se construiria um Marajó novo. Pasme, Senador, pasme: 28 obras dessas aqui são do PAC! Já são do PAC, Senador! Isso já está metido em desvio. Por isso eu não acredito, Senador, não acredito. Primeiro, o Governo tem que perceber que a principal coisa de um Governo é saber escolher os seus assessores e os seus dirigentes. Parece que este Governo não sabe escolher, porque estoura um tumor aqui de corrupção, estoura outro ali, estoura outro ali, estoura aqui. Nem bem anunciaram o PAC, o Tribunal de Contas da União já detectou irregularidades em 28 obras. É triste convivermos com essa realidade, mas temos de falar, Senador. O País precisa saber disto: enquanto o seu Nordeste cada dia fica mais pobre e o meu Norte e o meu Estado clamam por tirar da miséria o povo que vive no seu interior, com uma insegurança terrível – haja violência neste País! –, o Governo deixa jogar fora R\$5 bilhões! Só não jogou mais porque o Tribunal de Contas foi lá, meteu a mão e disse: Pára tudo! Está tudo parado, Senador. Parou tudo. E só com essa parada, o Tribunal de Contas deu de lucro para o Governo Federal R\$1 bilhão; economizou R\$1 bilhão. O Presidente Lula precisa rever isso. O Presidente Lula precisa ver a qualidade dos dirigentes que coloca nas agências, nos órgãos públicos e nos Ministérios. Enfim, Senador, é preciso ver isso, se não este País não anda. Está aqui: as obras foram paradas. O Tribunal tem que fazer isso. Do contrário, dos R\$23 bilhões, já levaram R\$5 bilhões, e vão levar os R\$23 bi! Vão levar tudo, Senador, pelo amor de Nossa Senhora de Nazaré, a protetora do meu querido Estado do Pará! Parabéns pelo pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (DEM – BA) – Obrigado, Senador Mário Couto. Essa é uma questão muito séria. Onde há desvio de recursos públicos, com certeza, todos nós pagamos, especialmente as camadas mais pobres e que seriam beneficiadas com essas obras. Temos de acabar com isso. E olhe que temos o Tribunal de Contas da União, e o próprio Governo Federal tem a CGU, a Controladoria Geral da União,

que deveria fazer a parte interna de averiguação da aplicação desses recursos. No entanto, temos a lamentar esses fatos.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância e encerro, apoioando o raciocínio do Senador Efraim Moraes. Temos uma Bancada, somos 9 Estados no Nordeste – são 27 Senadores. Se somarmos os Estados do Norte, seremos aqui mais de 50 Senadores. E temos de pressionar. A União tem uma dívida – não vou falar o Governo Lula apenas – com o Nordeste brasileiro. Essas políticas diferenciadas para o Nordeste são essenciais. Enquanto não houver essa compreensão, vamos viver com um País desigual, não só regionalmente, mas também com desigualdades sociais, porque elas estarão concentradas exatamente nos Estados mais pobres do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador César Borges, esse livro aqui, do Senador Paulo Duque, **Peco a Palavra pela Ordem**, traz tema importante para esta Casa, para V. Ex^a, que é o nosso Presidente, Tião Viana, de 11 de novembro de 1914: liberdade de imprensa.

Mas, Senador César Borges, no meio do discurso de Rui Barbosa, o Presidente diz: "Observo ao nobre Senador que está finda a Hora do Expediente". Aí, Rui Barbosa: "Peco a V. Ex^a a prorrogação habitual". E foi aprovada a prorrogação. Então, Senador César Borges, V. Ex^a teve o mesmo apreço que Rui Barbosa teve em 11 de novembro de 1914. Prorrogamos o pronunciamento de V. Ex^a por 30 minutos.

Convidamos para usar da palavra o Senador Tião Viana, do Estado do Acre, do Partido dos Trabalhadores. O Estado do Acre já foi país, mas hoje, pela grandeza de sua gente, é, sem dúvida nenhuma, uma grande estrela da bandeira do Brasil.

V. Ex^a, regimentalmente, tem cinco minutos, mas jamais ousarei cortar sua palavra, pelo que V. Ex^a representa e pela grandeza e bravura do povo do Acre.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. e Srs. Senadores, trago para partilhar com o Senado Federal hoje uma preocupação que aflige o Brasil de modo geral nesta época do ano, exigindo das autoridades competentes a máxima atenção e responsabilidade: trata-se da baixa umidade relativa do ar. A própria Organização Mundial de Saúde reconhece que são necessários cuidados

especiais quando ocorre a combinação de altas temperaturas e baixa umidade relativa do ar.

Desde o início de setembro, uma imensa massa de ar seco está estacionada sobre parte do Brasil. As nuvens não se formam porque, com o calor, a água evapora rapidamente. As frentes frias não conseguem entrar, mantendo o tempo abafado e seco. As emergências pediátricas batem recordes de atendimento nos meses de agosto e setembro em muitos municípios brasileiros.

Os institutos de meteorologia de todo o mundo são orientados a emitir alertas para os órgãos de segurança sempre que os índices de umidade chegam a 20% ou menos. Hoje, o Distrito Federal está com o índice em torno de 18%, Senador Mão Santa. O nosso Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) tem atuado com firmeza, informando os responsáveis para que orientem a população sobre a possibilidade de a umidade relativa do ar cair ainda mais até chegarem as chuvas, só previstas para o final deste mês.

Em pelo menos 12 Estados e no Distrito Federal, a umidade relativa do ar tem-se mantido abaixo dos 20% durante quase todo o inverno. O índice é considerado preocupante pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os moradores da Região Centro-Oeste são os que mais sofrem com a seca.

Os jornais trazem notícias da situação pelo País afora: nas escolas de Cuiabá, em vez de educação física, os alunos estão fazendo aulas de xadrez e jogo de damas; a Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo decidiu suspender as aulas de Educação Física nas escolas estaduais em dias muito secos, pois a falta de chuvas, na capital e no interior do Estado, eleva os índices de poluição e favorece problemas de saúde; o tempo seco muda a rotina nas escolas de Uberlândia (MG), os professores inventam soluções criativas, como pendurar panos encharcados em janelas e cadeiras das salas de aula.

Enfim, é um fenômeno climático recorrente, que diz respeito a todos nós.

A última chuva registrada no DF foi no dia 28 de maio, ou seja, são 106 dias sem uma gota d'água vinda do céu. A situação já é um estado de alerta decretado pelo Governador Arruda desde o dia 21 de agosto.

A gravidade do assunto fez com que dispuséssemos aqui no Distrito Federal de legislação específica para lidar com essa situação.

A Lei nº 1.590, de 25 de julho de 1997, prevê suspensão extraordinária nos períodos de maior baixa de umidade relativa do ar nas escolas públicas e particulares de primeiro e segundo graus de ensino. Não entendo, Senador Mão Santa, porque tal medida não tem sido adotada. As escolas estão resistindo, queren-

do preservar os seus alunos, mas estão descumprindo norma legal vigente, uma lei de 1997, que diz respeito à saúde pública de maneira essencial.

A lei é clara quanto à responsabilidade das autoridades governamentais, estabelecida nos seguintes termos:

Art. 2º. A concessão da suspensão, o período de duração, bem como a reposição das aulas serão definidos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, com base nas previsões do órgão oficial de meteorologia.

Art. 3º. O Governo do Distrito Federal oferecerá aos alunos interessados atividades alternativas compatíveis com as condições climáticas e em locais apropriados.

Art. 4º. Durante o recesso extraordinário, a merenda escolar será distribuída normalmente aos alunos da rede pública das regiões carentes do Distrito Federal.

Além dessa, está em vigor a Lei nº 492, de julho de 1993, que “estabelece normas de controle sanitário para vigência no período de seca no âmbito do Distrito Federal”, nos seguintes termos:

Art. 1º. Fica o Governo do Distrito Federal obrigado a veicular, nos principais meios de comunicação do Distrito Federal, os índices mais baixo e mais alto da umidade relativa do ar, assim como o índice pluviométrico acumulado do ano em curso, ocorrido na macrorregião do Distrito Federal e registrado pelo Departamento Nacional de Meteorologia (DENMET).

Parágrafo único. Considera-se seca a verificação de 15 dias consecutivos, ou mais, sem precipitações, ou com uma queda de até 30% da média de precipitações para a época e local.

Art. 2º. Sempre que o índice diário mais baixo da umidade relativa do ar for igual ou inferior a 20%, o Governo do Distrito Federal divulgará, através dos meios de comunicação mais acessíveis à população urbana e rural, alertas sobre as medidas de saúde preventivas a serem adotadas com crianças, idosos, portadores de doenças renais, respiratórias, vasculares, cardíacas e outras, assim como com a população residente em locais ainda não providos de redes de água potável e esgotos domiciliares.

§ 1º. Será divulgado o procedimento a ser adotado por postos de saúde e hospitais para o rápido atendimento dos casos de desidratação, alterações bruscas de pressão, afecções

renais, doenças respiratórias ou cardiovasculares e outras.

§ 2º. As atividades de educação física em estabelecimentos de ensino e quaisquer outras atividades escolares ou profissionais que demandarem esforço físico, estando sujeitas aos efeitos nocivos decorrentes da baixa umidade do ar, deverão ser restrinvidas.

Conforme o relatório do Instituto de Meteorologia, a umidade hoje ao meio-dia estava em apenas 18%, combinada com 31°C, ou seja, distante do nível ideal em torno de 40%. Portanto, o que pretendo é deixar aqui o meu apelo para que as autoridades competentes tratem a seca com a máxima atenção e não hesitem em recorrer a medidas extremas em defesa da população.

Há um ambiente de sofrimento nas pessoas, em crianças especialmente, no ambiente das escolas, em ambientes profissionais. E entendo que não estamos vendo uma campanha de informação e de orientação – não temos uma estrutura dos órgãos de Estado preparada para isso – e tenho certeza que isso não está ocorrendo apenas no Distrito Federal; é extensivo aos 12 Estados brasileiros que vivem tal situação. Sendo o Governador José Roberto Arruda um Governador de elevada competência e de elevada capacidade de intervenção em assuntos de qualquer natureza, tenho certeza que ele poderá tomar as medidas de maneira imediata, prevendo o que está acontecendo com a saúde pública da população do Distrito Federal.

E, para concluir, Senador Mão Santa, gostaria de apontar para o fato de que, se, por um lado, a seca é um fenômeno natural, as drásticas variações climáticas e as altas temperaturas têm um forte componente da ação humana sobre o meio ambiente. O Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) analisou as temperaturas médias dos Governos brasileiros nos últimos 50 anos e diz o seguinte: “O desmatamento da região central do Brasil, sem dúvida, tem contribuído para o aumento da temperatura em 1°C nos últimos 50 anos”, disse o meteorologista Marcelo Seluchi.

Este é o alerta que faço na condição de um profissional da saúde pública e conhecedor do significado dessa realidade. Vejam que as unidades de pediatria do Brasil nunca receberam tantos atendimentos como nos meses de agosto e setembro. Isso se reporta à crise de umidade e à elevada temperatura. Essa massa de ar seco que envolve a Região Centro-Oeste afeta diretamente a possibilidade da chegada imediata de uma condição de umidade aceitável, e, portanto, só resta uma intervenção do Poder Público estadual e espero que ele seja partilhado pelas unidades privadas de

serviço prestado à população como são as escolas e os serviços empresariais de uma maneira geral.

É um alerta solidário e de respeito a uma população que acolhe a todos nós, Senadores e Parlamentares, com tanto carinho, como é a população do Distrito Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos agradecimentos ao pronunciamento de grande consistência biológica do nosso Senador Tião Viana, professor de doenças infecto-contagiosas.

Há um documento do Senador Demóstenes Torres cedendo a palavra, como Líder da Minoria, ao Senador Efraim Morais, mas ele abre mão. Temos então...

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Eu vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos alternando.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem. Vai ser como está ali na Bandeira. Não precisam me lembrar a cada instante, pois eu me lembro da Bandeira: “Ordem e Progresso”.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Então a minha inscrição permanece?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está inscrito o Senador Garibaldi Alves e o quarto orador inscrito é o Senador Jayme Campos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – E eu?!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu devia ter dado a palavra a V. Ex^a como baiana, porque nos faz lembrar aquela baiana bonita, Martha Rocha.

Nós estamos alternando...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Depois do Senador Efraim Morais é o Senador Garibaldi Alves Filho...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos alternando. Não tem mais comunicação inadiável. Eram três, e o último Senador a fazer uso dela foi o Senador Tião Viana. Vamos alternar se houver pedidos para falar pela Liderança.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, eu sei que vai alternar, mas depois do Sena-

dor Efraim Morais é o Senador Garibaldi Alves Filho e, depois, sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sim. Depois é o Senador Cristovam Buarque, que havia permitido, e a Senadora Lúcia Vânia. Mas é importante eu anunciar a Senadora Lúcia Vânia, porque vai garantir a audiência não só de Goiás, mas de todo o País, devedor da ação de V. Ex^a como Secretária do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que levou o Peti ao Brasil.

Com a palavra...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Em seguida sou eu, não é, Sr. Presidente?

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como tínhamos dois pronunciamentos e para que não usemos tanto tempo na tribuna em função do número de oradores, peço que sejam publicadas na íntegra.

No primeiro, havia duas notícias, ambas publicadas na edição de ontem do *Correio Braziliense*, que exibem abordagens distintas para uma mesma e crônica questão nacional, qual seja, a pobreza do País. E fala exatamente do Estado de V. Ex^a no que diz respeito a Municípios que estão em prolongada estiagem. Na minha Paraíba são exatamente 137 dos 223 Municípios.

Lamentavelmente, a situação da seca no Estado de V. Ex^a não é privilégio dos piauienses, pois todo o Nordeste se encontra na mesma situação. O que estamos observando é aquilo que falou o vaqueiro Salvador, lá do Piauí: “a ajuda aos flagelados é vagarosa, lenta, como o burro que leva, no lombo, os barris e o galão de água”.

Então, eu faço um pronunciamento nesse sentido, e vou pedir a V. Ex^a que o considere como lido.

O outro assunto também diz respeito à seca, mas, em especial, a uma praga que está chegando no nosso Nordeste.

Sr^ss e Srs. Senadores, sabemos todos, por contato direto ou pela imprensa, o quanto é dura a luta pela sobrevivência dos nordestinos que habitam o semi-árido.

Meu caro Senador Garibaldi Alves Filho, eu bem queria que a pressa do Governo para atender a estiagem do Sul fosse a mesma para o Nordeste. Para os nossos irmãos do Sul – e nada tenho contra a que cheguem os recursos –, quando sofrem uma estiagem de 30 dias, o Governo já está pronto para atender. Nós já estamos há cinco meses e, lamentavelmente, continuamos com a nossa seca e, o pior, sem perspectivas para os nossos irmãos nordestinos.

Se, normalmente, a escassez de vários tipos de recursos já traz dificuldades para a população, Sr. Presidente, essas dificuldades são exacerbadas nos

períodos das secas. Que cidadão brasileiro deixa de se impressionar com as agruras enfrentadas pelos sertanejos durante as estiagens prolongadas?

Pois bem, Sr. Presidente Mão Santa, V. Ex^a que é conchedor e é nordestino, apesar dos esforços privados ou públicos para melhorar as condições de produção e de vida no semi-árido nordestino, há uma série ameaça de que essas condições se tornem ainda mais árduas e difíceis nos próximos anos. Trata-se de uma verdadeira calamidade econômica e social que se anuncia e se avizinha, uma vez que duas das mais importantes fontes de renda da população sertaneja – e, quando falo em sertanejo e nordestino, trato aqui do Cariri, do Curimataú, de todas as regiões atingidas pela seca – estão tendo sua continuidade seriamente ameaçada.

Uma delas, que todos conhecemos muito bem, é a palma forrageira, que constitui uma das principais fontes de alimentação dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos do semi-árido. A outra fonte de renda consiste obviamente na própria pecuária, uma atividade econômica fundamental para o sertão e para o agreste, para todas as regiões atingidas pela seca nordestina e a mais importante fonte de proteína de sua população.

A contribuição da palma forrageira para a nutrição dos rebanhos, Sr. Presidente, torna-se decisiva e imprescindível nos períodos de seca, aos quais a planta resiste muito bem. Além de ser uma excelente fonte de energia, fornece água, que corresponde a mais de 90% de sua composição, e nutrientes essenciais, como a vitamina A, o ferro e o cálcio.

Essa importância ainda é maior para as pequenas propriedades de agricultura familiar, pela facilidade de cultivo dessa cactácea, que se apresenta em três espécies no Nordeste: a palma gigante, a redonda e a palma miúda ou doce.

Os proprietários rurais que cultivam a palma podem utilizá-la para alimentar seus próprios rebanhos ou vendê-la, chegando a obter entre R\$ 1,8 mil e R\$ 2 mil pela produção de um hectare, nos períodos de seca. Nesses mesmos períodos de escassez, a palma também tem sido utilizada, em proporções ainda reduzidas, para a própria alimentação humana.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que se planejava, com base em diversos estudos, aumentar a participação da palma na nutrição dos rebanhos e incentivar também o seu consumo humano, um infiusto acontecimento veio reverter essa tendência e passa a ameaçar o futuro da população do semi-árido.

Atentai bem, Senador Mão Santa! Em 1998, a Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA iniciou uma pesquisa que visava ao aproveitamento econômico no semi-árido nordestino de um inseto originário do México e do Peru, a cochonilha do

carmim. Atentai bem, V. Ex^a, quando esteve no México, conheceu a cochonilha do carmim, utilizada nesses países para a produção do ácido carmínico, matéria-prima de alto valor comercial, utilizado pela indústria de bebidas, alimentos, tecidos e outros.

No entanto, a notícia ruim, Senador Mão Santa, é que o inseto escapou, em pouco tempo, do controle dos técnicos do IPA, ou seja, da Empresa Pernambucana de Pesquisas Agropecuária, e passou a se alastrar pelas áreas rurais dos Municípios de Pernambuco, da Paraíba e, em menor proporção, do Rio Grande do Norte. A vítima imediata de sua expansão foi justamente a palma forrageira, que serve de alimento tanto para a larva como para o inseto adulto, resultando na morte da planta em poucos meses.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a capacidade de disseminação da cochonilha pelo interior do Nordeste superou as mais pessimistas previsões. Quem não se lembra do famoso bicudo? Senador Mão Santa, é pior do que o bicudo. Estima-se que, hoje, a cochonilha já tenha destruído mais de 100 mil hectares de lavoura da palma nos Estados de Pernambuco, Paraíba e, em menor escala, no Rio Grande do Norte, do Senador Garibaldi Alves Filho, e no Ceará.

Muitos criadores estão se antecipando ao risco da escassez de alimentos para rebanhos, vendendo seus animais para corte, o que tem acarretado a diminuição da produção do leite. Para concluir o quadro desalentador, constatou-se que o inseto disseminado não se presta à obtenção do carmim para exploração comercial.

Meus caros companheiros Senadores e Senadoras, recebi recentemente um ofício circular do Secretário de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca na Paraíba. Nesse documento, o Secretário Francisco de Assis Quintans expressa sua preocupação com a “verdadeira catástrofe” econômica e social vivenciada na Paraíba e em Pernambuco em razão da infestação dos palmais. Ao pedir providências que auxiliem no combate à praga da cochonilha do carmim, única saída para salvar a atividade pastoril no semi-árido, o Secretário adverte que a praga prossegue avançando por vários Estados da nossa região.

Não se deve, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, evidentemente, estigmatizar a prestigiosa Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária pelo acidente ocorrido, embora não esteja afastada a possibilidade legal de uma indenização, pelo Governo de Pernambuco, dos prejuízos dele decorrentes.

Ouço o aparte do Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Efraim, o setor da pesca vem atravessando uma situação muito difícil e vem sofrendo golpes sucessivos pela falta de sensibilidade, sobretudo daqueles dirigen-

tes do Ibama que, muitas vezes, estão extrapolando suas atribuições, impedindo a atividade da pesca, como se ela não fosse tão fundamental não apenas para os pescadores, mas para a própria economia do Nordeste e do País. Aquela providência solicitada com relação à indenização dos compressores, de todo aquele instrumental que estava sendo utilizado pelos pescadores, tudo isso que o Governo prometeu, em forma de medida provisória, infelizmente, o Presidente da República ainda não sancionou o projeto de lei de conversão. E há mais um agravante: essa medida da pesca está contida no projeto de lei que diz respeito ao crédito "indenização por aquisição de insumos para a agricultura". Portanto, faço um apelo ao Governo Federal para que sancione esse projeto de lei, nascido dessa medida provisória. Congratulo-me com V. Ex^a, que, mais uma vez, dá demonstração da sua sensibilidade para com os problemas não apenas da Paraíba, mas da nossa região.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Não resta dúvida, Senador Garibaldi Alves Filho, de que a situação da pesca também precisa da nossa atenção. Ela precisa da união das nossas Bandeiras para, juntos, combatermos a necessidade de mais incentivo a esses que vivem da pesca – seja a pesca profissional, seja a artesanal –, que é fundamental.

Voltando, Senador Garibaldi Alves Filho, à questão que diz respeito à palma – esse alimento, sem dúvida, fundamental para os nossos rebanhos –, devo dizer, Sr. Presidente, que o momento exige, muito mais do que isso, a união dos Estados nordestinos para combater, incansável e eficazmente, a expansão da praga da palma, que, na realidade, ainda não chegou ao Estado de V. Ex^a. Esperamos combatê-la antes de chegar. Para essa luta, devem ser mobilizados todos os recursos humanos, tecnológicos e financeiros disponíveis e necessários, contando-se com o apoio imprescindível da União.

Paraíba e Pernambuco, os Estados mais atingidos, vêm procurando unir seus esforços e competências para enfrentar esse grande desafio. Pesquisadores e técnicos das Secretarias de agricultura e pecuária de ambos os Estados, da Embrapa Semi-Árido e dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário têm procurado traçar uma estratégia comum de ação, com o objetivo de prevenir e controlar a praga. Uma campanha de mobilização pretende envolver nessa luta lideranças dos produtores rurais, prefeituras, instituições de pesquisa e de extensão rural dos Estados, além de diversas entidades federais.

A minha preocupação, Srs. Senadores, é que se comece a fazer muitas reuniões, muitos estudos, muitos planejamentos, e a praga vai avançando, e, daqui a pouco, não haverá a menor possibilidade de controlá-la, da mesma forma que ocorreu com o bichudo, quando

chegou e dizimou toda a nossa produção de algodão no Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, algumas relevantes pesquisas voltadas para o manejo e controle da praga da cochonilha do carmim vêm sendo realizadas por instituições estaduais e federais. A Emepa, Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba, descobriu que o uso de sabão em pó e detergentes biodegradáveis tem um excelente resultado para reduzir a população de insetos na palma, conhecimento que vem sendo difundido entre os produtores.

A Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, por sua vez, identificou dez variedades da palma miúda que apresentam alta resistência à praga e já distribuiu milhares de raquetes dessas variedades. Infelizmente, a palma miúda ou doce tem menor capacidade de sobrevivência nas secas mais prolongadas, o que restringe os benefícios obtidos com essa forma de controle.

Quanto à atuação do Governo Federal, seja pela Administração Direta ou Indireta, consideramos que ela tem sido tardia e ainda insuficiente, ressalvadas exceções como a da Embrapa Semi-Árido.

Aproveito, Senador Mão Santa, a oportunidade para destacar que a própria imprensa do País, com exceção da nordestina, vem mostrando pouco interesse em noticiar um acontecimento de tamanha gravidade como é a infestação dos palmais do semi-árido por uma praga devastadora.

Daí o meu apelo também aos companheiros da imprensa nacional para que possamos nos unir a essa questão, para que seja divulgada, porque sabemos da importância de quando a imprensa abraça uma causa dessa natureza para que o Governo Federal acorde, para que o Governo Federal tome as providências e para que salve essas plantações e evite que a praga se estenda. Daqui a pouco, estará atingindo todos os Estados, principalmente Pernambuco e Paraíba, por serem divisas; mas amanhã vamos passar para o Rio Grande do Norte, vamos chegar ao Piauí, Maranhão, enfim, a todo o Nordeste, em todas as regiões em que é feito o plantio da palma.

O apoio do Governo Federal, como já afirmei, é imprescindível e decisivo para que os Estados do Nordeste vençam a praga da cochonilha do carmim. Esse apoio deve ocorrer nos âmbitos normativo, técnico-científico, informativo, executivo e financeiro.

Não há dúvida, Sr^{as}s e Srs. Senadores, de que os Estados nordestinos e o País têm como vencer a praga da palma forrageira, que já se constitui em sério empecilho às atividades econômicas do semi-árido e ameaça tornar ainda mais difícil a luta do seu povo pela sobrevivência. Esse povo, Sr. Presidente, que enfrenta tantas dificuldades e desafios com bravura,

merece um empenho decidido dos governos da União e dos Estados para salvar a palma e os rebanhos que dela se alimentam.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui este alerta e um pedido ao Governo Federal, ao Ministério da Agricultura: que amanhã não venham dizer que não foram avisados, que amanhã não venham dizer que a praga contra a palma não foi combatida porque técnicos ou a classe política, ou governadores ou quem quer que seja se esqueceu de fazer essa advertência. Faço a advertência, sim, porque tenho certeza de que, caso contrário, nossos rebanhos estarão dizimados também com o final da palma, principalmente na época da seca.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância, e peço a V. Ex^a que, na condição de Parlamentar nordestino, se una a esta causa para que, principalmente neste momento, nós, paraibanos e pernambucanos, possamos vencer essa praga da cochonilha, que já chegou ao Rio Grande do Norte e, amanhã, poderá ir para o Ceará e atingir todo o Nordeste brasileiro e, quiçá, todos os lugares do Brasil onde haja algo semelhante. Precisamos de providências do Governo Federal e dos Governos estaduais.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a que nosso primeiro pronunciamento, que trata exatamente da questão crônica do nosso Nordeste, que é a pobreza, fosse dado como lido.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR EFRAIM MORAIS.

O SR. EFRAIM MORAIS (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, duas notícias, ambas publicadas na edição de ontem do *Correio Braziliense*, exibem abordagens distintas para uma mesma – e crônica – questão nacional: a pobreza no país.

A primeira, com base em dados da Fundação Getúlio Vargas, informa que ela diminuiu. Seis milhões de brasileiros deixaram a linha da miséria em 2006, o que representa queda de 15% em relação ao ano anterior.

É, segundo o jornal, o melhor resultado desde 1992, ano em que a Fundação Getúlio Vargas iniciou esses estudos – e seria reflexo das políticas públicas que beneficiam a parcela mais pobre da população, como a expansão do Bolsa-Família e os aumentos do salário mínimo.

Como brasileiro e nordestino, não posso deixar de exultar com esses números. A pobreza, afinal, é a maior inimiga de minha região, responsável pelas múltiplas dificuldades que enfrenta.

Não há quem, de boa fé, possa deixar de apoiar medidas que a combatam.

Surpreende-me, no entanto, a notícia seguinte – que, aliás, foi manchete dessa mesma edição do *Correio Braziliense*.

Refere-se (aspas) “à pior seca dos últimos 24 anos”, tendo por cenário o sertão do Piauí.

Nada menos que 137 dos 223 municípios daquele estado padecem dos rigores da prolongada estiagem, que já dura cinco meses, vitimando, segundo o *Correio Braziliense*, 1 milhão de pessoas.

Paisagem, personagens e circunstâncias são as mesmas que imortalizaram obras literárias de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida e tantos outros escritores nordestinos.

A diferença é que aquelas obras se referem ao Brasil de 70, 80 anos atrás. E a matéria do *Correio Braziliense* – belíssima e comovente reportagem da jornalista Paloma Oliveto – trata do Brasil de hoje: do Brasil de setembro de 2007.

O mesmo Brasil que a Fundação Getúlio Vargas garante estar reduzindo os seus índices de miséria.

Diz a repórter que a ajuda aos flagelados é vagarosa, lenta “como o burro que leva no lombo os barris e galões de água”, que o vaqueiro Salvador – um dos personagens de sua reportagem – abastece no que restou de um poço, distante 24 quilômetros de sua residência.

A Secretaria de Defesa Civil do Piauí diz que, sem os recursos federais, é impossível combater o flagelo da seca. E os recursos federais – hoje, como no tempo de Graciliano Ramos e José Américo de Almeida – não chegam.

Em junho passado, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que liberaria R\$3 milhões para alugar carros-pipa – quantia absolutamente inexpressiva para uma catástrofe de tais proporções, que atinge 1 milhão de pessoas.

Representam R\$3,00 por pessoa – e mesmo assim não chegam. O estado da região é de emergência – e não é necessário ser técnico para constatá-lo.

O governo federal sabe que o quadro é crítico, caótico, dramático – e exige urgência. Afinal, o que está por trás dos números e das estatísticas oficiais são seres humanos famintos e sedentos.

Nem por isso, a burocacia estatal parece sensibilizar-se. O jornal informa que os ínfimos e insuficientes R\$3 milhões – que representam R\$3,00 por flagelado – não têm data prevista para chegar ao destino. Foram prometidos há três meses – e, ainda que fossem enviados no lombo de um burro, daqui de Brasília para o Piauí, já teriam chegado.

Mas foram remetidos à burocacia – e não têm prazo nem para sair, quanto mais para chegar.

Estão neste momento na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba

(CODEVASF), que pretende com eles construir poços artesianos.

Em vez de destiná-los diretamente aos necessitados, com o mínimo de burocracia possível, o Ministério optou inversamente por direcioná-los a uma teia labiríntica digna de uma trama de Kafka.

Vejamos o que sucederá com o dinheiro – a mixaria de R\$ 3 per capita, que o Ministério da Integração destinou às vítimas da catástrofe, que o jornal classifica como “a pior seca dos últimos 24 anos”.

O dinheiro originalmente destinava-se à celebração de convênios com o estado, mas o estado está inadimplente – e, desse modo, não pode celebrar convênios com o governo federal.

Estava, pois, estacionado, até que a inadimplência em algum momento fosse resolvida. Nesse ínterim, porém, agrava-se a seca.

Indiferente a ela, a burocracia estatal traça a seguinte e inacreditável estratégia para o encaminhamento dos recursos aos flagelados: inicia um processo de licitação, que depende de licença ambiental prévia (a ser obtida em prazo imprevisível), para, somente após, publicar edital de licitação da obra – que, por sua vez, aguardará ainda mais 45 dias para ser iniciada.

Até lá, quantas mortes e enfermidades serão contabilizadas? Quanto lágrimas serão vertidas?

Até aqui, a ajuda aos flagelados restringe-se a cestas básicas. Quem pode – e poucos podem – paga pelo serviço dos pipeiros, que buscam água em mananciais e barragens, e cobram até R\$80,00 pelo galão, suficiente para um mês apenas.

A maioria não dispõe dessa quantia – e é obrigada a fazer como o vaqueiro Salvador, descrito pela repórter: andar quilômetros e quilômetros todos os dias, debaixo de sol causticante de 40 graus, para buscar a água em mananciais cada vez mais raros e distantes.

Esse trágico relato, que a nós nordestinos soa como repetitivo e rotineiro, reforça o apelo que temos feito – e reiterado – ao governo federal no sentido de promover, com a maior urgência possível, as obras de transposição das águas do Rio São Francisco.

É essa a chave para pôr fim ao flagelo multissecular da seca, torná-la tema do passado, confinado aos livros clássicos da literatura regional.

Sabemos, porém, que o projeto da transposição enfrenta resistências e incompreensões – umas decorrentes de desinformação, outras de má-fé e outras ainda das duas coisas somadas: desinformação e má-fé.

Temos reconhecido e louvado, nessas oportunidades, a determinação pessoal do presidente Lula em não recuar. Como nordestino, sabe o presidente da importância e dimensão sócio-econômica dessa obra.

E sabe que está respaldada em sólida base técnica. Transportar bacias, sangrar rios, servir-se, em suma, com critério, da natureza para atender às demandas humanas mais essenciais – e nada é mais essencial que a água –, é algo que remonta aos primórdios da humanidade.

Há, hoje, em todo o mundo, cerca de 100 obras similares, até porque a escassez de água doce é um dos grandes desafios antevistos para a humanidade no milênio que se inicia.

O projeto da transposição das águas do Rio São Francisco, que já fora cogitado desde o tempo do Império, foi encaminhado à discussão pública desde o governo José Sarney, há duas décadas.

O projeto foi bem aceito pela sociedade, dada a relativa rapidez de resultados que pode proporcionar, a um custo razoável, tendo em vista as dimensões da obra.

Mas, como já disse, há obstáculos. Setores políticos dos estados doadores – Bahia, Sergipe e Alagoas – reagem como se estivessem sendo espoliados, privados de um bem ambiental, quando, obviamente, nada disso ocorrerá.

O Rio São Francisco não será danificado, nem deixará de banhar e abençoar os estados que têm o privilégio de tê-lo em seu território.

A transposição possibilitará apenas que estados vizinhos – e irmãos – compartilhem essas bênçãos, minorando o sofrimento de milhões de brasileiros, que, a exemplo dos piauienses descritos na reportagem do Correio Braziliense, padecem a tortura da estiagem prolongada, sem acesso a socorros emergenciais, condenados a submeter-se ao ritmo e à insensibilidade da burocracia estatal.

Há estudos ambientais seriíssimos viabilizando a transposição, garantindo seu aproveitamento consequente e consistente, sob a guarda das mais severas normas técnicas. Portanto, não há por que temer a obra. Ela é de interesse nacional – e não apenas regional.

Se inúmeros insumos e matérias-primas – como carvão, petróleo, algodão – transitam de um estado para outro da federação, fazendo circular riqueza e desenvolvimento, sem barreiras alfandegárias ou custos adicionais, por que não a água, que é o bem mais precioso da vida?

A Paraíba, meu estado, assim como o Piauí, descrito na matéria que aqui mencionei, e também Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Maranhão, anseiam por essa obra, que para milhões e milhões de conterrâneos, milhões de sofridos brasileiros, será o diferencial entre a miséria e a dignidade humana.

Entre a morte e a vida.

Nosso desejo – e isto está bem acima de divergências partidárias, ideológicas ou regionais – é que a redução da pobreza em nosso país seja uma constante.

E que os próximos números da Fundação Getúlio Vargas sejam ainda mais expressivos que os de agora.

Nesse sentido, não temos dúvida de que as obras de transposição do São Francisco serão um marco histórico absolutamente vital na erradicação da pobreza em nosso país.

Por isso mesmo, não faz sentido a demora em iniciá-la. O Nordeste tem pressa, Presidente Lula. A fome e a sede não podem esperar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V.Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Convidamos para usar da palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

Quero dar o testemunho de que V.Ex^a, quando governou o Estado do Rio Grande do Norte, fez o mais eficiente programa para vencer a pobreza, fixando o homem no campo, valorizando a produção de leite, a bacia leiteira do seu Estado, e fixando o homem, com suas vaquinhas, na zona rural.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN). Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Srs e Srs. Senadores, inicialmente quero agradecer as palavras do Senador Mão Santa e dizer que não é pretensão da minha parte, mas isso que V.Ex^a diz já não se constitui uma novidade, porque sempre que venho a esta Tribuna e o encontro nessa Presidência, V.Ex^a faz questão de fazer esse registro, numa demonstração de coleguismo, de amizade, mas, sobretudo, numa demonstração de que nossa geração – porque há quem possa julgar que V.Ex^a é mais velho do que eu, mas quero afastar definitivamente essa hipótese, para a tranquilidade de V.Ex^a –, que realmente já teve a oportunidade de passar por um governo, nós dois e outros, honramos o mandato que recebemos.

E V.Ex^a, que foi um homem injustiçado, sente-se hoje realizado pelos depoimentos que recebe, não apenas pelo governo que realizou, pela sua fidelidade em relação aos compromissos assumidos como também pela sua atuação, pela sua coragem de, da tribuna do Senado, advertir o Governo, criticar o Governo, como V.Ex^a faz, de forma construtiva.

Venho dizer hoje, Senador Mão Santa, que estive, pela manhã, no Confea, uma entidade que reúne a engenharia e a arquitetura deste País; é uma confederação que reúne engenheiros e arquitetos. Eles me chamaram para que eu pudesse falar, no plenário do Confea, a respeito dos marcos regulatórios e da responsabilidade do Senado Federal. Considerei o convite uma honra. E estive lá pela manhã, participando dos trabalhos do Confea, presidido pelo engenheiro Mar-

cos Lima. E tive oportunidade de dizer que, enquanto muitos falam que nosso País tem leis demais – e concordo que nosso País tem leis demais –, há também leis de menos; há leis demais para umas coisas e leis de menos para outras. Está faltando isto que estamos debatendo na Comissão: leis que possam nortear o caminho dos empresários, dos investidores, para que seja impulsionada a economia do nosso País.

Estamos precisando crescer mais do que estamos crescendo, mas só vamos crescer, Senador Mão Santa, se os investidores tiverem segurança, tiverem tranquilidade de que os investimentos que eles farão não sofrerão nenhum retrocesso; por outro lado, eles não terão nenhum prejuízo nos seus contratos.

A verdade é que, desde que operamos por retirar do Estado a incumbência de desempenhar o papel de empresa e prover a sociedade de bens e serviços, intervindo diretamente nesses setores da economia, ou seja, desde que foram feitas privatizações de áreas vitais, conferimos ao setor privado enorme responsabilidade: o papel de protagonista na promoção do crescimento econômico e na consequente geração de emprego e renda para a população brasileira. É uma tendência global. Hoje, a iniciativa privada se incumbe diretamente das atividades, e o Estado garante a qualidade dos serviços e a saúde de algumas atividades econômicas essenciais, por meio da regulação, coibindo práticas perniciosas de mercado. Hoje, praticamente todos os países desenvolvidos estão inseridos nesse modelo, com exceção da França, presa ainda a um modelo estatal difícil de ser desmontado.

Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, tenho plena certeza de que esse passo da privatização foi acertado. Sei que alguns Senadores poderão não concordar comigo, o próprio Senador Mão Santa, talvez, porque, no seu Estado, não houve um processo de privatização; no seu Estado, houve uma intervenção, uma perseguição. Não se quis comprar a empresa do Piauí pelo que ela valia, como se comprou no Rio Grande do Norte e como se comprou em Pernambuco.

E o que é certo é que a privatização permitiu, Sr. Presidente, que o governo do Rio Grande do Norte recebesse de ICMS da Cosern, nos últimos 4 anos, o equivalente ao valor de sua venda, ou seja, 526 milhões de reais. Presidente Mão Santa, vendemos a Cosern, o Estado vendeu a Cosern, que pagou de ICMS, nos últimos 4 anos, o preço da venda daquela companhia e assegura hoje um investimento para melhorar a qualidade dos serviços.

Não sou privatista, até porque não vim aqui para discutir propriamente isso. Sei que, para determinadas atividades, o Estado se sai melhor que a iniciativa privada, mas, hoje, para a maioria das atividades

econômicas, a atividade privada se sai melhor que o Estado. O que precisa haver é uma regulação eficiente. Isso é o que estamos querendo que este Congresso proporcione aos empresários, ao Estado e aos consumidores, para que os consumidores não se vejam diante de fantasmas. Quando se privatizou a companhia energética do meu Estado, dizia-se que as tarifas iam aumentar enormemente – e devo ter até perdido alguns votos na campanha por isso –, mas as tarifas não aumentaram tanto. O que aconteceu é que o serviço melhorou consideravelmente.

Por isso, Sr. Presidente, venho dizer aqui que a regulação passa a ser uma garantia tanto para o investidor privado quanto para o Estado e também para o cidadão. Todos se beneficiarão de melhor infra-estrutura e de melhores serviços.

Quem não se lembra do racionamento de energia elétrica, ocorrido em 2001? Quem garante que não haverá outros – que Deus nos livre! – em 2010 e em 2011? Quem nos pode garantir, claro, é Deus, mas quem pode fazer aqui a tarefa dos homens é a regulação. É ela que nos pode levar à tranquilidade, e não às filas quilométricas na frente dos nossos portos; é ela que pode impedir que navios cheguem e não se possam acostar, dando um prejuízo enorme ao País. Isso para não falar desse apagão aéreo, que foi uma calamidade, uma verdadeira calamidade para nossa população e para nossa economia.

Senador Mão Santa, tantos problemas exigem uma só solução: investimentos pesados em infra-estrutura. Não há como fugir dessa realidade, a não ser que queremos matar no nascedouro o crescimento da economia brasileira ou a nossa galinha dos ovos de ouro.

É dessa necessidade de investimentos que advém a segunda questão de fundo que não podemos perder de vista na discussão deste problema: o Estado brasileiro não dispõe sozinho dos recursos necessários para fazer face às nossas demandas infra-estruturais.

Ouvir V. Ex^a – não sei nem se foi resolvido ainda, mas deve ter sido, pois V. Ex^a não falou mais – dizer, por muito tempo, que estava faltando dinheiro para uma maternidade ou um hospital do Piauí – não é verdade? –, que estava desassistido.

O Estado não tem os recursos para fazer face principalmente à necessidade de investimentos; e temos que fazer esses investimentos com segurança. Empresários, Estados e consumidores, aqui e acolá, têm posições inteiramente discrepantes e até mesmo – diria – antagônicas. Sendo assim, a elaboração dos marcos regulatórios é complexa e depende de grandes e complexos debates também.

Dito isso, fica fácil fixar a responsabilidade do Senado.

Concedo o aparte ao Senador Jayme Campos, com a autorização do Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a toca em um tema muito importante na tarde de hoje: a questão das privatizações. Quando Governador de Mato Grosso, tivemos a oportunidade de iniciar, ou seja, sair na vanguarda nesse processo de modernização da máquina pública. Até porque sabíamos e sabemos perfeitamente que o Estado é impotente para resolver todos os problemas, sobretudo neste momento em que o Brasil pretende criar essa economia. Portanto, precisamos ter instrumentos e meios, principalmente em relação à questão do setor elétrico, das nossas rodovias e dos nossos portos. Mas, lamentavelmente – e não sei se V. Ex^a tem acompanhado, mas acredito que sim –, existem algumas pessoas que estão fora do novo processo de modernização do mundo, pensando em reestatizar a Vale do Rio Doce. Fico abismado em ver o que o mundo contemporâneo pensa hoje em relação a buscar parcerias, privatizações para que possamos dar melhor oportunidade e qualidade de vida para o povo, enquanto o Brasil ainda vive essa insegurança jurídica tendo em vista que não vamos conseguir, com certeza, melhorar os serviços, sobretudo aquilo que fundamentalmente é importante para o desenvolvimento da economia brasileira, na medida em que não damos segurança jurídica. Tenho certeza absoluta que o pronunciamento de V. Ex^a é muito oportuno. É uma visão de homem moderno, consciente com a responsabilidade e o papel do poder público, até porque hoje, lamentavelmente, o poder público não tem condições de dar uma boa saúde àqueles menos afortunados, de oferecer uma segurança pública de boa qualidade à nossa população e outros serviços essenciais que é da responsabilidade do poder público deste País, haja vista a questão da educação, a saúde e a segurança, que são realmente falimentares; é vergonhoso o cenário que estamos vendo, todos os dias, pela imprensa nacional. De forma que eu penso que a solução que temos é, com certeza, seqüenciar os programas de parcerias, de privatização, enquanto o Governo dá segurança jurídica àqueles que querem investir em nosso País. Assim, Senador Garibaldi Alves Filho, cumprimento V. Ex^a pelo belo pronunciamento e, sobretudo, oportuno, nesta tarde de hoje no nosso Senado Federal.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Eu agradeço as observações de V. Ex^a, Senador Jayme Campos, visto que passou pelo Governo, assim como o Senador José Agripino e a Senadora Lúcia Vânia, que foi uma das principais auxiliares do Governo Fernando Henrique Cardoso. Quem sabe se a Senadora

Lúcia Vânia não vai passar também pelo Governo. Mas penso que é o Governo que vai passar por ela.

De modo, Sr. Presidente, que não podemos, em uma hora dessas, permitir que uma subcomissão como a que formamos funcione tão precariamente. Temos muitas Comissões aqui. A Senadora Lúcia Vânia sabe muito bem o empenho que ela tem, hoje, para fazer funcionar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Pois bem. Esta subcomissão que está tratando de propor marcos regulatórios para o País funciona – porque não pode funcionar na terça-feira, na quarta-feira e na quinta-feira – na segunda-feira à tarde. Temos uma dificuldade, porque se trata de uma subcomissão pequena. São sete Senadores e, às vezes, contamos apenas com dois Senadores. Na medida em que um vai atrás do outro, a Subcomissão termina ficando sem nenhum.

Essas são alguma das dificuldades que temos para realizar o nosso trabalho. Mesmo assim, tranqüilizo a Presidência e a Casa, pois realizamos, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, um homem de uma grande experiência tanto na iniciativa privada quanto no setor público, audiências públicas sobre bio-combustíveis, telecomunicações, portos, saneamento básico, transportes rodoviários, setor elétrico, recursos hídricos, transportes ferroviários, aviação civil e vigilância sanitária, ouvindo especialistas, técnicos e empresários, tudo para que possamos ter um modelo que permita a integração do setor privado com o setor público, já que as chamadas parcerias público-privadas – sei que isso não acontece do dia para a noite – ainda não aconteceram. Pelo menos, só passaram por este Senado duas delas. De uma, fui Relator; aquela que se referia a uma pequena ponte no Estado de Pernambuco. Há uma outra, da qual não me recordo em detalhes, mas também não era um grande investimento.

É preciso fazer prevalecer o interesse nacional, que nem sempre coincide com os interesses de empresas hoje multinacionais, como a Petrobras, que é uma empresa gigante...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Garibaldi Alves?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Senador.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Garibaldi Alves Filho, quero cumprimentar V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento. Está na ordem do dia a retomada do crescimento. As PPPs são palavra de ordem. Pelo menos, isso foi vendido como tal, e V. Ex^a aborda – o Senador Jayme Campos também falou disso – a questão da insegurança jurídica, que é um grande fator de inibição da Parceria Público-Privada, que é a junção do capital privado com o interesse pú-

blico. E V. Ex^a lamenta a não ocorrência do anunciado. Ou seja, anunciou-se a salvação da pátria: “Agora vai! É a Parceria Público-Privada!”. Mas o que aconteceu? Pouco mais ou nada. Por quê? É claro que, pelo que o Senador Jayme Campos fala e pelo que V. Ex^a fala, há insegurança jurídica. Mas sabe qual é o fator fundamental? É a máquina pública desaparelhada. Cada obra, cada investimento a ser realizado pelo sistema de Parceria Pública-Privada tem de ser antecedido por estudos de viabilidade econômica e técnica que dêem segurança ao investimento e pelo aval do Governo, que deve dizer “os estudos foram feitos por mim, Governo”, mostrando que a obra tem esse tipo de viabilidade, para que, com pedágio ou com retribuição modalidade a, b, ou c, haja o retorno do investimento. Os estudos são o selo de compromisso do Governo para o parceiro privado a que o público se oferece. A máquina pública, Senador Garibaldi, foi incapaz de fazer sua tarefa. Sabe o que os interessados nas PPPs estão propondo? Em vez de ser o Estado responsável por esse preâmbulo de apresentação da viabilidade, que é um compromisso das PPPs – e este Governo falhou, porque nem disso foi capaz –, eles propõem que os parceiros privados se encarreguem de fazer os estudos de viabilidade e os ofereçam ao Governo, que os referendará ou não, para que as PPPs possam ser estabelecidas. Ou seja, a incompetência do Governo chega a matar as idéias que ele lança. A incompetência do Governo, a estrutura do Governo para preparar esses estudos de viabilidade técnica e econômica foi que matou a PPP. O Governo lançou a PPP, trombeteando aos mil cantos do mundo que a solução viria, e ele próprio matou a PPP, porque não foi capaz de produzir o embasamento, o aval para o parceiro privado do que o interesse público desejava. Cumprimentos a V. Ex^a, com esse modesto acréscimo às idéias que V. Ex^a está explicitando!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu é que agradeço, Senador José Agripino, porque V. Ex^a fez um diagnóstico preciso do que está acontecendo hoje em nosso País, quando se fala em parceria público-privada, quando se fala em uma integração do Governo com a iniciativa privada. Nem mesmo o sistema de concessão, que não é tão flexível quanto a parceria público-privada, vem possibilitando os resultados esperados.

Mas temos compensações.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Senador Edison Lobão, com o maior prazer.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Eu estava ouvindo, sempre com atenção, o discurso de V. Ex^a. A mim

me chamou muito a atenção a parte em que o eminentíssimo Senador aborda o problema da reestatização, desejada por uns, da Companhia Vale do Rio Doce. Eu me manifestei contrariamente à privatização da Vale. Sempre fui a favor da desestatização. No caso específico da Vale, como se tratava de subsolo desconhecido o que estávamos vendendo, manifestei-me contrariamente a essa desestatização, a essa privatização. Mas, uma vez realizada a privatização, não é possível retroceder. O Vietnã, Senador Garibaldi Alves, é um país que saiu devastado da guerra. Resolveu, então, rearrumar-se e ganhar dimensão mundial com uma política econômica que tem seguido obstinadamente. A primeira providência que o Vietnã tomou foi abrir as fronteiras para o capital externo. Chegou a ponto de organizar uma legislação que garante até privilégios ao capital estrangeiro sobre o capital nacional. Havia uma política, ainda há essa política – e eles a estão cumprindo – que está dando certo, rigorosamente certo. O que o capital estrangeiro alega hoje contra o Brasil? Não é que ele não venha, tem vindo, mas viria muito mais, em volume muito maior, se essas objeções que eles levantam não existissem. Primeiro, eles alegam uma burocracia demoníaca que existe no Brasil, que impede até a criação de empresas. Hoje, fundar uma empresa ou, pior ainda, extinguir-la é uma áfrica. Então, reclamam da burocracia no Brasil, reclamam de uma legislação trabalhista obsoleta e reclamam, sobretudo, da insegurança jurídica, a que V. Ex^a se refere. Não podemos continuar assim. Somos uma grande Nação, um País destinado realmente a um crescimento extraordinário. O Brasil foi o segundo país que mais cresceu no século XX. Poderia ter sido o primeiro se não houvesse esses obstáculos facilmente removíveis. Portanto, Senador Garibaldi, V. Ex^a tem toda a razão. Quando a Vale foi desestatizada, dizia-se que tinha sido vendida por preço de banana, que tinha sido entregue. Não houve isso. Houve uma licitação internacional. O preço que surgiu foi aquele. O Brasil não vendeu a Companhia toda porque não a possuía. O Governo brasileiro, o Estado brasileiro era o detentor de uma porcentagem da Vale do Rio Doce, a outra parte havia sido alienada na Bolsa de Valores. Mas aquele foi o preço internacional. A Vale, dizia-se, era bem dirigida. Verificou-se, no passo seguinte, que ela não o era. Apresentava um lucro anual da ordem de R\$120 milhões a R\$150 milhões. No primeiro ano da privatização, o lucro foi de R\$1,5 bilhão. Daí para frente, perdeu-se até o limite. Por quê? Boa administração. Ela, que era a sexta maior mineradora do mundo há seis anos, tornou-se agora a segunda maior mineradora do mundo. Não podemos retroceder nisso. Vendemos? Vendemos. É assim que se faz no mundo inteiro, inclusive na União

Soviética e nos países socialistas. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso que faz.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Senador Edison Lobão, agradeço a V. Ex^a. E V. Ex^a faz uma advertência muito grave na linha do nosso pronunciamento, o de que não podemos permanecer ainda debaixo de um sonho que terminou virando um pesadelo, que é esse de querer, Sr. Presidente, que tenhamos ainda um modelo de certa maneira estatizante em alguns setores da nossa economia.

Eu poderia citar a Petrobras, que às vezes se pensa até que ela não quebrou o monopólio.

O nosso Estado, Senador José Agripino, tem sido vítima disso. A Petrobras tem realizado diversos estudos para investir no nosso Estado. Primeiro ia investir numa refinaria, depois acenou para a possibilidade – vou terminar Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Aprendi tanto de marco regulador, que me permita regular o tempo de V. Ex^a. Às 16h48min, o discurso de V. Ex^a vai completar 30 minutos de duração. Então, acho que foi “macrorregulamentar”.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Vou terminar com esse exemplo da Petrobras que, nos seus estudos, termina por concluir que o Rio Grande do Norte não merece sediar refinaria, a despeito de ser produtor de petróleo e oferecer outras vantagens. Depois se diz que vai produzir pvc. Realiza estudos e diz que não vai mais ter possibilidade de produzir o pvc do Rio Grande do Norte porque a China já está entrando no mercado, assim como a Venezuela e por aí vai.

Sei que V. Ex^a está de olho no tempo...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Estou lembrando da inscrição “Ordem e Progresso”, porque há dois Líderes de Partido e quatro grandes oradores inscritos para falar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Não posso, de maneira nenhuma, prejudicar a seqüência dos oradores e o que tenho a dizer posso fazê-lo em outra hora.

Só vim aqui, e agradeço os apartes que foram dados, para que se preste mais atenção a essa Sub-comissão dos Marcos Regulatórios, que as pessoas, às vezes, não entendem e me perguntam: mas, afinal de contas, que marcos regulatórios são esses? E responderia agora: são realmente as leis que interessam a esse país, esse país de muitas leis e, nessa área, precisa ainda de mais. Em outras, pode até prescindir, mas, nessa precisa.

Então, vou deixar para outra oportunidade, até porque fui honrado com vários apartes dos Senadores José Agripino, Edison Lobão, Jayme Campos, e só esses apartes já engrandeceram o meu discurso.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, e olhem com mais carinho para essa Subcomissão que está tratando dessas leis que tanto interessam ao nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vai viajar para o Rio Grande do Norte hoje?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Irei hoje à noite.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois vou dar-lhe o melhor aconselhamento: vá curtir o senhor seu pai, que é a maior riqueza que V. Ex^a tem.

Continuamos alternando o uso da palavra. Todos os inscritos para uma comunicação inadiável já se pronunciaram. Temos Líderes e oradores inscritos. O último a falar foi um orador inscrito, então, agora, falará um Senador como Líder. Ele pode ceder sua vez, esse Líder e o Partido dele – tudo é Democrata.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, alternando. Depois, está inscrito outro Democrata, que é o Senador Jayme Campos. Mas o País aguarda mesmo é o pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia, que está pacientemente esperando.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prometo ser rápido, até em respeito à Senadora Lúcia Vânia e ao meu companheiro Jayme Campos.

Quero fazer uma manifestação, Presidente Mão Santa, uma espécie de desabafo da semana. Nós tivemos uma semana muito tensa; fomos, logo na terça-feira, apresentados a uma pauta que não havia sido combinada. Nós havíamos declarado, no final da semana anterior, que tínhamos exigências para votar a pauta normal dentro de uma pauta seletiva a que nos propúnhamos, desejando, como o Brasil deseja, acabar com o voto secreto e com a sessão secreta para o processo de cassação, para que o Senado não dê mais aquele vexame de apresentar, em sessão aberta no Conselho de Ética, pelo voto aberto, o escore de 11 a 4 pela cassação e vir aquela lamentável sessão fechada, com o voto fechado, envergonhado, onde, diferentemente do que se votou no Conselho de Ética, votou-se aqui 40 votos pela absolvição e 35 pela cassação. Vota-se como se quer, mas o voto tem que ser coerente; voto aberto tem que ser igual a voto fechado. Se não está sendo, nós temos de dar transparência ao processo e temos que exigir sessão aberta, voto aberto.

E, na terça-feira, logo nos apresentaram uma pauta que não incluía nem a PEC do voto aberto, muito menos o Projeto de Resolução da sessão aberta.

Nós fomos à luta e foram dias de estresse, de tensão, de muita negociação e de embate que nos provocaram cansaço. Cansaço até físico, Senador Mão Santa; cansaço até físico... É uma missão trabalhosa!

Quem assiste só às manchetes de TV e lê os jornais vê os resultados. Agora, produzir aquilo, a luta para afirmar o Senado, para tentar recuperar a credibilidade do Senado é trabalhosa, é estafante, é estressante. Foi uma segunda, uma terça e uma quarta-feira muito estressantes. Aí, chega quinta-feira – não há quórum mesmo para deliberar; se quisessem, até que o voto aberto e a sessão aberta entrassem na pauta, íamos manter a mesma postura; até que se faça uma reunião, prevista para terça-feira, para se tentar encontrar o caminho da conciliação, para que entrem na Ordem do Dia, nas prioridades do Senado, os projetos que vão dar credibilidade ao Senado novamente, a fim de que o Senado possa ter apenas uma palavra no voto aberto e no voto fechado.

E chega quinta-feira... É um dia até um pouco mais **relaxing**. Aí, lá vem, Senador Jayme Campos, Senador Garibaldi, notícia ruim do nosso Estado. Lá vem confusão...

Senador Jayme Campos, V. Ex^a se lembra da aftosa que entrou no seu Estado? Entrou por incúria do Estado brasileiro. Não foi do Estado do Mato Grosso; foi do Estado brasileiro. Negligenciou. Não mandou o dinheiro para os órgãos que fiscalizam nem estimulou uma categoria chamada Fiscais Federais Agropecuários. Resultado: entrou a aftosa, e aí foi aquela confusão infernal para o seu Estado, para Goiás, para Mato Grosso do Sul, para o Paraná, para todos os cantos. Houve perdas monumentais de *status* do Brasil no mercado mundial da carne e para o seu Estado, por exemplo, que estava livre da aftosa e passou novamente a constar do livrinho, do índice dos proibidos de exportarem para os Países desenvolvidos pelo fato de terem, novamente, aftosa. Decorrencia de quê? Da negligência do Estado. Quem estava envolvido? A categoria dos chamados Fiscais Federais Agropecuários, gente boa, carreira de Estado. São mais ou menos seis mil entre ativos e inativos, no Brasil. São engenheiros agrônomos, médicos veterinários, químicos, farmacêuticos e zootecnistas.

Lá no seu Estado, se eles tivessem o dinheiro que precisavam para fazer o controle do movimento de animais vivos, teriam impedido que a febre aftosa lá se instalasse. As atividades principais dessa carreira de Estado que responde, em muito, pela economia de muitos Estados – e vou chegar ao meu – são, dentre outras coisas: a defesa sanitária animal e vegetal; a fiscalização dos produtos de uso de uso veterinário e de estabelecimentos que os fabricam; a fiscalização e inspeção da produção e do comércio de sementes e mudas; na fiscalização da produção, circulação e comercialização do vinho e derivados; na fiscalização do trânsito de animais vivos; na fiscalização e inspeção da produção e no comércio de produtos brasileiros.

Aqui tem início, Senador Garibaldi, a confusão. Eles estão em greve. No tempo do Mato Grosso, eles não estavam em greve. Eles são considerados carreira de Estado; carreira de Estado que eu votei. Lembro bem, eu já era Senador e votei a medida provisória que estabeleceu o elenco do que eram as carreiras de Estado. Carreira de Estado são os delegados e peritos da Polícia Federal, que tão bons serviços prestam à sociedade na moralização – truculência à parte; auditores fiscais do trabalho, da Receita e da Previdência; os grupos de gestão; analistas do Banco Central; advogados da União (a equipe da Advocacia-Geral da União); diplomatas, o Itamaraty inteiro; funcionários das agências reguladoras; analistas de comércio exterior e fiscal federal agropecuária. São essas as carreiras de Estado.

Muito bem. No meu Estado, existe uma quantidade razoável, não são muitos, mas é muito importante a atividade que eles desenvolvem. No seu Estado, Senador Jayme, no seu Estado, Senadora Lúcia Vânia, eles trabalham no controle, dentre outras coisas, dentre outras muitas coisas, no controle de movimento de animais vivos, para que não entre a aftosa do Paraguai no Mato Grosso ou em Goiás, para que não entrem aqui pragas de Países menos desenvolvidos do que o Brasil, porque o esforço que vimos fazendo há muito tempo para nos livrarmos da aftosa – e ninguém se livra dela de um ano para outro; é um trabalho demorado, de muito tempo – tem tido a colaboração e o empenho dos fiscais agropecuários.

Meu Estado não tem um grande rebanho bovino, mas tem algo que seu Estado não tem, Senadora Lúcia Vânia, e muito menos o seu, Senador Jayme Campos, para a sua inveja. Tenho inveja da sua produção de algodão, de feijão, de gado, mas V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, deve ter inveja da produção de manga e de melão do meu Rio Grande do Norte, vindo de Açu, de Baraúnas ou de qualquer área onde se produza o nosso melão ou a nossa manga no vale do Açu, tem que haver um selo de qualidade, o controle de qualidade desses fiscais agropecuários, para que a exportação aconteça. É uma exigência de acordo internacional.

O Senador Garibaldi, que é um viajante eventual, deve ficar, como eu, muito feliz ao passar na Alemanha, na França, na Inglaterra, em Portugal e até na Espanha e ver, nas vitrines das melhores frutarias da Europa e dos Estados Unidos, o melão do Rio Grande do Norte e a manga do Rio Grande do Norte!

O Senador Garibaldi, que é um viajante eventual, deve ficar, como eu, muito feliz ao passar na Alemanha, na França, na Inglaterra, em Portugal e até na Espanha e ver, nas vitrines das frutarias, a fruta do Rio Grande do Norte.

Senador Garibaldi, os fiscais estão em greve. Estamos em plena safra de melão e de manga e os fiscais estão em greve, uma greve justa. Senador Jayme Campos, sabe por quê? Porque, dentre as carreiras de Estado que citei, eles são os mais mal remunerados, são os que ganham menos. Por que eles são os filhos enjeitados da União? Por que razão? Se eles são importantes para o seu Mato Grosso, para o Goiás de Lúcia Vânia, para

o Rio Grande do Norte de Garibaldi, de Rosalba e de José Agripino, por que são os encerra-fila?

O piso de um delegado e de um perito da Polícia Federal é de R\$10.800,00, o de um auditor fiscal é de R\$10.100,00, o do Grupo de Gestão é de R\$8.100,00, o dos analistas do Banco Central é de R\$8.400,00 – o piso, o mais baixo –, o de um advogado da União é de R\$9.500,00, o da carreira de Diplomata é de R\$8.400,00, o das agências reguladoras é de pouco mais de R\$7.000,00, o dos analistas de comércio exterior é de R\$8.100,00, mas o de fiscal agropecuário é de R\$5.100,00? Por quê? Não é carreira de Estado? O piso deveria estar entre R\$8.000,00 e R\$10.000,00. Cinco mil reais? Perto da metade?

Então, eles vão ficar parados, os seis mil. Só por que não são diplomatas? Por que são agrônomos ou veterinários ou zootecnistas? É por que eles trabalham com o campo? É por que estão com as mãos calejadas? Por que eles são os filhos enjeitados da República? Entraram em greve.

Senador Garibaldi, para cada contêiner de manga ou de melão exportado no nosso porto de Natal, vindo de Açu, de Baraúnas ou de qualquer área onde se produza o nosso melão ou a nossa manga no vale do Açu, tem que haver um selo de qualidade, o controle de qualidade desses fiscais agropecuários, para que a exportação aconteça. É uma exigência de acordo internacional.

Eles estão em greve. Eles podem, perfeitamente, dizer que não vão oferecer fiscalização alguma, porque estão exercendo o seu legítimo direito de greve. E aí serão contêineres e contêineres no porto de Natal apodrecendo e, em decorrência, centenas e centenas de empregos perdidos no campo. Produzir para jogar fora, porque o Governo não tratou bem aqueles que têm a obrigação de oferecer o controle da saída e o selo de qualidade?

E a produção do Rio Grande do Norte vai ficar comprometida? Então depois de uma semana inteira de estresse ainda vem mais essa no fim-de-semana...

Senador Jayme Campos, lá no seu Mato Grosso, deve estar ocorrendo coisa semelhante. Bote suas antenas para funcionar porque, daqui a pouco, vem outra onda de aftosa, porque o Governo está negligenciando, está tratando mal os fiscais agropecuários, que tiveram um encontro com o Ministro do Planejamento e apresentaram a sua proposta.

Vamos nos juntar, como fizemos aqui na guerra da lagosta, para proteger essa categoria e exigir do Governo, em nome de nossas economias, dos nossos empregos, gerados pelo que constitucionalmente eles protegem, exigir que se dê uma solução e que a greve acabe.

Senador Tião Viana, faço este apelo a V. Ex^a, que é homem ligado ao Governo. Estou avisando, es-

tou fazendo um alerta: daqui a pouco vamos ter, com as frutas do Rio Grande do Norte, de novo, porque os fiscais agropecuários do Brasil estão em greve... São seis mil pessoas, com uma causa justa, que ganham a metade do que ganham os assemelhados de carreira de Estado, que têm um pleito ao Ministério do Planejamento e que estão sem resposta.

Daqui a pouco vem outra onda e outra confusão, e podem acusar o Congresso de, sabendo, não ter feito nada, não ter tomado providência alguma.

E nós, Senador Garibaldi, do Rio Grande do Norte, temos a obrigação, porque eles estão lá... Em Baraúnas, quem produz melão hoje são pequenos proprietários, pessoas que têm dois, três, cinco ou, no máximo, dez hectares. São microempresários que podem pagar o pato por essa greve, porque a produção pode encalhar no porto, porque não tem o selo de qualidade. E aí a economia do nosso Estado vai para o brejo!

Então, temos é que tomar providência. Temos que atuar.

Eu queria convocar os Senadores dos Estados do Brasil para que nos unamos, a fim de que essa categoria tenha o seu pleito atendido, antes que seja tarde. Que essa providência seja tomada em nome da responsabilidade de quem tem a responsabilidade e o dever de bem governar o País.

Quem avisa amigo é. Aqui está o alerta e aqui está a convocação. Precisamos encontrar uma solução para um problema que não deveria estar acontecendo, que é justo e tem de ser resolvido com a maior brevidade possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, inicialmente, cumprimentar aqui o nosso Líder, Senador José Agripino, que mostrou sua preocupação em relação à greve dos fiscais do Ministério da Agricultura. É preocupante não só por seu Rio Grande do Norte, mas, sobretudo, também pelo nosso Estado de Mato Grosso, que é o maior exportador de carne vermelha para o mundo. Nesse caso, vai ficar prejudicada sobremaneira a nossa exportação, principalmente quando o Senador José

Agripino diz que, no seu Estado, a exportação de melão e de manga é uma grande fonte da sua economia.

Ora, o boi ainda pode esperar três, quatro, cinco dias para ir para o abate. O melão, porém, apodrece. O produtor vai perdendo os pés da sua lavoura, os contêineres e assim por diante.

Portanto, Senador, sua preocupação é de todos nós, até porque esse segmento de serviço público do Brasil é muito importante para a nossa economia. Mas não é só essa preocupação, Senador José Agripino, mas também a da liberação dos recursos para o combate à febre aftosa.

Nos últimos tempos, quando o Estado do Mato Grosso do Sul, parte do Paraná e parte do Pará foram atingidos por febre aftosa, isso se deveu à falta de liberação de recursos por parte do Governo Federal, que, lamentavelmente, não contribuiu em nada. E me parece que vai acontecer a mesma coisa neste ano, pois quase nada em termos de recursos federais foi liberado. É mister a liberação de recursos para que, junto com os Indeas e as Secretarias de Agricultura dos Estados, possamos fazer um trabalho realmente complexo e, sobretudo, eficiente.

Cumprimento, pois, V. Ex^a, com quem me solidarizo. Certamente, o Senado Federal tem que se preocupar com este segmento do serviço público: o dos nossos fiscais federais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar hoje sobre a PEC nº 13.

Toda noção clássica de civilização surge a partir do adensamento populacional e de sua organização política em núcleos urbanos. A humanidade prosperou em decorrência de sua articulação em estratos sociais aglutinados em torno de povoados. Ou seja, a percepção de Estado se dá tanto por meio de uma localização geográfica quanto pela capacidade que um povo tem de edificar metrópoles.

Mesmo os aspectos culturais e religiosos de uma sociedade muitas vezes se definem justamente pela natureza urbana de cada população.

Desde a antiguidade, o que distingue a importância de uma nação em relação a outra é o poder de cada uma delas em arregimentar esforços e tecnologia para construir cidades. A criação de vilarejos para convertê-los posteriormente em Municípios, ainda hoje, representa a diferença entre atraso e desenvolvimento para muitas regiões deste País.

Aliás, nossa lógica política aponta nessa direção. Semear cidades é cultivar prosperidade. Elas são pólos naturais de sedimentação econômica e cultural. Principalmente em áreas de fronteira de desenvolvimento, a organização municipal orienta as demandas estru-

turais da sociedade e define as vocações produtivas de cada localidade.

Entre as principais verdades de nossas premissas institucionais se lê que o Município é a **cellula mater** da sociedade, formando, portanto, o panorama jurídico e ético da sociedade. O Município abriga o cidadão e é o cenário em torno do qual se desenvolve o sentimento nativista. Afinal, as pessoas habitam a cidade. Ela é a porção menos abstrata de pátria. É o lado concreto da civilização.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nos próximos dias, deveremos votar nesta Casa a Proposta de Emenda Constitucional nº 13, que devolve aos Estados a prerrogativa de legislar sobre a criação de Municípios, um direito sutilmente subtraído dos entes federados pela Emenda Constitucional nº 15, que entregou para o Congresso Nacional a palavra final sobre a implantação desses núcleos.

A PEC nº 13 corrige essa anomalia política e retabelece uma verdade histórica. Compete aos Estados, e não à União, o direito de legislar sobre essa matéria. Em decorrência desse conflito jurídico, Municípios criados após a edição da Emenda nº 15, atendendo à legislação anterior, já instalados em sua integridade, simplesmente correm o risco de serem varridos do mapa, Senador Mão Santa.

Uma recente decisão do Supremo Tribunal Federal ameaça anular a implantação de 14 Municípios mato-grossenses, que já realizaram eleições e têm sua organização política perfeita. É um caso atípico e radical, que vai suscitar um vácuo jurídico e uma realidade esdrúxula.

Pasmem, Sr^as e Srs. Senadores, ao todo são 50 Municípios, Senador Valdir Raupp, que se encontram na mesma situação em todo o País.

Como pode uma criança que nasceu na cidade de Santo Antônio do Leste ter sua certidão de nascimento cassada e revertida para o Município de Novo São Joaquim, que é o Município-mãe? Aliás, esse foi o caso que o Supremo Tribunal Federal julgou em desfavor para Santo Antônio do Leste. É, no mínimo, uma violência política e um cerceamento de seus direitos. Ou, ainda, um absurdo, seria como se Portugal, na atualidade, reclamassem o Brasil como sua colônia e pedisse à ONU que retirasse nossa Pátria do mapa.

Não quero fazer qualquer reparo ao entendimento da Suprema Corte. Ao contrário, sua decisão obriga que o Senado vote, com a maior brevidade possível, a PEC nº 13, devolvendo aos Estados seu legítimo direito de legislar sobre a criação de Municípios. Diga-se de passagem, essa proposta de autoria do ilustre Senador Sérgio Zambiasi tramita nesta Casa desde 2003, Senador Mão Santa. A decisão do Supremo Tribunal

Federal deve servir como estímulo para que o Senado Federal tome a atitude de encaminhar a votação dessa matéria em caráter urgente.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jayme Campos, a PEC é a de nº 13?

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Exatamente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Rapaz, está aí: agora deu certo. Ô, Tião Viana, é o número do seu Partido. Deu certo. Eu quero dizer o seguinte. Eu sempre disse que este Senado é um dos melhores Senados da história da República, em 183 anos. Ô, Tião Viana, porque cada um tem a experiência. Ninguém tem mais experiência do que eu nisso. Não fui eu que criei, não. Eu governei o Estado do Piauí depois de um homem muito brilhante, que foi Governador e Senador da República, Freitas Neto. Ele pegou o Estado do Piauí com 115 Municípios. De repente, no Governo dele, ele criou 30 novas cidades. Então, ele me entregou o Governo do Estado do Piauí com 145 Municípios. Eu estava contra, porque eu era Prefeito da cidade de Parnaíba, minha cidade, e dois povoados se transformaram, mas eu senti o desenvolvimento. Não tem mais fator. Atentai bem, Jayme Campos, hoje mesmo eu estava na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Falava-se sobre as Filipinas, o Vietnã, que são menores do que o Estado do Maranhão. O Brasil é este gigante que está aí. Eu vi as transformações no meu Estado do Piauí e continuei o projeto, inspirado no Governador anterior, Freitas Neto, e Deus me permitiu criar no Estado do Piauí 76 novas cidades, no tempo em que governei – seis anos, dez meses e seis dias, que Deus me permitiu. Então, eu vi! O essencial é invisível aos olhos. Quem vê bem, vê com o coração. Além do que você vê, povoados transformados em cidades, além do que você vê, praças para namorar, avenidas iluminadas, mercado para comercializar, hospital para promover saúde, escola para educar, cadeia para botar ordem, o essencial é invisível aos olhos. São o chamamento de novas lideranças que aparecem, com responsabilidade, para serem vereadores, vice-prefeitos e prefeitos. Eu vi, agora, várias cidades filhotes. Os prefeitos e os líderes que surgiram foram eleitos prefeitos da cidade-mãe. Quer dizer, é a valorização, é o investimento naquilo que é mais importante, o ser humano. Nós temos que acelerar essa feliz PEC inspirada pelo Senador gaúcho Sérgio Zambiasi, e estamos aqui para apoiá-lo e para dizer que a melhora foi extraordinária. Vi transformar povoados em cidades.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte. V. Ex^a, que tem experiência, que foi Governador do seu Estado, o

Piauí, conhece muito bem o resultado positivo quando se cria um novo Município.

No caso de Mato Grosso, tive o privilégio também, como Governador daquele Estado, de criar 25 novas cidades, e, hoje, das cidades que surgiram a menos de 15 anos, algumas já têm 50 ou 60 mil habitantes. De forma que é muito importante votarmos essa PEC.

Sr. Presidente, estou quase concluindo a minha fala.

Não fosse apenas pela correta postura de restabelecer o rito processual compatível com as tradições políticas nacionais, a PEC nº 13 também gera a oportunidade da implantação de 619 Municípios em todo o território nacional e em condições técnicas de serem emancipados, só aguardando o desenrolar desta questão jurídica.

Para finalizar, faço um apelo ao Senado Federal, Casa Legislativa sesquicentenária, alicerce dos mandamentos democráticos da Nação brasileira, que corrija essa anomalia institucional perpetrada pela Emenda nº 15 e devolva às nossas assembléias estaduais o legítimo direito de criar Municípios.

Devemos fazê-lo já, antes que um equívoco político transforme-se no mais ridículo desastre jurídico da história republicana deste País. Ou vamos manchar nossa bandeira, que diz, Senador Mão Santa, Senador Casagrande, "Ordem e Progresso", inaugurando um tempo de desordem e retrocesso em nossa Pátria.

Espero que o Senado Federal se empenhe na velocidade máxima possível para que possamos aprovar a PEC nº 13, voltando a dar as atribuições às assembléias legislativas de todo o País.

Concluo, pedindo que os nossos colegas Senadores nos ajudem a restabelecer a ordem jurídica em relação à PEC nº 13, para que as assembléias tenham a prerrogativa de criação dos novos Municípios brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

Antes, pela ordem, o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a e peço permissão, inclusive, ao amigo e Senador Valdir Raupp, para comunicar ao Senado Federal e ao Brasil do falecimento, no dia de ontem, 19 de setembro, de Carlos Antonio de Almeida Ferreira. Nascido em 29 de outubro de 1937, em Belém do Pará, faleceu no dia de ontem, filho de Benedito Caeté Ferreira e Herundina de Almeida Ferreira, casado com Delise Maria Guarienti de Almeida Ferreira, diretora sócia-proprietária

do **Grupo Diário**, composto pelo **Diário do Sudoeste** e **Diário de Guarapuava**. Do casamento de Carlos Antonio Ferreira com Delise, nasceu André Gustavo Guarienti de Almeida Ferreira, que é sócio-proprietário e diretor do **Grupo Diário**.

Carlos Almeida estava em tratamento de saúde em Curitiba desde o dia 18 de agosto. Antes de partir, ele fez uma última coluna denominada "Opinião Pessoal", que foi publicada na edição 4.097 daquele sábado e domingo.

Quero dizer, Sr. Presidente, que conhecia pessoalmente, há muitos anos, o Dr. Carlos Antonio de Almeida Ferreira, que também foi funcionário do Banco do Brasil, Presidente do Banco do Paraná – Banestado, do BADEP, e membro-diretor do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Além de todas essas funções, ele sempre teve uma visão social muito intensa, uma interlocução com todos os setores da sociedade. E a sociedade paranaense, sem dúvida alguma, lamenta profundamente o seu falecimento.

Quero externar, em meu nome e, certamente, em nome de todos quantos o conheciam, as condolências para a família, para os amigos, esperando que continuem a bela caminhada que o Dr. Carlos vinha empreendendo no Paraná.

Agradeço a V. Ex^a. Peço desculpas ao Senador Valdir Raupp, mas realmente este registro de ordem deveria ser feito, porque é uma pessoa de inestimável valor em nosso Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Srs e Srs. Senadores, há mais ou menos um mês, vim a esta tribuna anunciar a publicação, depois de anos de expectativas constantemente frustradas, do edital de leilão da primeira das duas hidrelétricas projetadas para o rio Madeira, a hidrelétrica de Santo Antônio.

Segundo o edital, o leilão deve ocorrer em 22 de novembro próximo, já adiado. Inicialmente estava previsto para o dia 30 de outubro.

É essencial, Sr. Presidente, que isso de fato ocorra e que não tenhamos mais nenhum atraso no ainda longo caminho que teremos de percorrer até que as usinas estejam funcionando plenamente, gerando a energia de que tanto o Brasil necessita.

Na última sexta-feira, dia 14, houve, na Agência Nacional de Energia Elétrica, aqui em Brasília, uma apresentação dos estudos de viabilidade da hidrelétrica de Santo Antônio. Segundo os técnicos do consórcio Furnas/Odebrecht, responsável pelo estudo de viabi-

lidade do projeto, as obras têm de iniciar entre março e setembro do ano que vem para que se cumpra a expectativa de que as primeiras turbinas comecem a gerar energia em agosto de 2012.

Como se vê, o processo é longo – o cronograma prevê 48 meses do início da construção até o início da operação da primeira unidade – e qualquer pequeno atraso no processo pode ter graves repercussões, sobretudo se levarmos em conta que uma obra desse tipo é extremamente sensível às inevitáveis pressões de aspectos relativamente imponderáveis, como o clima e o regime de chuvas.

Portanto, Sr. Presidente, é imperativo que o prazo inicial previsto no edital para o primeiro leilão de energia elétrica proveniente da usina de Santo Antônio, pontapé inicial de todo o processo, seja efetivamente observado.

Não podemos perder tempo. Adiar mais o processo de construção dessas hidrelétricas, dados os fins a que almejamos, é uma imprevidência que beira a irresponsabilidade. Não esperemos o próximo apagão para, então, nos arrepender de não termos tomado as medidas necessárias tempestivamente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, cada um de nós orienta a sua vida segundo determinados fins que julgamos valiosos. Esses fins, muitas vezes, são tão diferentes quanto são os indivíduos entre si, e nem sempre concordamos sobre o que tem mais valor. Mas, independentemente disso, todos concordamos sobre a necessidade de ter acesso a determinados meios, que, justamente, nos permitem realizar aqueles fins.

Como bem disse Rodrigo Ferreira, Diretor-Presidente do Grupo Canal Energia, em artigo publicado pelo Jornal **Gazeta Mercantil**, na semana passada, (e eu cito), “se há um item essencial para garantir o bem-estar de uma população, sem o qual todos os outros benefícios possam fracassar, esse item se chama infra-estrutura”.

Ora, Sr. Presidente, ter acesso à energia elétrica é um desses meios sem os quais estamos seriamente prejudicados na busca pela realização de nossas aspirações, de nossos fins, de nossa idéia do que seja uma vida boa. Precisamos, portanto, garantir que os problemas de abastecimento de energia, que experimentamos faz alguns anos, não se repitam.

Quero concluir, Sr^{as}s e Srs. Senadores, fazendo um apelo à Agência Nacional de Energia Elétrica e ao Governo para que mantenham a alta prioridade que o Programa de Aceleração do Crescimento atribuiu à construção das usinas do rio Madeira. De minha parte, continuarei, até o fim, trazendo a público essa questão, sempre atento ao andamento do processo, como tenho feito desde os primeiros meses do mandato que o povo de Rondônia me outorgou, há mais de quatro anos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é imperativo que essas obras das usinas hidrelétricas do Rio Madeira não sofram mais processo de continuidade no seu início. É importante que o Governo Federal se preocupe, porque o PIB, que começa agora a dar sinais de vitalidade, de crescimento – poderemos crescer 5% este ano –, poderá ser prejudicado pela falta de energia elétrica daqui a algum tempo.

Faço aqui veementemente esse apelo a toda equipe do Governo Federal, ao Ministério de Minas e Energia, à Aneel, ao consórcio que está lá lutando para que o leilão ocorra o mais rapidamente possível e, assim, realmente, isso aconteça ainda este ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, por cessão do Senador Cristovam Buarque. A seguir, terá a palavra o Senador Renato Casagrande, como Líder.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero iniciar meu pronunciamento cumprimentando os 5.564 Prefeitos brasileiros pela vitória que acabam de conquistar. Em especial, cumprimento a Associação Goiana dos Municípios, na pessoa do seu Presidente, o Prefeito do Município de Jussara, Joaquim Castro Neto, e todos os Prefeitos de Goiás, os quais tenho acompanhado ao longo dos anos na dura batalha de administrar os seus Municípios com escassos recursos e a exigência cada vez maior de atender às necessidades básicas de suas populações.

Faço questão de relembrar, ainda que rapidamente, a luta empreendida por todos os Prefeitos, a partir do ano de 2003. Luta que acompanhei de perto, porque os defendi desta tribuna, em audiências, reuniões e pela imprensa. Foram quatro anos de muita persistência e dez marchas a Brasília, sempre com a presença maciça de milhares de representantes municipais para reivindicar o aumento de 1% no FPM, hoje estimado em mais de R\$1 bilhão.

Com a aprovação da PEC nº 75/2007, em 29 de agosto, os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios passam de 22,5% da arrecadação total da União com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados para 23,5%.

Aquele ano de 2003 foi muito ruim no tocante à transferência do FPM por parte do Governo. Na verdade, os Prefeitos o consideraram o pior da última década, prevendo uma dificuldade muito grande para honrar os compromissos de final de ano, em especial o pagamento do 13º salário do funcionalismo.

O movimento municipalista, liderado pela Confederação Nacional de Municípios, resultou na maior mobilização realizada em Brasília, com a presença de mais de

12 mil representantes municipais, entre Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Secretários Municipais.

Durante a marcha, a Confederação Nacional dos Municípios propôs o aumento do FPM em 5%, repassados de forma acumulada no final do ano, como um auxílio para o encerramento das contas de dezembro.

Como a Câmara dos Deputados já havia aprovado a reforma tributária com um aumento que não compensava as perdas dos Municípios, os Prefeitos recorreram ao Senado. Esta Casa, sensível aos apelos dos representantes municipais, chegou a um acordo com o Ministério da Fazenda, que concordou com o aumento da FPM, mas de um ponto percentual.

Nestes quatro anos de tramitação da proposta, que finalmente se encerrou hoje com a promulgação da PEC, foram diversas mobilizações das lideranças do movimento municipalista, em especial, dos presidentes de entidades estaduais e microrregionais.

No dia 29 de agosto deste ano, durante a 10ª Marcha organizada pela Confederação Nacional dos Municípios, o Senado aprovou a emenda em segundo turno.

A promulgação realizada pelo Congresso é muito importante para os Prefeitos que vivem, em grande número, no limite de gastos, prestes a descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estudo da própria CNM mostra que cerca de 500 Municípios do Norte e do Nordeste, justamente as regiões privilegiadas pelo atual Governo, estão enquadrados no limite de gastos com pessoal e podem não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal por causa do aumento do salário mínimo.

Relatório elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional sobre despesas e receitas de mais de 4 mil Municípios mostra que 261 deles não cumpriram a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2005 e que 499 gastaram entre 50% a 54% de sua receita com pessoal.

Embora o Governo tenha atendido algumas de suas reivindicações, certo é que a penúria enfrentada pelas Prefeituras tem crescido ano a ano.

Cabe aos Executivos municipais, por exemplo, a maior parte dos custos dos principais programas sociais do Governo Federal.

Segundo estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que analisou cinco grandes programas de execução descentralizada, para cada R\$100,00 repassados pelos Ministérios em 2006, as Prefeituras tiveram de gastar R\$233,00 em recursos próprios.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a promulgação do aumento da FPM hoje foi um passo decisivo desta Casa, para melhorar a grave situação das nossas Prefeituras, mas creio que poderemos fazer ainda mais, apoiando e aprovando a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, do Senador Osmar Dias.

Esta PEC destina 10% do produto da arrecadação das Contribuições Sociais e de Intervenção no Domínio Econômico aos Municípios. O objetivo é diminuir as injustiças que acabam por fortalecer a União, prejudicando cada vez mais Estados e Municípios que estão limitados às receitas de seus impostos e às transferências constitucionais.

Desde o início da tramitação, fui favorável à Proposta, que se encontra na Ordem do Dia para a primeira sessão de discussão. Não tenho dúvida de que as Sr^as e os Srs. Senadores que apoiaram a Proposta estarão contribuindo para o fortalecimento da estrutura primeira do Brasil: o Município.

Portanto, deixo aqui os cumprimentos a todos os Prefeitos, não apenas aos do meu Estado, mas de todo o Brasil.

Concedo o aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senadora Lúcia Vânia, gostaria de me associar às suas palavras de parabéns, congratulações aos Prefeitos que, finalmente – esta luta que não é de agora, mas de longo tempo –, conseguiram a promulgação da lei que realmente altera em 1% o Fundo de Participação dos Municípios. Na realidade, sabemos que não é o suficiente. É muito pouco. Na realidade, de toda a arrecadação do País, o percentual a que os Municípios têm direito é insuficiente para suprir as necessidades e obrigações que cada vez crescem nos Municípios. É necessário que esta luta continue. Estou ao seu lado, vamos estar juntas para conseguir que as contribuições, que são recursos do povo brasileiro, cheguem também para os Municípios. Não é possível que não possamos, cada vez mais, fortalecer, valorizar a ação que acontece lá no Município, onde realmente temos que ter respostas rápidas. O cidadão não vem bater à porta do Governo Federal quando adoece, mas vai à porta do Prefeito. A educação de qualidade tem que acontecer no Município desde a creche, a pré-escola. E tudo isso não se faz só com a vontade. São necessários os recursos. Então, entendo que temos trabalhar, lutar, para inverter essa pirâmide e os Municípios passarem a ter mais participação, mais recursos, um percentual maior, porque, hoje, cerca de 60% de todos os recursos que são arrecadados no País vão para a União; para os Municípios vão menos de 20%. Isso sem contar com as contribuições, das quais 100% vão para a União. Isso é injusto e estamos aqui para defender os nossos Municípios. Parabenizo V. Ex^a por este brilhante pronunciamento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço à Senadora Rosalba Ciarlini. Quero dizer que S. Ex^a fala, neste momento, como uma ex-Prefeita, como uma pessoa que sentiu na pele as dificuldades que os Pre-

feitos sentem hoje para poder responder aos apelos da sociedade local.

Ouvirei o Senador Mão Santa e, posteriormente, o Senador Valter Pereira.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a fica bem aí. Aliás, fica bem em todo lugar. Mas eu estava me lembrando das mulheres na política. Hillary Clinton está vencendo; o Presidente da Argentina já colocou a mulher Senadora. Eu não estou nem com o Serra nem com o “bonitinho de Minas”. V. Ex^a seria a melhor candidata dos tucanos à Presidência. Estão aí os exemplos da Argentina e dos Estados Unidos! Mas eu gostaria de colaborar com V. Ex^a. Este é o melhor Senado da República! Nós é que estamos aqui! Não é conversa! E V. Ex^a foi fundamental. O Presidente Fernando Henrique Cardoso deveria agradecer a Deus todos os dias pelo trabalho que V. Ex^a desempenhou no Governo de Sua Excelência. Foi V. Ex^a que saiu distribuindo esse Peti e serviço social. Ou seja, traduziu, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, um sinal de amor aos mais necessitados, aos humildes. Dou testemunho pelas vezes que V. Ex^a nos ajudou, no Estado do Piauí, quando eu governava. A minha esposa, Adalgisa, é admiradora de V. Ex^a. Mas queria dizer o seguinte: olha aqui, é isto aqui. Ô Tião, o negócio é simples. É porque o Luiz Inácio pensa... Isto aqui é para se obedecer: a Constituição, Tião. O erro vem daí. Já estão falando em fazer outra Constituinte para fechar o Senado. Fechar o Senado uma ova! Temos o dever de estar aqui como estamos, preparados, com responsabilidade e cumprindo o dever. Olha aqui a nossa Constituição! Está aqui. E brilhantes homens a assinaram. Está aqui. Outro dia se discutiu e o Paim mostrou que assinou. E eu fui buscar o nome dele. Ele assinou; tem o PT bom, não tem? O de V. Ex^a. Mas olha aqui, art. 159. É o que V. Ex^a está falando. Ulysses Guimarães a beijou, Tião Viana. Beijou. E foi melhor beijar a Constituição do que o Gabeira, não é? Então, Ulysses beijou a Constituição. Sim. A Constituição cidadã. Ô Luiz Inácio, desobedecer isto aqui? Ô Casagrande; palácio grande, venha cá! Desobedecer à Constituição é rasgar a Bandeira. Ulysses disse isso. E olhe o que tem aqui no art. 159. Os prefeitinhos estão sacrificados. Eu estou aqui; o Garibaldi, que era Prefeito; enfim, a maioria que foi Prefeito está aqui porque eram bons, obedeciam à Constituição. Hoje, não se obedece mais. Olha o que diz o art. 159: 53% são do Luiz Inácio. Está certo. Mas os quarenta e sete por cento restantes estão divididos, Senadora Lúcia Vânia – e digo isso só para contribuir com V. Ex^a –, de forma que vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; vinte e dois inteiros e cinco décimos

por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; e 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo da Região Norte. São aqueles fundos constitucionais. E aí fecha. Mas o que há hoje? O Governo Federal de Luiz Inácio garfou dos Prefeitos: os Municípios baixaram de vinte e dois inteiros e cinco décimos para catorze. Restituímos um. E ainda estamos devendo aos prefeitinhos. Por que estou aqui? Porque fui prefeitinho em 1989. Eu tive esses recursos, bem como os outros. A maioria que está aqui; o Heráclito, que foi Prefeito de Teresina. Tudo porque naquele tempo se obedecia à Constituição. É meu dever dizer: Luiz Inácio, leia a Constituição e a obedeça!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Mão Santa, que também já foi Prefeito e relata aqui sua experiência.

Passo a palavra ao Senador Valter Pereira, pedindo a aquiescência do nosso Presidente.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia, solidarizo-me com o discurso de V. Ex^a que, em boa hora, presta homenagem aos Prefeitos de todo o Brasil, que tiveram, indiscutivelmente, uma conquista extraordinária, hoje chancelada pelo Presidente do Congresso. Todavia, apesar de ser uma contribuição oportuna e importante para as Prefeituras municipais, não podemos perder de vista que ainda estamos muito distantes de um Pacto Federativo que tenha alicerce na Justiça. Há uma grande desigualdade entre as diversas esferas de poder. O Prefeito municipal, quando recebe esse 1%, na verdade, está sorvendo uma gota nesse oceano de necessidade que ele padece. De qualquer forma, é uma conquista e toda conquista é importante. O discurso de V. Ex^a deve ensejar uma discussão maior sobre o Pacto Federativo, sobre a inserção do Município na grande Federação brasileira. No momento em que se insere de forma tão desigual, como está ocorrendo especialmente com aqueles Municípios do interior do Brasil, o Pacto Federativo não está sendo justo. Vamos lutar pelos Municípios. V. Ex^a tem sido uma lutadora incansável na defesa da municipalidade e quero dizer que seremos parceiros no prosseguimento dessa luta.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Valter Pereira, que transmitiu aqui – acredito – todo o anseio desta Casa em relação aos Municípios. Portanto, deixo aqui, mais uma vez, os meus cumprimentos ao Srs. Prefeitos, que hoje podem comemorar uma luta de mais de quatro anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER N° 812, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 52, de 2007, (nº 105/2007, na origem) do Tribunal Superior do Trabalho, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Ministro João Oreste Dalazen, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para compor o Conselho Nacional de Justiça; na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 19 de setembro de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Aloizio Mercadante, sobre o Ofício "S" nº 52, de 2007, opina pela Aprovação da indicação do Ministro João Oreste Dalazen para compor o Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o disposto no art. 103-B, III, da Constituição Federal, por 17 votos favoráveis, – contrários e – abstenções.

Sala da Comissão, 19 de setembro de 2007.
– Senador Marco Maciel, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFÍCIO N° 52 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/09/2007 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Marco Maciel</i>
RELATOR:	<i>Marco Maciel</i> <i>Sen. Aloizio Mercadante</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdP, PRB e PP)	
SERYS SLEIBERG	1. IDELI SALVATTI
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE (Relator)	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. ANTONIO CARLOS JÚNIOR
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLÓ
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

RELATÓRIO

Relator: Senador Aloizio Mercadante

Pelo Ofício "S" nº 52 de 2007, do Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, vem ao exame desta Casa a indicação do Senhor João Oreste Dalazen para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do inciso III do art. 103-B, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004. De acordo com o dispositivo magno, a autoridade, indicada pelo STJ, deverá ser nomeada pelo Presidente da República, após ter seu nome aprovado pelo Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Os membros do Conselho têm por atribuição constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, cabendo a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, proceder à sua sabatina.

O Exmº Sr. Ministro foi indicado pela Resolução Administrativa nº 1.256/2007, em sessão plenária realizada no Tribunal em 31 de agosto do corrente ano, em virtude da aposentadoria concedida ao Sr. Ministro Gelson de Azevedo.

Resumimos, abaixo, o **curriculum vitae** encaminhado a esta Casa pelo juiz indicado.

O Sr. João Oreste Dalazen nasceu em 12 de janeiro de 1953, na cidade de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, é também Mestre em Direito, pela mesma instituição de ensino superior.

Possui vários outros cursos de aperfeiçoamento, dentre os quais destacamos:

- Curso de Preparação de Oficial da reserva (NPOR) do Exército, sendo declarado Aspirante a Oficial R-2, em 1973, pela Arma de Artilharia, em Curitiba, com a menção 'muito bem' (3º lugar), e posteriormente promovido a 2º Tenente R-2.
- Curso de especialização em Direito do Trabalho e em Direito Processual do Trabalho.
- Curso de Legislação Trabalhista, promovido pelo SESC, em 1975.
- VIII Seminário Internacional sobre Normas Internacionais do Trabalho, promovido pela Organização Internacional do Trabalho, em Curitiba, no ano de 1988.
- Congresso Nacional da Magistratura Trabalhista, em 1990, em Salvador/BA.

Possui vasta experiência profissional. De 1978 a 1980, foi Procurador da Caixa Econômica Federal.

Foi Juiz-Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá e Guarapuava, no Estado do

Paraná, e Presidente da Associação dos Magistrados da 9º Região (AMATRA IX) em 1984, tendo sido reeleito em 1985. Foi ainda Juiz-Presidente da 4º Junta de Conciliação e Julgamento em Curitiba (PR).

É Ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 1996, e membro da Comissão de Documentação do TST.

Lecionou na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de 1986 a 1989, e no Curso Preparatório à Magistratura do Trabalho promovido pela AMATRA IX, e, ainda, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, nas disciplinas de Direito Processual Civil e Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho.

Foi professor da Faculdade de Direito do Instituto de Ensino Superior de Brasília, de 1999 a 2002, na disciplina de Teoria Geral do Processo, e desde 2004 até o presente, leciona na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB), na disciplina de Direito e Processo do Trabalho.

Foi aprovado em vários concursos públicos, dentre os quais: concurso público de provas e títulos para provimento de cargo de Promotor de Justiça Substituto, inicial de carreira do Ministério Público do Paraná; concurso público para provimento de cargo de Oficial de Justiça da Justiça Federal (1976); concurso público de provas e títulos, em 1992, para o cargo de Professor Auxiliar em Direito e Processo do Trabalho, em 1992, todos em 1º lugar.

Publicou várias obras científicas. Citamos o livro **Competência Material Trabalhista** – Revista LTR. Citemos também: **Falência e Execução na Justiça do Trabalho** – Revista TRT 9ª Região, Vol. X, nº 2, 1985, pág. 77 a 79; **O Conceito de Justiça** – Revista TRT 9ª Região, vol. XV, 1990, pág. 37 a 60; **Questões Polêmicas da Competência Material da Justiça do Trabalho** – Revista LTR nº 55, março de 1991, pág. 295 a 302; **Capacidade Postulatória e Honorários Advocatícios no Processo Trabalhista** – Ed. Juruá, 1992, pág. 256 a 262; **Litigância de Má-Fé no Processo Trabalhista** – Jornal **Gazeta do Povo**, edição de 1-5-95, pág. 24; **Degradação Trabalhista** – **Gazeta do Povo**, em 27-11-2001, e vários outros artigos jurídicos.

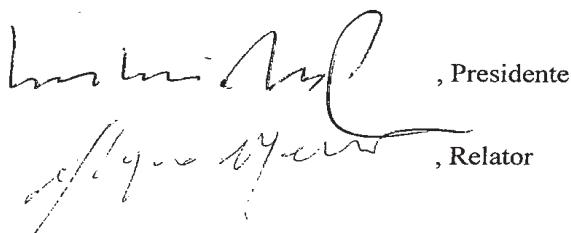
Participou de várias bancas examinadoras de concursos em Tribunais Regionais e Universidades, e recebeu inúmeras homenagens de diversas instituições, tendo sido eleito membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho em 2004. É membro, também, da Academia Paranaense de Letras Jurídicas.

No que respeita às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o Indicado apresentou as declarações lá previstas, informando que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou

servidor do Poder Judiciário, e que sua esposa e sua filha são, respectivamente, funcionárias públicas do TRT da 9ª e da 16ª Região, aprovadas em concurso público, e ambas jamais prestaram serviços em seu gabinete; que não sofreu sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra sua pessoa; que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes; e que renuncia ao direito de concorrer à promoção por merecimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer tribunal, durante o mandato no Conselho Nacional de Justiça e até dois anos após o seu término.

Ante o exposto, pensamos que os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem, à saciedade, de informações e elementos para deliberar sobre a indicação do nome do Ministro João Oreste Dalazen para o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 19 de setembro de 2007.



, Presidente
, Relator

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I – um ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;

II – um ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III – um ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV – um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V – um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI – um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII – um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII – um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX – um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X – um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI – um membro do Ministério Público Estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII – dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I – zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituir-lhos, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou

a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Públíco, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I – receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciais;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correção geral;

III – requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 55, de 2007**, de autoria do Senador Delcídio Amaral e outros Senhores Senadores, que dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 197 do Regimento Interno do Senado Federal (retira a obrigatoriedade de ser secreta a sessão destinada a apreciar perda de mandato de Senador).

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 18 de setembro de 2007, e publicou no dia 19 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 392, de 2007**, que "Reoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, que dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição, no mercado interno ou importação de bens de capital, destinados à produção dos bens relacionados nos anexos I e II da Lei nº 10.485, de 03 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira."

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

Maioria (PMDB)

Valdir Raupp	Gilvam Borges
Wellington Salgado de Oliveira	Leomar Quintanilha
Valter Pereira	Neuto de Conto

DEM

José Agripino	Raimundo Colombo
Kátia Abreu	Edison Lobão
Jayme Campos	Romeu Tuma

PSDB

Arthur Virgílio	Alvaro Dias
Sérgio Guerra	Marisa Serrano

PT

Ideli Salvatti	Fátima Cleide
Eduardo Suplicy	Flávio Arns

PTB

Epitácio Cafeteira	Sérgio Zambiasi
--------------------	-----------------

PDT

Jefferson Péres	Osmar Dias
-----------------	------------

PRB*

Marcelo Crivella	
------------------	--

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

DEPUTADOS**Titulares Suplentes****Bloco (PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB)**

Henrique Eduardo Alves	
Luiz Sérgio	Mário Negromonte
Luciano Castro	
Jovair Arantes	
Hugo Leal	

Bloco (PSDB/DEM/PPS)

Fernando Coruja	Arnaldo Jardim
Antonio Carlos Pannunzio	Arnaldo Madeira
Leonardo Vilela	Carlos Brandão
Onyx Lorenzoni	Antonio Carlos Magalhães Neto

Bloco (PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN)

Paulo Pereira da Silva	Miro Teixeira
Márcio França	Rodrigo Rollemburg

PRB*

Léo Vivas

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **19-9-2007**
- Designação da Comissão: **20-9-2007 (SF)**
- Instalação da Comissão: **21-9-2007**
- Emendas: até **25-9-2007** (7º dia da publicação)
- Prazo na Comissão: **19-9-2007 a 2-10-2007**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **2-10-2007**
- Prazo na CD: de **3-10-2007 a 16-10-2007** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **16-10-2007**
- Prazo no SF: de **17-10-2007 a 30-10-2007** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **30-10-2007**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **31-10-2007 a 2-11-2007** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **3-11-2007** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **17-11-2007** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia da presente sessão fica transferida para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 25.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PARECER N° 659, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Votação, em turno único, do Parecer nº 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem nº 74, de 2007 (nº 263/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Director-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

2

PARECER N° 688, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3

PARECER N° 689, DE 2007

(Escolha de Autoridade)

(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azedo, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4**PARECER N° 716, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 100, de 2007 (nº 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Miguel de Souza* para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

5**PARECER N° 734, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer nº 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 141, de 2007 (nº 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

6**MENSAGEM N° 117, DE 2007***(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)**(Votação secreta)*

Mensagem nº 117, de 2007 (nº 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Julio Cesar Zelner Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

7**MENSAGEM N° 118, DE 2007***(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)**(Votação secreta)*

Mensagem nº 118, de 2007 (nº 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha

do Senhor *Ánuar Nahes*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

8**MENSAGEM N° 128, DE 2007***(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)**(Votação secreta)*

Mensagem nº 128, de 2007 (nº 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Valdemar Carneiro Leão Neto*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

9**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO****N° 26, DE 2007***(Proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2007, que altera o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, tratando do prazo para apresentação de dados para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social, e o art. 4º da Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006; e prorroga o prazo a que se refere o art. 33 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 374, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.7.2007)

Prazo final (prorrogado): 11.10.2007

10**MEDIDA PROVISÓRIA N° 375, de 2007***(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 375, de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos

das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.8.2007)

Prazo final (prorrogado): 29.10.2007

11

MEDIDA PROVISÓRIA N° 376, de 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 376, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de quinze bilhões, setecentos e quatro milhões, quatrocentos e um mil e trezentos e oitenta reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.8.2007)

Prazo final (prorrogado): 30.10.2007

12

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 27, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2007, que acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; acresce dispositivos à Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; cria a Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas; revoga dispositivo da Lei nº 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá

outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 377, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 17.8.2007)

Prazo final (prorrogado): 30.10.2007

13

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2007, que dá nova redação ao caput do art. 5º da Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001, que institui medidas adicionais de estímulo e apoio à reestruturação e ao ajuste fiscal dos Estados (proveniente da Medida Provisória nº 378, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.8.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.11.2007

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 44, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos temos do § 2º do art. 64 da Constituição Federal)

(Tratando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10-CE (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11-CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

(Urgência a partir de: 24.08.2007).

(Sobrestando a pauta a partir de: 3.9.2007)

15

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 473, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.

Pareceres nºs 735 e 736, de 2007, das Comissões

– de Educação, Relator: Senador Raimundo Colombo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 10-CE (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Ideli Salvatti, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007, e às Emendas nºs 1 e 8, parcialmente às de nºs 3, 5 e 6, nos termos da Emenda nº 11-CAS (Substitutivo), que oferece; pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 7 e 9; e pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, que tramita em conjunto.

(Urgência a partir de: 24.08.2007).
(Sobrestando a pauta a partir de: 03.09.2007)

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do RI)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

18

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder

garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2007

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 33, de 2007 (n° 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2007

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 35, de 2007 (n° 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 13, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 13, de 2003, ten-

do com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.

22

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda n° 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda n° 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

23

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

24

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N° 2, DE 2007

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n° 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio

Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

25

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2007

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

26

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

27

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos*.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto da *Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

40

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das *Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azevedo.

42

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

43

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

44

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

45

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

46

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Renato Casagrande, nos termos do art. 14, inciso II, a, do Regimento Interno.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu vou usar os tempos destinados à Liderança e aos oradores inscritos, porque posso, no mesmo momento, usar esse tempo agregado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero me solidarizar com o jornalista Amaury Ribeiro Jr. e com o Jornal **Correio Braziliense**. O Jornalista Amaury Ribeiro Jr. foi vítima de um atentado, na noite desta quarta-feira, na Cidade Ocidental, cidade goiana, que faz divisa com o Distrito Federal. Amaury levou um tiro no abdômen de um rapaz de aproximadamente 18 anos que fugiu. A vítima foi socorrida e atendida a tempo.

O jornalista apurava informações para uma reportagem sobre o crime organizado, tema de que o jornal trata com muita seriedade. Então, minha solidariedade ao jornalista Amaury Ribeiro Jr. e ao Jornal *Correio Braziliense*, pois o que ocorreu demonstra claramente a necessidade do combate veemente ao narcotráfico, ao crime organizado, ao tráfico de drogas.

Faço aqui a minha manifestação, porque o Senado não pode se omitir neste momento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, preparei um pronunciamento para poder fazer uma avaliação sobre o momento político, econômico e social que o Senado e o Brasil estão vivendo hoje.

O Brasil vive excepcional momento do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, com reflexo direto e bastante positivo na distribuição da renda e no poder de compra dos trabalhadores. Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE relativa a 2006, recentemente divulgados, são animadores, em que pese ainda estarmos longe de um padrão de vida com tudo a que o trabalhador tem direito.

De acordo com o IBGE, de 2005 para 2006, o rendimento médio do trabalhador brasileiro subiu 7,2%, atingindo a média de R\$883,00. Para o estudo, essa elevação na renda do trabalhador é reflexo direto do impacto do aumento real do salário mínimo, na ordem de 13%, acontecido em 2006, beneficiando diretamente a classe de trabalhadores que ganham menos.

É na corrida do Governo Lula por mais justiça social que a desigualdade continua caindo – é importante reconhecermos isso –, consistentemente, como mostra o recuo de três pontos no índice de Gini, atingindo o número de 0,541. Lembremos que o coeficiente de Gini é um medidor internacional de desigualdade que vai de zero a um, em que zero, naturalmente, é a existência de não-desigualdade. Quanto mais próximo de zero, maior a igualdade entre as pessoas de um país.

Tratamos aqui de um Brasil menos desigual que vamos construindo, ainda com muita lentidão, mas que vai caminhando, porque as políticas adotadas apontam para essa direção, com melhoria na arrecadação da Previdência, o aumento do número de trabalhadores sindicalizados, o aumento da renda dos 50% mais pobres, do número de domicílios com água potável, esgoto e coleta de lixo, da quantidade de residência com telefone e computador.

Podemos afirmar, sem medo de errar, que a diferença na qualidade de vida entre ricos e pobres vem caindo. É muito distante ainda. Temos uma concentração muito grande, o índice de Gini ainda é muito alto, mas vem caindo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Permito, Senador Mão Santa. Só me dê um minuto, por favor.

Com estabilidade, a iniciativa privada está fazendo a sua parte, expandindo os negócios e investindo em novas tecnologias. Junte-se a isso o leque de oportunidades de emprego e renda, de políticas públicas e programas de assistência social que o Governo oferece aos mais pobres.

Se os investimentos em educação ainda colocam o Brasil em situação longe do ideal – é importante que reconheçamos isso; houve um avanço na política educacional, no Governo Fernando Henrique Cardoso, e estamos tendo um avanço agora, com a criação do Fundo de Educação Básica, mas estamos longe do ideal –, ressalte-se que mais crianças estão freqüentando os bancos escolares. Em 2005, 96,7% das crianças de 7 a 14 anos freqüentavam a escola.

O analfabetismo, no entanto, ainda é um desafio. Caiu na média nacional, mas quase 10% dos brasileiros ainda não sabem ler nem escrever. Esse número sobe para 20% na sua região, Senador Mão Santa, o Nordeste, onde fica o Piauí. Quando se trata dos maiores de 25 anos, esse percentual sobe para 26,8% no Nordeste; 15% relativamente ao Norte; 5,2% no Sul. São dados que não nos satisfazem em hipótese alguma.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero solidarizar-me com o jornalista, com a imprensa, e lembrar que estou aqui com o livro do nosso colega Duque, que escolheu um discurso de Rui Barbosa, “Liberdade da imprensa”. Ele tornou-se grande porque a queria livre. No governo do Marechal Hermes, ele estava muito perseguido e lutava até por *habeas corpus*. Isso ainda continua, temos que lutar. Em 1980, eu era deputado estadual e ouvi um discurso de um dos homens mais brilhantes, que foi Senador da República,

saiu da assembléia para o Senado, João Lobo. Éramos deputados, e ele dizia que há dois Brasis: o do Sul e o do Norte”. O do Sul ganhou do Norte e do Nordeste. No Nordeste, há dois: os ricos, naquele tempo era a Bahia e Pernambuco, e os pobres, Piauí e Maranhão. Mas a diferença do maior para o menor é quatro vezes. Senador Casagrande, grande hoje é a diferença. Esse mesmo IBGE diz que a maior renda *per capita* hoje é a de Brasília, que é 8,6% maior do que a menor do Nordeste, no Maranhão. Essa desigualdade alargou, aumentou. E uma das causas foi o fechamento da Sudene, que Juscelino sonhou para acabar com essa desigualdade.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Senador Mão Santa, obrigado pela sua contribuição.

Lembro que as políticas adotadas pelo Governo Federal têm causado efeito especialmente no Nordeste. O Nordeste tem crescido a taxas acima de 10%. E isso demonstra o caminho correto da adoção de políticas sociais para que possamos tirar as pessoas da miséria.

A Fundação Getúlio Vargas tem um dado importante: os reajustes do salário mínimo, o Bolsa-Família, ajudam a derrubar pela primeira vez, em quinze anos, os indicadores da miséria no Brasil. Em 2006, esse número caiu para 19,31% contra 22,7% no ano anterior. Mais de 6,5 milhões de brasileiros deixaram de ser miseráveis. Então, esse é um dado importante.

Sr. Presidente, o Brasil que vai bem na economia resgata aos poucos uma dívida social centenária com os segmentos mais pobres de nossa população. Mas há desafios a serem vencidos, por exemplo, quando há 5 milhões de crianças e adolescentes que trabalham, quando a distribuição da renda ainda está longe do ideal de uma democracia, ou quando há diferenças regionais gritantes, como disse aqui o Senador Mão Santa.

Estamos tratando aqui de um Brasil que muda para se inserir na nova ordem econômica e social, mas que só se consolidará democraticamente se mostrar a mesma disposição em refazer a relação dos políticos e das instituições que fazem a política com a sociedade.

Refiro-me a um espaço territorial tão rico em recursos naturais e em diversidade de oportunidade de negócios. Mas trato aqui também de uma frágil e vacilante democracia, que, ao longo de sua história republicana, flertou menos com a democracia e mais com o caudilhismo e o totalitarismo.

Faz-se urgente que construirmos uma Nação pujante em democracia, com justiça social, acesso a cultura, informação, ciência, tecnologia, e que sustente as liberdades políticas individuais como valores inali-

náveis. Os homens públicos das três esferas do Poder têm de se identificar com os princípios humanistas, que são a vocação dos 180 milhões de cidadãos que formam esta Nação, e rejeitar o papel de facilitadores de vantagens e privilégios.

A estabilidade econômica, os bons resultados do Produto Interno Bruto e a presença do Brasil nos fóruns internacionais de decisões são fatores que nos dão suporte político e legitimidade para avançarmos na modernização do Estado brasileiro, rechaçando a discriminação e o preconceito para garantir igualdade de direito a todos.

O chamamento à ética e o combate à corrupção são pedra fundamental na edificação de uma nova cultura social e política que queremos para o Brasil. Nessa engenharia, a moral tem que ser um princípio, um meio e um fim. Ela precisa permear todas as ações dos homens públicos, nas três esferas do Poder, sobretudo na relação destas com as esferas privadas de negócios.

Precisamos eliminar o “jeitinho” da nossa cultura política, a troca de favorecimentos, que – observa o historiador Éder Silveira – torna impossível a consolidação do processo de racionalização que deveria dar origem ao Estado de direito, ao invés do Estado de privilégios.

Sr. Presidente, considero que uma reforma política profunda representaria um duro golpe no atraso, na corrupção que insiste em permear as instituições públicas. Com ela, daríamos importante e decisivo passo no resgate e na afirmação de valores éticos e políticos e na valorização dos políticos como representantes do povo.

Seria a oportunidade de resgatarmos a imagem deste Parlamento tão desacreditado junto à sociedade, sobretudo pelos últimos acontecimentos. O financiamento público de campanha; o fim da reeleição em todos os níveis; a fidelidade partidária; o fim do suplente como está concebido na Legislação, seriam, ao lado da extinção das sessões e das votações secretas, avanços importantes nas relações institucionais dos três níveis do Poder Legislativo com o cidadão.

A democracia direta também nos devolveria o respeito social, nos aproximaria dos cidadãos mais simples. Referendo, plebiscito, iniciativa popular são instituições legitimamente constituídas e que podem ser mais utilizadas no Brasil. As práticas dessas instituições exigiriam envolvimento e dariam aos cidadãos amadurecimento político e direito de interferir nas ações do Estado brasileiro.

Sou um otimista por formação, mas não tenho dúvida de que o Parlamento brasileiro trilha, neste momento, o caminho da involução como instituição

democrática. Precisamos chamar a sociedade à responsabilidade e construir uma nova ordem política, que seja pautada na ética e no trato respeitoso da coisa pública e na transparéncia.

Teremos, no médio e longo prazos, de enfrentar questões cruciais para o nosso desenvolvimento com o aquecimento global, que exigirá desenvolvimento sustentado e responsabilidade com o meio ambiente. A reforma tributária virá, mais cedo ou mais tarde, para desonrar a cadeia produtiva e reduzir a carga tributária que ainda penaliza o trabalhador assalariado e o setor produtivo. Urge que discutamos o pacto federativo, mirando o fortalecimento dos Municípios, que são as células federativas mais próximas do cidadão. Há ainda a urgência de medidas que coibam a violência, essa chaga que atinge a nossa juventude, que é o maior patrimônio de um país.

O Brasil da economia e do social está fazendo a sua parte. Já o Brasil da política parece que ainda não entendeu o novo momento. Por isso, nosso desafio é afirmar a nossa representatividade e fazer valer o nosso papel de regulador e equilibrador das relações do capital público e privado com o Estado e deste na defesa dos interesses mais legítimos da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, por cessão da Senadora Lúcia Vânia. A seguir, falará a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de iniciar nosso pronunciamento, gostaríamos de fazer aqui um relato de um fato que realmente nos deixou bastante encantadas. Sábado, na cidade de Natal, assistimos à passagem da imagem de Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira do Brasil, que estava indo para a cidade de Praga e que foi recepcionada na nossa capital, num momento de fé que realmente emocionou a todos nós.

O nosso povo é assim, um povo de fé, um povo generoso, um povo bom, um povo de boa vontade. E, naquele instante, quando milhares de nordestinos do Rio Grande do Norte, alguns de outras cidades, de outros Estados, principalmente de Estados vizinhos, vinham para fazer a sua reverência maior, pedir as bênçãos da nossa mãe, a Padroeira do Brasil, era o momento também de refletirmos sobre esse povo nordestino, que, mais uma vez, passa por momentos difíceis em função da estiagem que vem a castigar os nossos irmãos do semi-árido.

Já sabemos que a estiagem é típica, é característica do semi-árido. Sabemos que o semi-árido,

na realidade, é quase que um estado permanente de seca, porque chove muito pouco. Em um ano bom de inverno, nós temos de 500 a 600 milímetros apenas de água. Mas o que nos deixa realmente indignados é que essa situação não é de agora; essa é uma situação que vem se estirando desde que o Brasil foi descoberto. Nós sempre falamos e sempre ouvimos dizer que temos de aprender a conviver com a seca, porque existem soluções. E elas existem, sim. Não vou aqui dizer que o Governo, seja Estadual ou Federal, não tenha tomado algumas medidas, não tenha chegado a realizar algumas ações. Mas, para uma situação tão grave, uma situação tão desesperadora, seria necessário que, durante todos esses anos, todos esses séculos, já tivesse sido encontrada uma solução.

Hoje, nós estamos esperando a transposição do rio São Francisco como se fosse, realmente, um milagre. Ela vai trazer soluções em alguns trechos. É bom? É necessário? É sim, porque essa é uma solução que vem sendo cogitada desde o tempo de D. Pedro. Mas não é somente isso. Existem outras fórmulas de que possamos fazer chegar água para matar a sede. Está nas páginas dos jornais a agonia de muitos nordestinos. No nosso Estado, Rio Grande do Norte, cerca de 51% dos Municípios já decretaram estado de emergência, só que, entre decretar estado de emergência e começar o socorro a chegar, isso demora bastante. Esse estado de emergência precisa ser reconhecido pela Comissão Nacional de Defesa Civil, que muitas vezes demora na ação de reconhecimento.

Nós precisamos encontrar fórmulas e agilizar ações para aposentar o carro-pipa, que faz parte desse cenário angustiante e desesperador. O nosso Estado é um exemplo: nós temos reservatórios, como a Barragem de Santa Cruz, que foi uma luta secular de todos os norte-rio-grandenses, de todos os governadores que ali passaram. Realizamos esse sonho. Mas essa Barragem, que foi inaugurada em 2001, até agora está servindo apenas para juntar água. Não foi feito um canal para irrigação. Nós sabemos o quanto é importante, partindo dessa barragem, a adutora do alto oeste potiguar, que vai chegar a cerca de 16 cidades. A obra já consta do PAC, só que até agora nada foi feito, não se movimentou um milímetro de terra para que ela viesse a acontecer.

A nossa palavra aqui, Sr. Presidente Senador Tião Viana, é para pedir, para reivindicar que as ações sejam utilizados, não somente as emergenciais, mas aquelas que são permanentes, definitivas, e que levam a uma solução para a convivência com a seca.

Dizemos que há solução porque vivemos, como Prefeita, situações semelhantes, quantas e quantas vezes! E pudemos, por vezes associando idéias criativas – como o aproveitamento de recursos do aquífero Calcário-Jandaíra e de recursos de lençóis que estão em nosso subsolo por meio da perfuração de poços –, dizer que, no Município que administrámos, foi possível aposentar o carro-pipa. Em toda comunidade rural perfuramos poços. Às vezes, a água era salobra, uma característica própria do semi-árido. Muitas vezes, perfura-se o poço e a água é salobra. Dizem que não presta para ser bebida. Realmente, é difícil. Só serve para a criação de animais, para uma pequena irrigação. No entanto, essa água pode transformar-se em água de primeiríssima qualidade quando colocamos o dessalinizador. Sabemos que é possível e que isso dá resultados positivos, porque colocamos dessalinizadores em 59 comunidades, até naquelas em que a energia elétrica não tinha chegado. Onde o custo para levar energia elétrica era muito alto utilizamos energia solar. O nosso sertão tem muita luz, tem muito sol. A energia solar é uma realidade que dá certo. E o custo é menor naquelas regiões, naquelas comunidades rurais em que não chega a energia elétrica e praticamente é impossível com os recursos que detêm o Estado e os Municípios.

Então é a alternativa. É vontade de fazer. É a vontade política que tem de ser maior para socorrer nossos irmãos. No Nordeste, quantos e quantos poços são perfurados em terra a procura de petróleo, nas áreas onde a Petrobras atua, como é o caso da nossa região, que abrange a região de Mossoró chegando até o Ceará. Não se encontrando petróleo, encontra-se a água, o precioso líquido que é uma riqueza maior na nossa região. Água térmica mineral, numa profundidade de cerca de 800 metros a 1000 metros. E esses poços são tamponados, minha gente! São tamponados! O custo para tamponar é, muitas vezes, maior do que entregar o poço ao Município para que ele possa aproveitar e levar água de qualidade para seus irmãos.

A burocracia para se conseguir um poço desses é muito grande. Nós, como Prefeita, conseguimos apenas dois. Muitos outros estavam lá, nós identificávamos. E íamos à Presidência da Petrobras para pedir. Mas havia uma burocracia maior, porque era preciso uma parceria que nos ajudasse a destamponar, pois o Município não tinha os recursos. Vimos essa realidade na nossa região, no nosso Estado. Com os dois poços que conseguimos, fizemos adutoras simplificadas, de 150 quilômetros, Senador Mão Santa, beneficiando diversas comunidades rurais e acabando de vez com a sede naquelas comunidades. Isso foi feito

em um Município de dois mil quilômetros quadrados, que tem mais de cem pequenas comunidades rurais. Com perfuratrizes que chegavam a até 200 metros, conseguimos perfurar 14 poços, executando também o projeto Água Viva.

O mais importante era matar a sede, mas esses poços do Calcário-Jandaíra faziam a irrigação do melão e levava renda...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – ... para aqueles pequenos proprietários.

É isso, minha gente.

Srs. Senadores, principalmente aqueles do Nordeste, que sentem na pele e conhecem essa realidade, especialmente aqueles que tiveram, como prefeitos, a oportunidade... Senador Mão Santa, V. Ex^a tem um rio belíssimo lá na sua Parnaíba e talvez não sinta de perto esse problema na sua Parnaíba, mas já são mais de cem cidades, no interior do seu Piauí, neste momento, passando as mais diversas dificuldades por falta de água.

Não podemos esquecer essa realidade.

Comemoramos a diminuição da pobreza, mas o Nordeste continua a ser a Região em que menos diminuiu a pobreza.

Não podemos comemorar. Temos que nos somarmos e levantarmos cada vez mais as nossas vozes.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que conclua, Senadora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada.

Não podemos nos calar. Temos que defender, pelo mandato que recebemos do povo do nosso Estado, o direito, que é desse povo, de ser brasileiro e de ter uma vida socialmente justa, com boas oportunidades.

O Nordeste é viável, pois tem riquezas e contribui com a força do seu trabalho, a inteligência e a competência da sua gente para engrandecer este País.

Para essa nódoa da seca, do sofrimento do semiárido há muitas soluções. O Governo conhece, os ministérios têm os estudos. O Dner, o Dnocs e tantas instituições, tantos departamentos têm os estudos e sabem quais são as soluções...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

Realmente, é preciso vontade política. O Presidente Lula conhece tão bem essa realidade, pois de lá saiu debaixo de uma grande seca. Sabemos que Sua Excelência, que tem a oportunidade de ser Presidente

do Brasil pela segunda vez, tem vontade e tem lutado, mas precisamos de muito mais para acabar de vez com esse sofrimento do Nordeste, do nosso Estado e da nossa gente.

Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, junto com os Senadores Cristovam Buarque e Adelmir Santana, estou encaminhando à Mesa, de minha lavra, um pequeno pronunciamento em solidariedade ao *Correio Braziliense* e, sobretudo, ao jornalista Amaury Ribeiro Júnior, baleado covardemente pelas forças do tráfico de drogas no Distrito Federal.

Mas, junto com os Senadores Cristovam e Adelmir, estou encaminhando voto de pleno restabelecimento, que sei que virará uma moção do Senado inteiro, ao mesmo tempo significando a solidariedade humana ao jornalista, que foi, pela pior forma, impedido de trabalhar, e uma condenação do Senado da República à prática do banditismo, que, infelizmente, é uma realidade lamentável e cada dia mais impune em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência se associa a V. Ex^as na manifestação e entende que a liberdade de expressão é um bem sagrado da democracia brasileira.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, com a concordância dos Senadores Arthur Virgílio, Adelmir Santana e Cristovam Buarque, em nome da Bancada do PT, faço questão de também assinar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide e, em seguida, o Senador Valter Pereira.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, entre outros temas que eu gostaria de abordar esta semana desta tribuna, fendo por contemplar um que, acredito, na sua universalidade, abraça todos os demais. Trata-se do II Encontro Nacional dos Povos da Floresta, que iniciou seus trabalhos, efetivamente, no dia de ontem, pela

manhã, e se estenderá até domingo, aqui em Brasília, com a maior parte das suas atividades se realizando no Centro de Convenções.

A propósito, portanto, quero, antes de tudo, saudar meus irmãos e irmãs de todos os biomas brasileiros, de todas as florestas deste País, que vieram se encontrar na capital de todos nós.

Bem-vindos e bem-vindas sejam a história, as idéias, a luta, as dores e as vitórias dos povos das florestas!

E os saúdo na pessoa de cada jovem participante desse encontro que veio ao Congresso Nacional nesta tarde para nos entregar um documento muito especial, que tive a honra de recepcionar em meu gabinete, junto com o Deputado Federal Carlos Abicalil, do PT do Mato Grosso, em nome da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas.

Hoje à tarde, estivemos, o Senador Cristovam Buarque e eu, no evento. Os jovens, logo em seguida, vieram aqui nos trazer sua crítica e suas propostas, frutos de suas vivências e reflexões sobre autonomia, educação, saúde, trabalho e geração de renda, segurança e direito ao território e ao desenvolvimento, e valorização de suas diferentes culturas e identidades, que, em breve, a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas estará compartilhando com todos os Senadores e Deputados.

Senhoras e senhores, é com a emoção da identidade com minha própria história, com o povo de Rondônia, com os povos da Amazônia e, porque não dizer, com meu coração nativo em festa que reconheço a importância desse documento e daquele evento no oportuno momento da vida nacional em que é possível, depois de vinte anos, inaugurar-se com tanto sucesso um encontro dessa natureza.

Mas não quero me demorar com meus próprios comentários. O que pretendo é fazer minhas as palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, repercutir nesta Casa e para todo o País o pronunciamento feito pelo Presidente na solenidade de abertura do II Encontro Nacional dos Povos da Floresta, no início desta semana.

O Presidente falou, com profunda amizade, aos representantes “da Amazônia e da Caatinga, do Cerrado e do Pantanal, da Mata Atlântica, dos Pampas e da Zona Costeira, das nações indígenas e dos quilombolas, das comunidades de fundos de pastos e dos faxinais do Sul, dos pescadores e dos ribeirinhos, dos caiçaras e dos praieiros, dos sertanejos e jangadeiros do Nordeste, dos açorianos e dos campeiros, dos povos das vazantes e dos pantaneiros, como também as gentes das Gerais e das veredas, dos barranqueiros

do rio São Francisco e de tantos outros vertedouros nacionais”.

Àqueles homens e mulheres de múltiplas cores e sotaques, o Presidente reconheceu que se deve dar graças pelos passos firmes com que hoje trilhamos o “caminho do desenvolvimento sustentado e do respeito à diversidade”.

Lula disse que os povos das florestas brasileiras, de forma precursora, levaram ao Planeta uma das mais sofisticadas propostas de desenvolvimento para a Humanidade.

Ressaltando, em seguida, a trajetória emblemática do seringueiro Chico Mendes, o Presidente lembrou que Chico Mendes anteviu a reconciliação do progresso com a natureza por meio da justiça social e semeou a convicção de que não existe uma contradição irreconciliável entre o desenvolvimento e a floresta.

Existe, sim, contradição entre justiça e injustiça, entre liberdade e opressão, entre igualdade de oportunidade e privilégio.

Que o desenvolvimento de verdade só ocorre com o respeito à natureza, que a salvação para o meio ambiente apenas existe quando há condições dignas de vida para a população. Lula recordou que Chico Mendes foi assassinado em 1988, aos 44 anos de idade, três meses antes do I Encontro dos Povos da Floresta, mas a lição com que encerrou sua vida se espalhou como sementes pelas florestas e cidades de todo o planeta, firmaram raízes e conquistaram vida própria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como não poderia deixar de ser, naquela ocasião, o Presidente Lula fez uma referência especial à Ministra Marina Silva, por sua origem seringueira e de militante companheira de Chico Mendes: “Hoje, ela é Ministra do Meio Ambiente e é a prova de que a linha do tempo não se quebrou”, disse o Presidente. “É a garantia de que os povos da floresta estão representados no centro das decisões do Estado brasileiro e de sua luta histórica pelo desenvolvimento sustentável, onde se reflete na estratégia do Governo para reconciliar a natureza e o crescimento nacional”, completou o Presidente.

Lula também ressaltou que os famosos embates para defender a floresta, organizados com a liderança de Chico Mendes, enfrentando a mão pesada dos poderosos de então, agora “são ações do Estado brasileiro, têm apoio do Exército e da Polícia Federal e são amplas, sistemáticas, estruturais e, acima de tudo, vitoriosas”.

Desde que o Governo deu as mãos à sociedade, em vez de reprimi-la ou desprezá-la, o Brasil fez grandes conquistas – como, por exemplo, reduzir em 50% o desmatamento na Amazônia, nos últimos dois anos, e em 75% na Mata Atlântica – o que equivale a

evitar o lançamento, na atmosfera, de 430 milhões de toneladas em emissões de gás carbônico.

O Presidente também reconheceu como fruto das florestas a homologação de mais de 10 milhões de hectares de terras indígenas, entre elas a Raposa Serra do Sol, em Roraima, assim como também dobrou a área destinada às reservas extrativistas no Brasil, criando-se mais 21 novas reservas extrativistas, em um total de 10 milhões e 100 mil hectares, que beneficiam mais de 20 mil famílias – que o Presidente definiu, muito apropriadamente, como “a autêntica reforma agrária dos povos das florestas”.

Com essa compreensão, o Presidente anunciou que, até dezembro, teremos, pelo menos, um analista ambiental em cada uma das reservas extrativistas brasileiras, de modo a contribuir para a gestão das reservas e para o desenvolvimento de projetos que não prejudiquem as florestas.

Anunciou também a realização da primeira Pesquisa Nacional de Contagem dos Povos e Comunidades Nacionais, que contribuirá para aprimorar as ações sociais para os povos indígenas e comunidades tradicionais.

Assim também com a destinação, em caráter emergencial, de R\$138 milhões para estímulo à produção e para a aquisição, pelo Governo, de produtos orgânicos extrativistas e agroecológicos, originários das comunidades tradicionais.

No plano internacional, o Presidente informou que participará, junto com a Ministra Marina Silva, de um encontro convocado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, a se realizar nos Estados Unidos, no próximo fim de semana, sobre mudanças climáticas globais.

“Nós queremos discutir a questão climática, fazendo com que os países que mais poluem o Planeta assumam a responsabilidade de fazer os investimentos necessários”, afirmou o Presidente. Explicou ainda que é preciso rediscutir o padrão de consumo e o padrão de conhecimento, pois o Brasil não pode aceitar que, mais uma vez, em cima dos pobres seja jogada a responsabilidade de pagar o preço por algo que não cometemos.

Concluindo seu pronunciamento, o Presidente Lula parabenizou a todos, pedindo que, ao fim do II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, suas propostas sistematizadas sejam entregues ao Governo e que a sociedade ali representada não negligencie na cobrança por ações e resultados indicados e pelo permanente aprimoramento do diálogo, crítico e exigente, da sociedade com o Governo em todos os níveis.

Depois de uma abertura tão alvissareira, o II Encontro Nacional dos Povos das Florestas começou

seus trabalhos na manhã de ontem, com uma mesa de debates sobre mudanças climáticas, que contou com um depoimento inspirado da Ministra Marina Silva, que reafirmou as palavras do Presidente na noite anterior e con clamou a sociedade brasileira em geral e as comunidades das florestas em particular a se manterem fiéis a si mesmas, aprimorando os processos de participação nas formulações, decisões e ações do que é público. A Ministra ressaltou que os avanços e conquistas que celebramos agora são o resultado possível do tensionamento que a sociedade tem sido capaz de produzir. E com tal força que o que era sonho impossível, o delírio visionário, como diziam alguns, e as preocupações do seringueiro Chico Mendes e seus companheiros, agora são pauta da ciência, da política, da economia e dos povos de todo o mundo.

No entanto, a Ministra Marina Silva lembra que celebrar essas conquistas não nos distrai da responsabilidade de seguir trabalhando, sobretudo com as ferramentas que temos desenvolvido e multiplicado, de tal sorte que nossos acúmulos são principalmente a plataforma alta e firme de onde poderemos enxergar mais longe e ousar com clareza a grande transformação que precisamos fazer e que haveremos de fazer, pois já temos um belo trecho de caminho andado a nos demonstrar que é possível.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa, para publicação, artigo assinado pelo ex-Deputado paranaense Hélio Duque, figura de bravura, de cultura e de muito apego à ética na política, em que condena duramente os 46 Senadores que, naquela famosa sessão secreta, 40 pelo voto e 6 pela abstenção, absolveram o Presidente da Casa.

Ele faz uma análise muito detida da crise por que passa o Senado. É uma figura que merece ser lembrada pelo seu peso histórico.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SENADO É VÍTIMA

Hélio Duque

“O que torna moralmente ilícita toda forma de corrupção política é a presunção de que o homem político que se deixa corromper coloca o interesse individual à frente do bem comum”

Norberto Bobbio

A realidade da vida política brasileira contemporânea encontra no conceito acima uma síntese perfeita. Ao publicar “Teoria Geral da Política”, o filósofo, pensador e senador italiano Norberto Bobbio traçava rumo e caminho para definir a necessidade da ética da sociedade não se divorciar da ação política. Destacando que o interesse individual não pode ser colocado à frente do interesse coletivo. Quando isso ocorre o homem político se corrompe, a imoralidade pública se estabelece e o vale tudo passa a ser regra comum na política.

A decisão de 40 senadores e seis covardes abstenções de energúmenos senadores, conferiu ao Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros uma absolvição que minou a moral da sociedade brasileira. Felizmente 35 senadores conscientes das responsabilidades de representantes do povo não se submeteram à vontade do “rolo compressor” oficial conivente e protetor da corrupção. Os outroras pregadores da ética na política, transformaram-se em adeptos militantes de que política e imoralidade corrupta fazem parte do poder. Nunca antes na história desse País, a desmoralização do poder legislativo teve o Executivo como núcleo defensor de um político como Renan Calheiros. Mais flechado do que S. Sebastião, indo da falta de decoro até uma seqüência de denúncias de transgressão de toda ordem no envolvimento de recursos financeiros, foi salvo, momentaneamente (acreditamos) pela ação coordenada de velhos oligarcas e pelo governo Lula.

Um claro sinal verde para que prosperem novos escândalos na esfera pública, com roupagens diferenciadas para não repetir o mensalão e terminar no Supremo com o indiciamento de novos quadrilheiros. Com isso a irrelevância da política passa a ser disseminada, com o legislativo desmoralizado e submetido à vontade do executivo. O desequilíbrio entre os poderes é notório. Hoje o executivo é quem legisla através das medidas provisórias, passando o Legislativo a ser um apêndice, o que é muito perigoso para o Estado democrático. Vivemos um momento de pré-crise institucional fática, ante a presença avassaladora do Poder Executivo e a submissão do Legislativo.

O professor José Murilo de Carvalho, em trabalho recente destacava que no Brasil a política está deixando de ser pública, sendo conduzida pelo corporativismo e particularismo. Destacando: “a opinião pública é hoje uma colcha de retalhos formada por opiniões parciais e setoriais. No Congresso foi seqüestrada por lobbies, pela bancada evangélica, pela bancada ruralista e, fora do Congresso, pelo MST, pela igreja progressista, pelas ONG mais atuantes e heterogêneas. A opinião pública está para a política assim como o sangue para o organismo. Onde a opinião pública se rarefaz, a política perde a sua eficácia e a sua razão de ser”.

Ante esse cenário, o governo federal busca construir uma imagem onde se apresenta como o verdadeiro representante popular, expressando o bem, enquanto o Congresso seria a fonte geradora de todos os malefícios que angustia os brasileiros. Consequentemente o esvaziamento desmoralizante do legislativo é uma ardilosa ação que se traduz em fortalecimento do Executivo.

A fragilidade dos partidos políticos, autênticos cartórios para o registro de candidaturas, destituídos de doutrinas e programas são suportes para levar o desânimo à sociedade. Essa fragilidade os levam, através dos seus parlamentares, a viver de favores do Executivo. Expressada na liberação de Emendas, nomeações a cargos a mancheia e favores indecentes aos amigos do rei. A cada eleição diminui a representação política oriunda do voto de opinião. Ao invés do farol alto para debater e propor soluções para os mais graves problemas nacionais, prevalece a representação provinciana de despachantes parlamentares. A consciência política expressada na qualificação e competência para o verdadeiro debate das graves questões nacionais, se manifesta em uma minoria, independente de legenda partidária, comprometida com o mandato para servir à sociedade. São comprometidos com valores como aqueles pregados por Norberto Bobbio.

Nesse cenário de dubiedades é que a figura de Renan Calheiros se impôs afrontando o decoro parlamentar. Denunciado em seqüência de fatos escabrosos, manteve-se na presidência do Congresso e do Senado, transformando o poder em um “bunker” para a sua defesa. Tinha consciência e garantia para assim proceder: o apoio do governo Lula. O governo foi colocado como escudo romano e os seus legionários saíram em campo para o combate em defesa da absolvição defendendo o voto da vergonha, o voto do nojo.

O macabro espetáculo de falta de vergonha e respeito à uma instituição de 187 anos, proporcionada por 46 senadores, haverá de ficar registrada na história do Senado como uma página para jamais ser esquecida. Hoje é presidido por um zumbi, um político

morto-vivo. Refém do governo responsável pela sua sobrevida política. Infelizmente quem paga a fatura do festival da mentira é a sociedade brasileira. Os 35 senadores que votaram pela cassação de Renan Calheiros, fundamentados na recomendação do Conselho de Ética do Senado, não podem dar a luta por finda. Não devem deixar se contaminar pela passividade, o que seria péssimo para a democracia brasileira. O Senado é vítima de corruptos e aventureiros.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

A Presidência prorroga os trabalhos por mais trinta minutos.

Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não poderia ficar calado nesta tarde diante de um fato que abalou o Distrito Federal no dia de hoje. Foi a tentativa que se fez de repetir aqui, na Capital da República, o episódio que enlutou o Rio de Janeiro e todo o Brasil, quando foi assassinado o jornalista Tim Lopes.

Desta feita, está aqui a notícia: tentaram executar o jornalista do *O Estado de Minas*, Amaury Ribeiro Júnior, 44 anos, que, há duas semanas, realiza para o Correio uma série de reportagens sobre a ação dos traficantes na região. O crime ocorreu por volta das 19 horas, na Cidade Ocidental, a 48 km de Brasília.

Além da solidariedade pessoal que me cumpre fazer ao jornalista vítima desse grave atentado e aos órgãos de imprensa para os quais ele trabalha, existe ainda uma motivação fraterna: o jornalista Amaury Júnior tem a sua família radicada em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a minha cidade, e lá trabalhou para vários órgãos de imprensa, tendo realizado um jornalismo investigativo de grande seriedade e muita abrangência, especialmente em relação ao tráfico de drogas e à prostituição infantil. É um jornalista conceituado, premiado. Trabalhou para vários órgãos de comunicação de grande conceito. De sorte que não poderia deixar de trazer a minha solidariedade à sua família, à sua pessoa e aos órgãos de comunicação para quem trabalha.

Mas, sobretudo, Sr. Presidente, é preciso frisar que a bandidagem continua agindo de forma avassaladora em nosso País. Há poucos dias, tive a oportunidade de fazer um pronunciamento aqui, realçando a iniciativa do Governo quando anunciou o chamado PAC da Segurança Pública. Mas apontei alguns defeitos

que o projeto traz, especialmente quanto à disposição do Governo de fazer investimentos.

Embora o Presidente Lula e o Ministro da Justiça tenham feito certo alarido, embora se reconheça foi uma iniciativa oportuna, porque o Governo precisa sair da inércia, os defeitos que apontamos são procedentes, a começar pelo volume de investimentos anunciados. Até o ano 2012, o Governo pretende enfrentar a questão da violência com R\$7 bilhões aproximadamente. Com esse valor, é impossível fazer segurança pública com objetivos mais audaciosos, senão com os resultados que estamos hoje colhendo. E a questão da segurança pública, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, requer, necessariamente, investimentos. Vejamos o que aconteceu recentemente.

No momento em que foi feita toda a alocação de recursos necessária para a realização do Pan, no Rio de Janeiro, uma das medidas adotadas pelo Governo foi ajudar o policiamento daquela Capital. Investiu, colocou a tropa na rua. A Força Nacional deslocou-se para lá. E houve um recuo significativo da criminalidade nos dias do Pan. Tanto é verdade que nenhum fato relevante ganhou os jornais no aspecto da criminalidade. Então, houve investimento, houve uma ação estratégica, e os resultados foram significativos.

Agora, com os R\$7 bilhões anunciados, o Governo não vai fazer segurança pública, especialmente quando não inclui nesse chamado PAC da Segurança cidades fronteiriças, como, por exemplo, Corumbá, como anotei aqui no discurso anteriormente proferido sobre esse assunto, Ponta Porã, a fronteira do Paraguai com o Estado do Paraná. Corumbá fica na fronteira com a Bolívia, e Ponta Porá, na fronteira com o Paraguai.

Sr. Presidente, como combater o narcotráfico se se despreza a fronteira? De onde vem a arma, a arma moderna, a arma automática utilizada pelos delinquentes que atuam em Estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, de maior densidade populacional e incidência de crimes, que orientaram a elaboração do projeto do Governo?

A arma vem da fronteira da Bolívia ou do Paraguai; a munição vem da Bolívia e do Paraguai. Portanto, é o contrabando que vem da fronteira que está alimentando o crime organizado instalado em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em tantos outros Estados onde a criminalidade tem uma densidade significativa. E nenhuma dessas cidades de fronteira foi incluída no PAC.

Pois bem, Sr. Presidente, fui até o Ministro da Justiça e fiz uma postulação, mostrando que não eram apenas esses Estados que fazem fronteira com os nossos vizinhos, onde o contrabando corre solto, que poderiam entravar esse projeto importante, essa pre-

ocupação manifestada pelo Governo no PAC da Segurança. Não é só o Mato Grosso do Sul, não é só o Paraná, mas os grandes centros onde esses recursos estão previstos para ser aplicados.

No momento em que fechamos a torneira, estancarmos a fonte de onde partem essas armas e munições, estaremos efetivamente protegendo os grandes Estados. Estaremos protegendo-os também, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, porque é desses mesmos países que tem sido trazida a droga, a cocaína, a maconha e outras drogas ilícitas, para os grandes centros do Brasil.

Então, como combater o crime organizado, especialmente o narcotráfico, sem levar em conta que existem essas fronteiras que precisam de recursos para serem fechadas ao crime organizado?

Por outro lado, Sr. Presidente, é preciso também que o Governo entenda que...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Presidente. Já estou quase concluindo.

Por outro lado, é preciso também que o Governo entenda que as Forças Armadas podem cumprir um papel importante no combate à criminalidade. Não estou aqui cogitando de colocar as tropas federais nas favelas. Entendo que elas não estão preparadas para esse confronto policial. Mas é preciso que o Governo dê às Forças Armadas - ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica - a tarefa de vigiar a fronteira. A fronteira brasileira está desguarnecida, a fronteira brasileira está escancarada. Só não passa droga quem não quer passar; só não faz contrabando de armas quem não quer fazê-lo. O número de policiais federais que tem cumprido, de certa forma, esse papel é insuficiente. As forças estaduais também não estão suficientemente preparadas para esse confronto. Portanto, é preciso romper esse paradigma e devolver às Forças Armadas o papel que historicamente elas já cumpriram no passado.

Quero aqui, Sr. Presidente, dizer que o Senado Federal hoje está solidário. O Senador Arthur Virgílio falou de uma manifestação formal que está sendo elaborada por alguns Senadores – por ele próprio e pelo Senador Cristovam Buarque. Faço questão de ser um dos signatários. Nós precisamos ser solidários a esse jornalista que foi punido pelo crime organizado porque estava no encalço dele, porque estava a serviço do Brasil, a serviço da juventude, a serviço do bem. Então, nós temos de estar solidários.

Temos de estar solidários também, porque o atentado que se fez a esse jornalista, como ontem ao jornalista Tim Lopes, na verdade, é um atentado que

se pratica à própria liberdade de imprensa. Querem, com esse gesto, calar aqueles profissionais que fazem salutar investigação jornalística para que a imprensa possa mostrar as vísceras do crime organizado. Querem calar a imprensa, esses jornalistas que fazem esse trabalho investigativo, para, na verdade, calar a própria liberdade de imprensa de nosso País.

Era essa a solidariedade que eu queria deixar neste pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valter Pereira.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Srs e Srs. Senadores, cada dia, cada semana, temos aqui um tema que todos repetimos. Hoje vou falar também sobre o tema da violência, especialmente no Entorno, e da tentativa de assassinato do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, do **Estado de Minas** e do **Correio Braziliense**.

Queremos manifestar nossa solidariedade pelo esforço que o **Correio Braziliense** vem fazendo para expor não só ao Distrito Federal, mas ao Brasil inteiro, o risco que atravessa a nossa cidade, Brasília, e toda a região do Entorno, diante da guerra civil – essa é a expressão correta – em que vivemos, Senador Mão Santa.

Todas as semanas, todos os dias, há temas que repetimos nos discursos, mas não os debatemos. Discutimos, mas não debatemos. Falamos, mas não encontramos soluções.

Quero falar, em primeiro lugar, da idéia de que não basta que o Senado fale e faça discursos, é preciso que o Senado se envolva na busca de soluções. Temos de buscar solução para a crise que há da violência em qualquer cidade brasileira. Brasília não tem de ser tratada de uma maneira diferente do Rio ou de São Paulo. Não podemos esquecer que a violência no entorno à capital da República ameaça de uma maneira mais dramática as instituições deste País. Do ponto de vista do cidadão, não há diferença se ele mora em Brasília, se ele mora em qualquer outra cidade; do ponto de vista das consequências, para o funcionamento da Nação, da República, o crime organizado no entorno à Brasília é, sim, mais perigoso.

Por isso, Senador Tião, como Presidente da Mesa, quero propor que o Senado tente ter um papel ativo. A gente costuma imaginar que não é possível o Congresso ter um papel ativo, e limita apenas o papel de buscar soluções ao Poder Executivo.

Quero propor, Senador Tião, mas oficialmente à Mesa, que façamos uma reunião, convocada pela Mesa, dos Senadores dos três Estados – do Distrito Federal, de Minas e de Goiás –, nove Senadores, para que juntos procuremos encontrar um caminho para enfrentar a criminalidade que hoje ocorre na nossa região.

De repente, esses nove Senadores reunidos possam ir aos três Governadores e juntos irmos ao Ministro da Justiça, mas não deixando apenas que o Poder Executivo fique sem falar com o outro Poder. Aqui é o lugar onde os Estados se encontram, é aqui que os Estados conversam uns com os outros, é aqui que a gente deve buscar solução para um problema que não diz respeito a um Estado, mas a três unidades da Federação.

Essa é uma diferença, Senador Mão Santa, entre a criminalidade no Rio de Janeiro, que diz respeito a um Estado, e a criminalidade nessa região do Entorno, que diz respeito a três unidades da Federação.

Senador Tião, não estou falando isso apenas como um Senador desta região, do Distrito Federal, da região ameaçada. Estou falando como Senador, porque o que vemos hoje é uma ameaça até mesmo à sobrevivência do Senado.

A **Folha de S.Paulo**, hoje, publica um artigo de uma figura que respeito muito, companheiro do Senador Tião Viana, companheiro do PT, uma das figuras mais respeitáveis do Partido, propondo a extinção do Senado – o Rui. O que está por trás disso? Por um lado, a omissão nossa de não deixarmos claro à opinião pública qual é o nosso papel. Ele está, a meu ver, ultrapassando os limites do que deveria com a responsabilidade que tem, mas ele está falando algo que a população quer ouvir. Primeiro, a omissão da gente. Segundo, é claro, os fatos imediatos que deixaram o Senado como se fosse uma Casa que transmite vergonha. Isso vai passar, em questão de semanas ou de meses. Mas há outra coisa também.

Aqui vejo nordestinos capazes de pensar sobre isso, vejo nortistas capazes de imaginar isso. Se a gente extinguir o Senado, é melhor mudar o nome do Brasil para “República de São Paulo” ou, se quiserem, “República de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro”, porque esses três Estados dominarão essa Câmara única que é a Câmara dos Deputados.

Por trás disso, não vejo dúvida que há lógica do mais forte controlar o País inteiro, há lógica do mais populoso controlar o País inteiro, porque é aqui, nesta Casa, que temos três por Estado, independentemente do tamanho do Estado. Na Câmara, o povo fala; no Senado, os Estados conversam entre eles. Por isso, o Senado é tão importante.

Há pouco, conversava com o Senador Valter Pereira e, na conversa, lembrávamos que foi aprovada a CPMF na Câmara dos Deputados. A única esperança do povo que é contra a CPMF é o Senado. Se não tivermos uma Casa revisora, que é o Senado, os fatos se extinguirão na Câmara dos Deputados sem nenhuma esperança a mais para o povo brasileiro inteiro, dividido em Estados. E mais, na hora de se votar na Câmara, quem vota é quem tem a maioria da população e não quem respeita os interesses específicos dos Estados.

Ou o Brasil se torna uma República unitária, desrespeitando os Estados, e aí não se justifica o Senado – mas não é esse o sonho, nem o que estava por trás dos nossos fundadores lá na independência, que foi o espírito federativo – e, portanto, dominada pelos Estados com maioria, até porque deixariam de ser Estados, e aí se justifica, porque se diluiriam no conjunto do País inteiro. Ou seja, não haveria mais Estado A, B ou C; haveria apenas o Brasil.

Agora, deixar que haja Estados e não haver Senador é querer fortalecer um imperialismo interno. E não podemos permitir isso! A população precisa de uma Casa Revisora.

O Senador Valter Pereira me lembrava muito bem o caso específico da CPMF. Ela já estaria aprovada! Não é por causa de um ou outro fato que desabone pessoas no Senado, como muitos fatos ocorreram na Câmara dos Deputados, que a gente pode deixar que, de repente, surjam vozes querendo acabar a Federação. E não é acabar o Senado; e, sim, a Federação. É matar o espírito federativo. É transformar o Brasil em uma entidade única, unitária, sem as especificidades de cada um dos nossos Estados.

Mas essa luta da defesa da Federação e, portanto, da instituição que é o Senado não será vitoriosa, Senador Tião Viana, se o Senado não cumprir o seu papel. Aí se justificaria a nulidade, não por ser mais eficiente, mas em razão da omissão.

Por isso, vamos parar com a omissão, vamos tentar fazer com que este Senado trabalhe de fato. E não trabalha o Senado se apenas se reúne terça-feira à tarde, quarta e quinta pela manhã. O Senador trabalha mesmo quando ele não está aqui. Ele vai para as suas base e trabalha mais ainda do que quando está aqui. Mas o Senado não trabalha quando o Senador sai daí. O Senado só trabalha quando os Senadores estão presentes, mesmo que, lá fora, os Senadores, cada um deles, trabalhem ainda mais junto a suas bases.

Por que não fazemos um esforço aqui para, juntos, debatermos as soluções para os problemas brasileiros, mostrando porque é preciso existir o Senado Federal? Por que não fazemos o diálogo das 27 unidades da Fe-

deração, encontrando rumos para o futuro? Há muitos problemas que poderíamos trazer para cá.

Dois meses aqui sem nenhum de nós sair desta sala – melhor dizendo, sem sair da Capital, da sala sim –, discutindo o futuro do Brasil. E, de imediato, como eu propunha ao Senador Tião Viana – e quero formalizar essa idéia, para que ele, com o conhecimento que tem do Regimento, ajude-nos a saber como fazer – que os nove Senadores das três unidades que hoje estão ameaçadas pelo tráfico, pelo crime, reunam-nos e discutamos, mostrando ao Brasil para que é que existe o Senado.

Eu passo a palavra ao Senador Valter Pereira. Depois, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a envereda por uma discussão do pacto federativo. Efetivamente, é chegada a hora de fazer uma reflexão muito grande sobre a situação da Federação. Como estão nossos os Municípios e os Estados? Como está a distribuição da riqueza nacional? E essas desigualdades profundas que existem entre Estados, as diferenças que existem nas condições de vida dos Municípios brasileiros, a distribuição da renda – essa discussão precisa ser começada. E acredito que ela tem de ser iniciada e tem de ter como palco o Senado Federal. Não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Aprovamos, há alguns meses – e somente foi promulgada na manhã de hoje –, uma PEC que atribui 1% de reforço para o orçamento dos Municípios brasileiros. Eu indaguei de alguns Prefeitos o que isso representava nas suas receitas. E a maioria das respostas que ouvi foi que não representava praticamente nada. E por quê? Porque, na verdade, o que se está dando aos Prefeitos é um adjutório. Não se está fazendo justiça social. Não se está promovendo o respeito ao pacto federativo, porque, enquanto houver tratamento desigual para as unidades federativas, como Estados e Municípios, o pacto federativo ainda estará mais no campo da utopia do que da realidade. V. Ex^a inicia, com seu pronunciamento, essa discussão que espero se avolumar aqui, no plenário do Senado Federal. Meus parabéns!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado.

Ôuço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam, este Senado, como na história de todo o Senado, busca os mais experientes, o que se chama, na história do Universo, de “Pais da Pátria”. Foi por isso que Rui Barbosa foi chamado pelo czar da Rússia, para mostrar que não é só esta igualdade da federação, que é clara, ou seja, que permite que o Piauí tenha direitos iguais a São Paulo. Por isso, estamos aqui. Atentai bem! Se

um Estado tem quase 100 Deputados e outros, menores, como Roraima, têm sete Deputados Federais, como seria o orçamento? Mas além dessa igualdade, há também a mundial. Foi daqui que saiu Rui Barbosa, reconhecido pela Rússia, pelo czar, para haver um direito internacional contra os poderosos. Foi daí que nasceu o Águia de Haia, porque ele levou essa possibilidade de paz pela justiça internacional. Foi um Senador e V. Ex^a simboliza esse homem de cultura, como no passado. V. Ex^a tem mostrado ao País e ao mundo que o caminho da salvação da civilização é a educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Quero concluir, se o Presidente me conceder um minuto, dizendo que o artigo do Rui Falcão, figura pela qual tenho grande respeito, deveria provocar em nós uma reflexão, porque, como estamos, de fato, não estamos nos justificando diante da opinião pública.

Se acabarmos com o Senado, desaparece o conceito de federação. Imagine o seu Acre se só existisse a Câmara de Deputados? E não vejo o Senado se manifestar com clareza na defesa do próprio Senado. E a melhor maneira de se defender não é com palavras, não é com propaganda, mas, sim, com ação. O Senado tem de mostrar a sua força, o seu papel de fórum do debate e da conversa entre os Estados, querendo equilibrar este País tão desequilibrado como é e ainda mais desequilibrado se não fosse o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam Buarque, tive a oportunidade, na condição de Senador, de emitir uma resposta à tese também apresentada pelo Presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini. Determino inclusive à Secretaria da Mesa que envie ao Deputado Rui Falcão cópia do meu pronunciamento fazendo a defesa intransigente do Princípio Federativo muito bem assentado no Senado, além do memorial histórico virtuoso que o Senado representa para a vida republicana.

Tenho certeza de que a sua inteligência e a de outros Senadores também serão levadas em conta para contribuir e deixar claro que há uma trincheira cívica a favor da vida dessa Instituição, nos moldes que ela merece ser tratada, ao longo dos seus 187 anos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Em votação o **Requerimento nº 1.078, de 2007**, lido anteriormente.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, trago, na verdade, três assuntos que julgo relevantes e que estavam acumulados em função de toda esta crise que vem vivendo o Senado da República.

Registro, em primeiro lugar – e peço que os *Anais* acolham essa manifestação na sua íntegra –, correspondência que recebi, do Rio de Janeiro, do Engenheiro Ney Chatack, que denuncia a forma flácida, equivocada e desleixada com que as autoridades da Saúde estão tratando a tuberculose nessa sua nova forma resistente, o chamado bacilo MR, o bacilo multirresistente. Diz o Engenheiro Ney Chatack que essa doença, que já foi chamada de “mal do século” no passado e que regrediu, a partir das décadas de 40 e 50, porque passou a ser eficazmente combatida pela via das vacinações e dos antibióticos – algo que sabemos, ele diz –, voltou com força.

Tomando o exemplo de uma jovem de classe média que trabalhava numa boutique num *shopping* do Rio de Janeiro, as autoridades estavam dando como prova de que essa não é uma doença de pobres – o fato de uma pessoa não-pobre ter morrido dessa doença.

Ele chama a atenção para o fato de que a população carcerária está cheia de tuberculosos e as ruas também. Mais ainda: ele diz algo que me estardeceu. Uma pessoa infectada – ele se baseou em reportagem muito oportuna publicada pelo Jornal *O Globo* –, quando tosse, expelle cerca de 35 mil bacilos de Koch. Vamos imaginar um ônibus ou um trem fechado e lotado, com alguém expelindo esses bacilos todos.

Ele diz mais: a tuberculose é hoje a doença que mais mata no Brasil e, segundo muitos epidemiologistas, o tratamento da Aids, por incrível que nos pareça, estaria hoje em dia mais eficaz que o da tuberculose.

Então, faço aqui um alerta. Eu já disse a V. Ex^a, Senador Tião Viana, da boa impressão que me causa, quando nada pela sua coragem de dizer, pela sua capacidade de afirmar, o Ministro Temporão. Mas chamo a atenção dele, das autoridades federais, estaduais e municipais, porque não podemos mais deixar que tarde uma ação no campo terapêutico e no campo da informação a respeito desse mal tão grave.

Há um outro assunto, Sr. Presidente. Num momento em que a imprensa traz notícias estarrecedoras a respeito de um livro didático que o Ministério da Educação continua distribuindo, apesar de excluído do **Guia do Livro Didático de 2008**, chegaram-me às mãos gratas informações sobre o trabalho que o Instituto da

Cidadania Brasil realiza, principalmente no meio escolar. É um contraponto ao livro do MEC.

Vou resumir. O livro do Mec, denominado **Nova História Crítica** procura incutir nas crianças que o capitalismo é mau e que o socialismo é a solução para todos os problemas, ressuscitando o antagonismo ideológico da Guerra Fria. Então, vem o Instituto da Cidadania Brasil e defende a democracia, o respeito à lei, a observância da ética e da moralidade pública.

O livro do MEC, entre outras pérolas, apresenta Mao Tse-Tung como “grande estadista”; assinala que ele apoiou a revolução cultural. Para mim, ele foi um grande criminoso. Eu o admirava na minha juventude. Mas, enfim, diz o livro que ele realizou uma grande experiência socialista. Fala bem de Cuba tal como está hoje, da antiga União Soviética, apesar de todo o desastre ecológico, do fracasso econômico, dos crimes contra a pessoa humana que perpetrhou. Refere-se de forma desrespeitosa ao famoso quadro de Pedro Américo sobre a proclamação da Independência e agride personalidades históricas como a Princesa Isabel e o Conde d'Eu.

Então, deixo esse “besteiro” mal-intencionado para lá e refiro-me à ação positiva do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento da Cidadania. Relata-me o seu Presidente, Dr. Paulo Saab, que está na sétima edição o projeto *Construindo a Nação* e já se estende por todo o País, abrangendo 650 mil alunos em Goiás, Amazonas, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo. O número de 650 mil alunos foi antes de 2006. Em 2006, atingiu 1,22 milhão de alunos, e deve chegar em 2007 à participação de 2,25 milhões de alunos.

Reúne brasileiros de diversas profissões que desejam contribuir para o desenvolvimento da cidadania, para que todos tenham acesso à educação, para que a lei seja instrumento de justiça, para que o Estado sirva aos cidadãos e para que as autoridades públicas cumpram a sua função.

Então, peço que seja inserido nos **Anais do Senado** os documentos referentes ao Instituto de Cidadania. Lembro que, entre o que ele prega, vão alguns princípios: o Estado deve servir ao cidadão; cada cidadão deve exercer a sua cidadania na plenitude; a lei deve ser instrumento de justiça; cada brasileiro deve ter direito à educação básica, à cultura, à civilidade; os idosos devem ser conhecidos, respeitados; a informação precisa ser difundida por todos os modos e meios, de forma a alcançar todos os cidadãos; o conhecimento da História da Nação e seus símbolos deve servir de subsídio para o soerguimento da nossa cidadania; as autoridades públicas devem cumprir as suas funções de maneira apropriada, de acordo com a ética, com a

moralidade que o exercício da cidadania exige; a educação deve ser a pedra fundamental para a consciência da cidadania; a cidadania deve ser tratada como instrumento de crescimento de cada brasileiro e desenvolvida e defendida com o apoio de todos nós.

Sr. Presidente, peço que isso também vá para os Anais.

Finalmente – e esta é a parte que a mim mais me toca de tudo o que falei; tudo que falei a mim mesmo me tocou, por entender serem matérias que merecem ser levadas ao conhecimento da Nação –, registro com muita satisfação a espetacular vitória obtida pelo Estado do Amazonas, ontem, no Supremo Tribunal Federal. Por unanimidade, o STF conseguiu liminar solicitada pelo Governador Eduardo Braga em Ação Direta de Inconstitucionalidade contra normas do Estado do Paraná que criam vantagens tributárias para produtos da sua indústria de processamento eletrônico de dados em prejuízos dos fabricados no Pólo Industrial de Manaus.

Em consequência da decisão, foi suspensa a vigência desses dispositivos legais paranaenses, que são o art. 2º da Lei Estadual nº 10.689, 23 de dezembro de 1993, incisos XXXII, XXXIII, e §§ 36, 37 e 38, todos do art. 50 do Regulamento do ICMS (Decreto Estadual nº 5.141, de 2001), acrescentados pelo Decreto Estadual nº 986, de 22 de junho de 2007.

Ora, Sr. Presidente, como o Paraná é um dos principais centros produtores, consumidores e distribuidores para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a aplicação de alíquotas de ICMS diferenciadas prejudicaria a competitividade dos produtos de informática, automação e de telecomunicações fabricados em Manaus e acarretaria a migração de empresas de Manaus para os Estados que se lhes parecessem mais vantajosos, no caso Paraná e São Paulo.

A legislação paraense, como demonstrou o Governo do Amazonas, faz parte da chamada guerra fiscal. Começou pelo Estado de São Paulo, que alterou a alíquotas do ICMS sobre produtos de informática, automação e telecomunicação, para beneficiar a indústria local, também em detrimento da indústria instalada no Pólo Industrial de Manaus.

Os monitores de vídeo fabricados em Manaus passaram a ser taxados em 18% nas operações internas, em São Paulo, enquanto que os produzidos em São Paulo, em apenas 7%. Diga-se de passagem que há, no Supremo Tribunal Federal, outra Adin do Governo do Estado do Amazonas, também com medido de liminar contra essa legislação paulista.

Tornando ao fio da meada, o Paraná sentiu-se também prejudicado pelas normas tributárias paulis-

tas e contra-atacou com a legislação cuja vigência foi agora suspensa pelo Supremo.

O argumento do Estado do Amazonas é que o estabelecimento de alíquotas diferenciadas em razão do local da industrialização dos produtos e das características do contribuinte viola o art. 152 da Constituição Federal.

O relator da matéria, o íntegro e culto Ministro Gilmar Mendes, apontou também possível afronta ao disposto no art. 155, § 2º, incisos IV, V e VI, bem como ao inciso XII, alínea "g", que tratam do ICMS. E considerou “bastante plausíveis as alegações do requerente” – no caso, o Amazonas – “de que o Estado do Paraná, diante da reedição – pelo Estado de São Paulo – das normas impugnadas, tenha se valido do Decreto estadual 986 para, em contraponto à legislação fiscal paulista, criar seus próprios benefícios e incentivos fiscais”. Acrescento que ele notou haver, no caso, uma peculiaridade, pois é possível perceber que a atitude do Estado do Paraná em relação à legislação do Estado de São Paulo se legitimaria pelo art. 2º da Lei estadual 10.689 – dispositivo que traduz, em verdade, a seu ver, permissão legal para que o Estado do Paraná, por meio do seu Poder Executivo, se defendesse da guerra fiscal, “repelida amplamente pela jurisprudência do Supremo”.

Quero, finalmente, Sr. Presidente, saudar uma vez mais essa decisão absolutamente justa para com o mais bem-sucedido projeto de desenvolvimento regional deste País – o Distrito Industrial de Manaus –, que, por isso mesmo, mereceu a tutela constitucional.

Digo a V. Ex^a, ao encerrar, que sempre afirmo no meu Estado que temos a obrigação de cada um cumprir com o seu dever.

Quando o Governador Requião procura fazer algo que ele julga benéfico para o Paraná, é dever do Governador Eduardo Braga fazer o que fez, entrar com uma Adin, e a interpretação do Supremo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quis Deus estar na Presidência o nosso médico Tião Viana, especialista em doença infecciosa e parasitária, professor catedrático. V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, denuncia – e eu já tinha feito um pronunciamento nesse sentido há dois meses – o aumento da tuberculose. Isso é sério. Ô Senador Tião Viana, V. Ex^a está na Presidência e tem autoridade de médico, mas é muito novo. Senador Arthur Virgílio, eu vivi essa época; eu vi dezenas de pessoas tossindo, com hemoptise, e morrendo. Quero dizer e confessar algo ao Luiz Inácio, para ele acabar

com esse negócio de que fez tudo. Ô Arthur Virgílio, vou fazer uma confissão aqui. Fiz faculdade de Medicina, e o pior dia foi quando eu fui ver e deu uma mancha no pulmão em mim. Vestibular de Medicina, aquela emoção de aprovado, entra, não entra, tal era o pavor. Aí, chegou o Gilmar Teixeira Galvão, pneumologista, e disse “deixa comigo”. Garantiu. Quer dizer, era tão avassaladora... Mas o Estado era responsável, Luiz Inácio; você não criou a bola, não! Aí, ele ficou responsável, e eu estou aqui. Mas a tuberculose... Agora, o Governo era preocupado. Todas essas escolas faziam a abreugrafia, que era um retrato três por quatro. Então, eles detectaram de tal maneira que chegamos a debelar a tuberculose. E hoje ela cresce avassaladoramente. É muito grave, muito mais do que a lepra. O Senador Tião Viana sabe que a transmissão da lepra é rara. Já a transmissão da tuberculose, Senador Arthur Virgílio, a sua cultura geral lhe ensinou que, num escarro, são milhões... E eu tive informações de que no Piauí ela agigantou-se. Antigamente o Governo era o responsável. Eu fui detectado e estou aqui. Eu tinha me esquecido dessas coisas. Como a dengue, que tinha desaparecido e voltou. É o mesmo mosquitinho – ó Temporão – pelo qual o nosso Oswaldo Cruz ficou eternizado. Apenas transmitia a febre amarela e, agora, é a dengue. Então, este País não está enganado, Luiz Inácio. Ele tem que conversar com o Tião. Ele disse que a saúde estava quase perfeita. Não está. Está preocupando, e o povo está sofrendo cada vez mais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a registra muito bem que o Presidente desta sessão, nosso querido Senador Tião Viana, é um grande médico sanitário e infectologista. E é bom lembrar que V. Ex^a tem esse apelido, que lhe é carinhosamente dado pelo povo do Piauí, por se tratar de um cirurgião de mão cheia, daí o nome Mão Santa. Fico muito feliz com o aparte, que faz crescer bastante a primeira etapa deste meu pronunciamento. Agradeço de coração a V. Ex^a.

Sr. Presidente, encerro dizendo que não sou provinciano nem tenho três anos de idade para achar que sou o centro do mundo e, no caso do meu Estado, que todo mundo deva viver em função do meu Estado. Não sou tolo.

Então, o Governador Requião tentou certamente fazer o melhor pelo Estado dele, à moda dele. O Governador Eduardo Braga entra com a Adin, e o Supremo decidiu a favor de quem tinha razão, no caso, o Amazonas.

Será julgada brevemente outra Adin do Estado do Amazonas contra o Governo de São Paulo. O Governo de São Paulo, se fosse dirigido pelo seu companheiro, meu colega e nosso amigo Senador Aloizio

Mercadante, tivesse sido ele o vencedor da eleição, ia proceder do mesmo jeito na defesa dos interesses de São Paulo. Então, não é uma questão de o Governador Serra ser assim ou ser assado e que o Mercadante faria pela Zona Franca de Manaus; seria ingenuidade e má-fé de alguns políticos do meu Estado eles perderem tempo com esse tipo de argumentos. O Governador de São Paulo tem que cuidar dos interesses de São Paulo; nós é que temos que cuidar dos interesses do Amazonas.

Isso explica tudo para todo mundo, seja para o Amazonas, seja a minha própria posição para o Governador Serra. Porque, se eu comprehendo que ele faz o melhor para o Estado dele, ele não pode nem pensar, nem supor – inteligente que é – que eu vá transigir com qualquer gesto do Governo de São Paulo que prejudique o meu Estado. De jeito algum. Daí a minha preocupação com as tais ZPEs, que merecem de mim qualquer... Ou seja, eu quero que elas saiam, desde que não haja prejuízo para o meu Estado. Não estou aqui para fazer nada diferente disso, estou aqui para defender energicamente os pontos de vista do meu Estado contra quem quer que seja, contra as ZPEs de tantos amigos meus espalhados pelo Nordeste, contra São Paulo – não no caso das ZPEs, mas no caso da Zona Franca de Manaus –, que é dirigido por um querido amigo, o Governador Serra, ou contra o Estado do Paraná, que é dirigido por um adversário. Para mim, tanto faz que seja amigo ou que não seja. Podia um irmão meu se eleger Governador do Paraná, querer fazer uma ZPE não sei onde, e um terceiro irmão meu poderia dirigir São Paulo; para mim tanto faz. Eu ficaria contra os três irmãos para defender o meu Estado.

V. Ex^a, Senador Tião Viana, se porta desse jeito; o Senador Mão Santa se porta desse jeito. Então, para mim, está tudo muito claro: vou torcer, fervorosamente, para que o Estado de São Paulo seja derrotado nessa nova Adin porque não tem razão, porque agride as Disposições Transitórias da Constituição de 1988, que garantem um foro de excepcionalidade ao que se produz no Pólo Industrial de Manaus. Podem até, no íntimo, imaginar se aquilo é justo ou não é justo. Eu acho que é justo! Temos 98% de cobertura florestal intacta no Amazonas, graças ao Pólo Industrial de Manaus. A renda que ele produz é o financiamento que ele faz do Estado. Temos um Pólo Industrial que fatura US\$24 bilhões por ano. Então, não vou nem mais discutir a eficácia, porque estamos vendo que é eficaz mesmo. Quem quiser fazer algo contra que faça. Nós aqui vamos enfrentar, como estamos fazendo. E, nessa hora, o Estado se une inteiro. Deixa de haver essa história de adversário, de aliado. Nós nos unimos inteiros, por-

que sabemos o quanto aquilo representa para a vida de nossa gente.

Muito obrigado.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, do Rio de Janeiro, o engenheiro Ney Chatack, chama-me a atenção – e, por meu intermédio, das autoridades da área da saúde nas três esferas da Federação – para o grave problema da tuberculose, que volta a assombrar o País.

Ele menciona reportagem publicada na edição de domingo do jornal **O Globo**, sob o título de “O Mal da Miséria”. Diz ser de estarrecer o descaso e a irresponsabilidade com que as autoridades da saúde tratam a tuberculose. “Não adianta dizer – assinala – que é doença de pobre e de quem vive na promiscuidade, porque não é!” Acrescenta que ainda há pouco uma ex-gerente de loja de um shopping, no Rio de Janeiro, contraiu a doença e faleceu, com apenas 23 anos de idade.

O problema é que a doença, que já foi chamada de “o mal do século” e, no passado, atacou tantos escritores, artistas e intelectuais, retorna, agora, de forma mais grave.

Graças à descoberta do antibiótico e à vacinação em massa, a tuberculose, a partir das décadas de 40 e 50 passou a ser eficazmente combatida, chegando-se a acreditar que logo seria eliminada. Sua incidência diminuiu muito mesmo. Talvez por isso as autoridades estejam negligenciando o tratamento, nessa sua nova fase, em que o bacilo vem com enorme resistência. A jovem que faleceu, no Rio de Janeiro, por exemplo, contraíra a tuberculose tipo MR, que traduzido para o senso comum, significa multirresistente. Resiste a todos os medicamentos conhecidos.

A doença, contudo, ainda é normalmente curável. O problema é que muitas pessoas, ignorantes, ao melhorarem e receberem alta num hospital, interrompem o tratamento. Acreditam-se curadas. E quando voltam ao tratamento, o bacilo está mais forte.

Diz o engenheiro Ney Chatack, com inteira razão, que a população carcerária está cheia de tuberculosos e as ruas também. Para se ter da gravidade basta lembrar que uma pessoa infectada, quando tosse, expelle cerca de 35 mil bacilos de Koch. Imagine um doente tossindo num ônibus ou trem lotados!

A reportagem informa ser a tuberculose, hoje, a doença que mais mata no Brasil – e o Estado do Rio de Janeiro lidera as estatísticas, com índice de ocorrência 20 vezes superior ao admitido pela Organização

Mundial da Saúde. São 100 casos para cada 100 mil habitantes. Segundo alguns epidemiologistas, o tratamento da Aids, por incrível que pareça, é mais eficaz que o da tuberculose.

Fica, pois, esse alerta para as autoridades federais, estaduais e municipais! Não mais pode tardar uma ação incisiva, tanto no plano terapêutico quanto no plano do esclarecimento da população.

Era o que tinha a dizer.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é com muita satisfação que registro a espetacular vitória obtida pelo Estado do Amazonas, ontem, no Supremo Tribunal Federal.

Por unanimidade, o STF concedeu a liminar solicitada pelo Governador Eduardo Braga em Ação Direta de Inconstitucionalidade contra normas do Estado do Paraná que criam vantagens tributárias para produtos da sua indústria de processamento eletrônico de dados em prejuízo dos fabricados na Zona Franca de Manaus.

Em consequência da decisão, foi suspensa a vigência desses dispositivos legais paranaenses, que são o art. 2º da Lei estadual nº 10.689, de 23 de dezembro de 1993, e incisos XXXII e XXXIII, e §§ 36, 37 e 38, todos do art. 5º do Regulamento do ICMS (Decreto estadual nº 5.141/2001), acrescentados pelo Decreto estadual nº 986, de 22 de junho de 2007.

Como o Paraná é um dos principais centros produtores, consumidores e distribuidores para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a aplicação de alíquotas de ICMS diferenciadas prejudicaria a competitividade dos produtos de informática e automação e de telecomunicação fabricados em Manaus e acarretaria a migração de empresas, de Manaus para os estados que se lhes parecessem mais vantajosos, no caso, Paraná e São Paulo.

A legislação paranaense, como demonstrou o Governo do Amazonas, faz parte da chamada guerra fiscal. Começou pelo Estado de São Paulo, que alterou alíquotas do ICMS sobre produtos de informática, automação e telecomunicação, para beneficiar a indústria local, também em detrimento da indústria instalada no Pólo Industrial de Manaus. Os monitores de vídeo fabricados em Manaus passaram a ser taxados em 18% nas operações internas, em São Paulo, e os produzidos em São Paulo, em 7%.

Diga-se de passagem que há, no STF, outra Adiu do Governador do Estado do Amazonas, também com pedido de liminar, contra essa legislação paulista.

Tornando ao fio da meada, o Paraná sentiu-se também prejudicado pelas normas tributárias paulistas e contra-atacou com a legislação cuja vigência foi agora suspensa pelo Supremo.

O argumento do Estado do Amazonas é que o estabelecimento de alíquotas diferenciadas em razão do local da industrialização dos produtos e das características do contribuinte viola o art. 152 da Constituição Federal.

O relator da matéria, Ministro Gilmar Mendes, apontou também possível afronta ao disposto no art. 155, § 2º, incisos IV, V e VI, bem como ao inciso XII, alínea g, que tratam do ICMS. E considerou “bastante plausíveis as alegações do requerente de que o Estado do Paraná, diante da reedição – pelo Estado de São Paulo – das normas impugnadas, tenha se valido do Decreto Estadual nº 986 para, em contraponto à legislação fiscal paulista, criar seus próprios benefícios e incentivos fiscais”. E notou haver, no caso, uma peculiaridade, pois é possível perceber que a atitude do Estado do Paraná em relação à legislação do Estado de São Paulo se legitimaria pelo art. 2º da Lei Estadual nº 10.689 dispositivo que traduz, em verdade, a seu ver, permissão legal para que o Estado do Paraná, por meio do seu Poder Executivo, se defenda da guerra fiscal, “repelida amplamente pela jurisprudência do Supremo”.

Quero, finalmente, saudar uma vez mais essa decisão absolutamente justa para com o mais bem sucedido projeto de desenvolvimento regional deste País – o Distrito Industrial de Manaus – que, por isso mesmo, mereceu a tutela constitucional.

Era o que tinha a dizer.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, num momento em que a imprensa traz notícias estardecedoras a respeito de um livro didático que o Ministério da Educação continuou distribuindo, apesar de exclusão do **Guia do Livro Didático** de 2008, chegam-me às mãos gratas informações sobre o trabalho que o Instituto da Cidadania Brasil realiza, principalmente no meio escolar.

É um contraponto ao livro distribuído pelo MEC. Enquanto o livro, denominado **Nova História Crítica**, procura incutir na crianças que o capitalismo é mau e que o socialismo é a solução para todos os problemas – ressuscitando o antagonismo ideológico da Guerra Fria – o Instituto da Cidadania Brasil defende a democracia, o respeito à lei, a observância da ética e da moralidade pública.

O livro distribuído gratuitamente pelo MEC, entre outras pérolas de distorções, apresenta Mao Tse-tung como “grande estadista”, assinala que ele apoiou a Revolução Cultural, “uma experiência socialista – diz o livro – muito original”. Fala bem de Cuba e da antiga União Soviética, onde, segundo os autores do livro, o povo vivia bem e apenas um setor de profissionais de nível superior tinha inveja da classe média de outros

países e queria ter dois ou três carros importados. Refere-se de forma desrespeitosa ao famoso quadro de Pedro Américo sobre a Proclamação da Independência e agride personalidades históricas como a Princesa Isabel e o Conde D’Eu.

Não vou além! Chega de “besteiro” mal intencionado. Prefiro falar da ação positiva do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania, mais conhecido por Instituto da Cidadania Brasil. Um dos seus principais projetos, como relata seu presidente, Paulo Saab, consiste no **Construindo a Nação**, que está em sua 7ª edição e vai se estendendo por todo o País. Até o ano de 2005, havia abrangido 650 mil alunos. Em 2006, com a parceria do Sesi, desenvolveu-se nos Estados de Goiás, Amazonas, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, alcançando 1 milhão, 220 mil alunos. Este ano, será realizado nos Estados do Ceará, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Acre, além de São Paulo, devendo ter a participação de 2 milhões 250 mil alunos. Premiam-se os melhores projetos de cidadania realizados por professores e alunos em suas comunidades.

O Instituto da Cidadania Brasil reúne brasileiros de diversas profissões que desejam contribuir para o desenvolvimento da cidadania, para que todos tenham acesso à educação, para que a lei seja instrumento de justiça, para que o Estado sirva aos cidadãos e para que as autoridades públicas cumpram a sua função.

Para que constem dos Anais da Casa, alinho aqui os princípios que norteiam as suas atividades:

- “1. O Estado deve servir ao cidadão;
2. Cada Cidadão deve exercer sua cidadania em sua plenitude;
3. A lei deve ser, de fato, o instrumento de justiça e deve ser aprimorada onde não estiver cumprindo sua finalidade;
4. Cada brasileiro deve direiro à educação básica, à cultura e à civilidade, especialmente na infância e na adolescência, com o envolvimento dos seus pais;
5. Os idosos devem ser considerados e reconhecidos, podendo exercer seus direitos e obrigações de cidadania, na fase da vida em que se encontram;
6. A informação precisa ser difundida por todos os modos e meios de forma a alcançar todos os cidadãos, para que estes se entendam como tal e saibam o que isso significa, evitando-se manipulações de qualquer natureza;
7. O conhecimento da História da Nação e seus símbolos deve servir de subsídio para o soerguimento da cidadania brasileira;

8. As autoridades públicas devem cumprir suas funções de maneira apropriada, seguindo os princípios da ética e da moralidade exigidos pelo exercício da cidadania;

9. A educação deve ser a pedra fundamental para a consciência da cidadania e seu pleno exercício, através de programas específicos desenvolvidos nas escolas de todos os níveis;

10. A cidadania deve ser tratada como instrumento de crescimento de cada brasileiro e defendida e desenvolvida com o apoio de todos os brasileiros, sem prevenção se qualquer natureza.”

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

São Paulo, 12 de setembro de 2007

Prezado Senhor
Senador Arthur Virgilio
DD. Líder do PSDB
Senado Federal Brasília DF

Senhor Senador ,

Tomo a liberdade de trazer ao seu conhecimento um pouco do trabalho que realizamos através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania (Instituto da Cidadania Brasil) www.institutocidadania.org.br para mostrar programas que estamos desenvolvendo objetivando a educação de jovens estudantes brasileiros do ensino médio para dar-lhes uma formação baseada em princípios de apoio à livre empresa, à democracia e ao empreendedorismo, dentro de uma visão onde a moralidade pública, a ética e a formação educacional/cultural devem propiciar a moldagem de futuros líderes comprometidos com esses objetivos.

Nesse sentido desenvolvemos projetos que estão em fase de consolidação, com reconhecido sucesso, como o “Construindo a Nação”, já em sua 7ª edição e ampliando seu caráter nacional. Até o ano de 2010, neste programa, deveremos estar envolvendo cerca de 6.5 milhões de jovens estudantes do ensino médio em todo o território brasileiro, através de parceria operacional com a Confederação Nacional da Indústria.

INSTITUTO DA CIDADANIA

Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social

Mobilização

Até 2005, 650 mil alunos estiveram envolvidos com o Prêmio Construindo a Nação.

Em 2006, com a parceria firmada entre CNI SESI e Instituto da Cidadania Brasil, os estados de Goiás, Amazonas, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além de São Paulo, participaram do Prêmio Construindo a Nação, que contou com o envolvimento de 1.220.000 alunos!

Em 2007, o Prêmio Construindo a Nação será realizado nos estados do Ceará, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Acre, além de São Paulo, contando com o envolvimento de **2.250.000 alunos!**

Meta

Em 2010, todos os estados do Brasil farão parte do Prêmio Construindo a Nação, com o envolvimento estimado de **6.500.000 alunos!**

O programa “A Importância do Voto”, igualmente consolidado com sucesso ocorre em anos de eleições no Brasil e pretendemos transformá-lo em permanente dentro do objetivo de dar aos estudantes que irão começar a votar a partir dos 16 anos de idade, preparo para entendimento e ação na vida institucional do país de forma consciente e voltada para os interesses do país.

O Programa “Fórum Regular da Cidadania”, e parceria operacional com a FGV – Fundação Getulio Vargas- de São Paulo, já realizou 12 edições e visa debater com a sociedade em geral temas ligados diretamente à qualidade de vida da população e contribuir para soluções de problemas afetos às áreas discutidas.

Implantamos este ano o projeto “Cidadania Sem Fronteiras” , com o apoio técnico da Universidade Presbiteriana Mackenzie , visando reconhecer, estimular e difundir o trabalho das áreas extensionistas das universidades,inicialmente, do Estado de São Paulo, para depois chegarmos ao Brasil todo.

Dentro do projeto “Construindo a Nação” para estimular os jovens e as escolas, firmamos com a mesma Secretaria da Educação um acordo pelo qual estamos indo às escolas da rede pública na capital paulista para palestras com os estudantes visando difundir in loco esses princípios que defendemos em nossos projetos e estimular os alunos a estudar e participar de atividades desenvolvidas pelas escolas junto às comunidades onde se situam.

Da pretensão inicial de 32 escolas públicas a receberem essa visita, iniciado em maio passado, já estamos com 54 estabelecimentos de ensino em escala pelo interesse e resultados positivos nascidos desses encontros. Também gerado nessa iniciativa, estamos em fase final de formatação de uma “Escola de formação de líderes e empreendedores” , pela qual pretendemos dar cursos complementares aos jovens que nessas palestras têm mostrado maior interesse e maturidade para participar da construção de um país mais equilibrado, justo, dentro dos ideais democráticos e libertários que nos norteiam.
[\(http://www.institutocidadania.org.br/__html/2007/palestra_escola.htm\)](http://www.institutocidadania.org.br/__html/2007/palestra_escola.htm)

Para a expansão e consolidação que estes projetos estão demandando , o Instituto da Cidadania Brasil necessita receber aportes e difundir suas realizações junto às autoridades públicas em nosso país.

Por esta razão, gostaria de convidá-lo a conhecer melhor nosso trabalho através de nosso site acima mencionado e nos colocarmos à disposição. Caso haja possibilidade da parte de V.Excia. de nos apoiar de algum modo nessa missão suprapartidária, nos contate, por favor.

Cordialmente,

Paulo Saab
Presidente

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA
Rua Princesa Isabel , 94 6º andar Brooklin CEP 04601-000
Tel/fax 11 5042-2242 5543-6530 inscidad@institutocidadania.org.br

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que age sempre de maneira intransigente na defesa do Estado do Amazonas, como um guardião pleno da causa amazônica e do Estado do Amazonas.

Essa equação que o Amazonas ensinou ao Brasil é sempre muito relevante: um Estado que desenvolveu a sua economia a partir do pólo tecnológico industrial dá um belo exemplo de conservação ambiental. O Brasil inteiro, que tem a responsabilidade socioambiental, deveria considerar, de maneira muito distinta, essa saída econômica e socioambiental que o Estado do Amazonas nos ensina a todos.

Parabéns pelo pronunciamento e por abordar o tema da tuberculose, que afeta e mata cinco milhões de cidadãos neste planeta todos os anos, a maioria crianças e pobres dos países do Terceiro Mundo.

A forma multirresistente da tuberculose de que V. Ex^a fala é, de fato, grave. É uma doença emergente, grave, que atinge a todos, indiscriminadamente, independentemente da condição social.

Já vi muitas situações dramáticas nos hospitais brasileiros e penso que o Brasil precisa ficar atento e tem no Ministério da Saúde a responsabilidade pela vigilância epidemiológica especial para dar resposta ao seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.086, DE 2007

Requer Voto de Pleno Restabelecimento ao jornalista Amaury Ribeiro Jr., baleado ontem, dia 19 de setembro de 2007, no entorno de Brasília, quando preparava matéria para o Correio Braziliense.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Pleno Restabelecimento ao jornalista Amaury Ribeiro Jr., baleado ontem, dia 19 de setembro de 2007, quando colhia dados para matéria sobre traficantes que agem no entorno de Brasília.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pleno Restabelecimento seja levado ao conhecimento do jornalista e à Direção do jornal **Correio Braziliense**.

Justificação

O jornalista Amaury Ribeiro Jr. foi covardemente baleado ontem, dia 19 de setembro de 2007, quando, no

entorno de Brasília, na Cidade Ocidental, colhia dados para a série de reportagens que o **Correio Braziliense** vem publicando, com grande repercussão, sobre a ação criminosa de traficantes que agem a poucas dezenas de quilômetros do centro do poder político e administrativo do País. Felizmente, ele está se recuperando num hospital. Mas foi um ousado atentado contra a liberdade de imprensa no País, e mais uma razão para que as autoridades tomem medidas prontas e enérgicas, não apenas para identificar e prender o culpado ou os culpados, mas também para desbaratar de vez esses grupos criminosos tão oportunamente denunciados pelo repórter e o jornal. Pelo serviço que suas matérias já prestaram a Brasília e ao País, o jornalista Amaury Ribeiro Jr. faz jus a este Voto e esta homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é fundamental que o Brasil encontre a fórmula de livrar seus cidadãos desse faroeste. A que ponto chegou o tráfico! Há tempos, essa era uma atividade praticada às escondidas e jamais teriam a ousadia de fazer o que fizeram com um jornalista ligado a um jornal tão conceituado e tão expressivo quanto o **Correio Braziliense** no Distrito Federal. Agora, simplesmente, estamos torcendo pela vida – que, graças a Deus, parece-me assegurada – do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, mas certeza nenhuma temos da capacidade que teria o Estado brasileiro de punir essas pessoas, os criminosos.

E mais, na prisão, no presídio, continuam comandando toda a ação organizada do crime com seus celulares, com seus aviões, com sua capacidade de ameaçar carcereiros.

É um drama tão grave, algo tão sério, que deveríamos mesmo ter uma posição do País nisso. Ideализo um sistema nacional de segurança liderado pelo Presidente da República, com o cotidiano das ações praticadas pelos governos estaduais, mas com a participação das prefeituras, com a interveniência do terceiro setor, com a conscientização fundamental das pessoas a não usarem drogas. Existe também aí a figura capitalista da lei da oferta e da procura. Se tem quem consuma droga, então tem quem se arrisque

para vender a droga, e no Brasil ninguém corre praticamente risco algum traficando drogas.

Minha solidariedade à família do jornalista Amaury Ribeiro Júnior, a ele próprio. Desejo que ele volte a exercitar a sua pena vibrante, o seu jornalismo investigativo e que nós tenhamos nesse símbolo mais uma agulhada na nossa consciência para meditarmos se estamos fazendo de fato tudo que precisa ser feito na direção de um País justo. O País jamais será justo enquanto houver tanta violência ameaçando a cidadania brasileira, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a tem a palavra para encaminhar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, só queria me associar, nesta oportunidade, na solidariedade ao jornalista fazendo nossos os discursos proferidos por Rui Barbosa neste Senado Federal em 11 de novembro de 1914, sobre a liberdade da imprensa, quando ela foi mais perseguida.

Mais uma razão histórica da grandeza. Se há imprensa livre neste País, é porque já em 11 de novembro de 1914, nesta Casa, que nós representamos, Rui Barbosa defendia a imprensa livre.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação o requerimento.

As Sr^as e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência encaminhará o voto de pleno restabelecimento.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Augusto Botelho, Mário Couto, Marconi Perillo, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, hoje, vou aproveitar o meu discurso para fazer um elogio e um alerta.

O elogio, Sr. Presidente, é para a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do meu Estado, Roraima, que lançou recentemente a campanha “Tu-

rismo Sexual: não embarque nessa viagem!”. A ótima iniciativa do Secretário de Estado, Haroldo Eurico, tem por objetivo alertar e mobilizar os cidadãos e cidadãs de Roraima contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para conscientizar a população do meu Estado e tornar mais fácil a denúncia de qualquer tipo de exploração contra crianças e adolescentes, o governo de Roraima criou uma bem concebida cartilha de bolso.

Mais de OITO MIL exemplares dessa cartilha já foram distribuídos em todo o Estado de Roraima. Ela contém trechos em espanhol, para alertar os turistas dos países que fazem fronteira com Roraima, além dos números de telefones por onde se pode denunciar o a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, de dar o número gratuito do Programa Sentinel em Roraima.

O Programa Sentinel foi criado em 2001 para cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

As ações do Programa Sentinel são desenvolvidas pelos Centros de Referência que funcionam em cada município, atendendo crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, vítimas de abuso e de exploração sexual comercial. O número de telefone gratuito do Sentinel em Roraima é 0800 280 9534. Os Centros de Referência do Programa Sentinel funcionam em prédios fornecidos pelos próprios municípios onde é desenvolvido o serviço de atendimento aos jovens vítimas da violência sexual. Nesses locais, são executadas ações especializadas de atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes. Algumas das ações desenvolvidas nos Centros de Referência são a abordagem educativa, o atendimento multiprofissional especializado, o apoio psicossocial e jurídico, o acompanhamento permanente, o abrigamento por 24 horas (quando é o caso), além do apoio ao sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes vítimas da Exploração Sexual.

Quero também fornecer o número do Juizado da Criança e do Adolescente de Roraima, que também recebe denúncias de abusos e crimes contra as crianças e adolescentes. O número do Juizado em Roraima é 95 3621 2776.

O Programa Sentinel e os Juizados da Criança e do Adolescentes de cada Estado são serviços

fundamentais que devem estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros, para que o Turismo Sexual seja combatido com eficácia e possa ser eliminado definitivamente do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, eu disse que faria um elogio e um alerta.

O alerta é para o fato de o Brasil possuir atualmente mais de 240 rotas com fins de exploração sexual e corrupção de menores.

Mesmo depois de todo o esforço da CPMI da Exploração Sexual, presidida de modo brilhante pela Senadora Patrícia Saboya, e que gerou sete projetos de lei, a prática da exploração sexual de crianças e adolescentes continua presente em todo o Brasil. Aparece tanto em cidades grandes como nos pequenos municípios.

A exploração sexual de crianças e adolescentes, como concluiu a CPMI, não está ligada somente à pobreza e à miséria, mas também a questões culturais, como o preconceito racial e a idéia de que o adulto tem poder sobre a criança. Segundo o Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, anualmente são registrados em todo o mundo mais de dois milhões de casos de crianças e adolescentes explorados comercialmente em práticas sexuais. No Estado de Roraima não há registros muito precisos, mas, de acordo com os números fornecidos pela coordenadora do Programa Sentinela de Boa Vista, em 2006 foram atendidos 2.467 casos de exploração sexual no meu Estado.

A exploração sexual comercial no Brasil – o Turismo Sexual principalmente – conta com a ação organizada de redes criminosas que reduzem meninas e meninos à condição de mercadoria.

Infelizmente, a conclusão do relatório da CPMI da Exploração Sexual se mostra mais atual do que nunca: “A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes está em forte expansão no território brasileiro”.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), com apoio do Unicef, realizaram um estudo que revela a ocorrência de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em 937 cidades do Brasil. Segundo o levantamento, a maioria dos municípios está na região Nordeste e Sudeste. Roraima ficou em último lugar nessa pesquisa, mas o crime ainda ocorre no meu Estado.

Roraima, infelizmente, ainda é rota para envio de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual para Estados como Pará, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Goiás. Nossas crianças e jovens também são levadas para países como Venezuela,

Guiana Francesa, Holanda e Suriname. Sempre para serem explorados sexualmente.

Precisamos dar um basta ao turismo sexual no Brasil!

A violação aos direitos de Crianças e Adolescentes deve ser enfrentada com políticas de prevenção, atendimento e defesa desses direitos.

A ação preventiva da sociedade pode ajudar a combater as ações de abuso e exploração sexual, mas somente uma ação efetiva do governo, como está sendo feito no meu Estado, poderá minimizar o problema. Por isso, senhor presidente, senhoras e senhores senadores, volto a parabenizar a iniciativa da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do meu Estado.

No caso específico do Turismo Sexual, é preciso construir um consistente pacto no Brasil para combater esse crime com a colaboração do Poder Público, da sociedade civil e, sobretudo, dos segmentos ligados ao turismo, como agências, guias, hotéis, bares, restaurantes, boates e motoristas de táxis. Quero lembrar que o combate ao abuso e exploração sexual é dever de todos nós como cidadãs e cidadãos, da sociedade civil, e também dos governos.

Fico feliz de que meu Estado esteja comprometido com o fim desse problema e espero, num segundo momento, poder trazer a esta tribuna as boas novas dos resultados das ações iniciadas em Roraima.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Ninguém escapou”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 5 de setembro de 2007.

A matéria destaca que o STF, Supremo Tribunal Federal, aceitou a denuncia e decidiu indiciar os quarenta acusados no escândalo do mensalão, esquema de propina paga aos partidos da base aliada do governo Lula, com a intenção de votar matérias de interesse desse governo.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NINGUÉM ESCAPOU

Os 40 acusados no escândalo do mensalão que responderão a processos no STF

José Genoíno,
ex-presidente do PT

José Dirceu,
ex-ministro
da Casa Civil

■ Corrupção ativa
■ Formação
de quadrilha

Silvio Pereira,
ex-secretário-geral do PT
■ Formação de quadrilha

Zilmar Fernandes,
sócia de Duda Mendonça

■ Lavagem de dinheiro
■ Evasão de divisas

Duda Mendonça,
ex-marqueteiro do PT
■ Lavagem de dinheiro
■ Evasão de divisas

Delúbio Soares,
ex-tesoureiro do PT
■ Corrupção ativa
■ Formação
de quadrilha

Silviano Santiago
ex-diretora da SMPB
■ Lavagem de dinheiro
■ Formação de quadrilha
■ Evasão de divisas
■ Corrupção ativa

OS PRINCIPAIS MOMENTOS DO MAIOR ESCÂNDALO DO GOVERNO LULA

18 de maio

VEJA revela a existência de um esquema de corrupção nos Correios e mostra cenas de vídeo em que um funcionário da estatal, ligado ao presidente do PTB, Roberto Jefferson, aparece recebendo propina

6 de junho

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, Jefferson accusa o governo de pagar a deputados para votar de acordo com interesses do Planalto. Menciona, pela primeira vez, a palavra "mensalão"

22 de junho

VEJA publica a agenda de **Fernanda Karina Somaggio**, ex-secretária de Marcos Valério, acusado por Jefferson de ser o "operador" do esquema de suborno de parlamentares. A agenda atesta a proximidade de Valério com Delúbio Soares e Silvio Pereira, além dos deputados João Paulo Cunha e José Mentor

14 de junho

Jefferson accusa José Dirceu de ser chefe do esquema. E aconselha o então ministro: "Rápido, saia daí rápido, Zé". Dois dias depois, Dirceu renuncia

9 de junho

Começa a funcionar a CPI dos Correios para investigar a denúncia

Kátia Rabello,
presidente do
Banco Rural

- Lavagem de dinheiro
- Gestão fraudulenta
- Formação de quadrilha
- Evasão de divisas

Ayanna Tenório,
ex-vice-presidente do
Banco Rural

- Lavagem de dinheiro
- Gestão fraudulenta
- Formação de quadrilha

José Roberto
Salgado,
vice-presidente do
Banco Rural

- Lavagem de dinheiro
- Formação de quadrilha
- Evasão de divisas
- Gestão fraudulenta

Rogério Tolentino,
sócio de Marcos
Valério

- Lavagem de dinheiro
- Corrupção ativa
- Formação de quadrilha

4 de julho
Silvio Pereira renuncia
à secretaria-geral do PT.
Duas semanas depois,
o *Jornal Nacional*, da
Rede Globo, mostra
que ele aceitou um
carro de presente de
uma empresa com
negócios no governo

6 de julho
Reportagem de VEJA revela que,
ao contrário do que afirmara antes,
o então presidente do PT, José
Genoíno, avalizou um empréstimo
de 2,4 milhões de reais para o
partido, juntamente com o
publicitário Marcos Valério

24 de julho
Pesquisa Datafolha mostra que a reprovação ao presidente Lula atingiu nível recorde e
que 28% dos brasileiros acham que ele está envolvido com o mensalão. Dezenove
dias depois, Lula vai à TV falar sobre o caso pela primeira vez. Com os olhos
vermelhos e voz emocionada, diz que se sente traído (mas jamais revelaria por quem)

9 de julho
Genoíno renuncia à
presidência do PT

Marcos Valério entrega à Procuradoria-Geral da
República a primeira lista do valerioduto.
Cinco dias depois, o jornal *O Globo* revela
que a mulher do ex-presidente da Câmara
João Paulo Cunha retirou 50 000 reais de
uma agência do Banco Rural.
Até então ele havia dito que a
mulher estivera na agência para
“pagar uma conta da TVA”

Marcos Valério,
ex-dono das agências
SMPB e DNA

- Lavagem de dinheiro
- Peculato
- Corrupção ativa
- Formação de quadrilha
- Evasão de divisas

Cristiano Paz,
sócio de Marcos
Valério

- Peculato
- Corrupção ativa
- Lavagem
de dinheiro
- Formação
de quadrilha
- Evasão
de divisas

Ramon Hollerbach,
sócio de
Marcos Valério

- Lavagem de dinheiro
- Corrupção ativa
- Formação de quadrilha
- Evasão de divisas
- Peculato

Geiza Dias,
funcionária da SMPB

- Lavagem de dinheiro
- Corrupção ativa
- Formação de quadrilha
- Evasão de divisas

Luiz Gushiken, <i>ex-ministro da Secretaria de Comunicação</i>	Roberto Jefferson, <i>ex-deputado do PTB</i>	Pedro Henry, <i>ex-líder do PP</i>	Pedro Corrêa, <i>ex-presidente do PP</i>	João Cláudio <i>Genu,</i> <i>ex-assessor do PP</i>
■ Peculato	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva ■ Formação de quadrilha	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva ■ Formação de quadrilha	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva ■ Formação de quadrilha
José Luiz Alves, <i>ex-assessor do ex-ministro</i> Anderson Adauto	Anderson Adauto, <i>ex-ministro dos Transportes</i>	Henrique Pizzolato, <i>ex-diretor de marketing do Banco do Brasil</i>	Romeu Queiroz, <i>ex-deputado do PTB</i>	José Janene, <i>ex-deputado do PP</i>
■ Lavagem de dinheiro	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção ativa	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva ■ Peculato	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva ■ Formação de quadrilha
■ NÚCLEO DO GOVERNO	■ José Borba, <i>ex-deputado do PMDB</i>	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva	■ Lavagem de dinheiro ■ Corrupção passiva	

Professor Luizinho,
ex-deputado do PT

■ Lavagem de dinheiro

SACADORES DO VALERIODUTO

LAVANDERIA DE DINHEIRO

3 de agosto

VEJA revela que um dos nomes autorizados a sacar dinheiro do valerioduto é **Roberto Marques**, amigo e assessor informal de José Dirceu. Dirceu diz que o Bob em questão não é o seu Bob. O alegado "homônimo" do Bob de Dirceu nunca apareceu

11 de agosto

Em depoimento à CPI dos Correios, Duda Mendonça admite que recebeu
- ilegalmente 10,5 milhões
de reais do PT
numa conta no
Brasil

14 de setembro

A Câmara dos Deputados cassa o mandato de Roberto Jefferson

16 de outubro

Delúbio Soares comemora aniversário num sítio em Goiás.
Ao jornal *O Estado de S. Paulo*, diz que o mensalão virará "piada de salão"

3 de novembro

A CPI dos Correios descobre que foram para o valerioduto 10 milhões de reais da publicidade do Banco do Brasil, sob responsabilidade do ex-diretor de marketing Henrique Pizzolato

1º de setembro

Em reunião conjunta, CPIs solicitam a cassação de dezoito parlamentares por envolvimento no mensalão

**Paulo Rocha,
deputado
do PT**

**■ Lavagem
de dinheiro**

**Anita Leccádia,
ex-assessora de
Paulo Rocha**

**■ Lavagem
de dinheiro**

**Antônio Lamas,
irmão de Jacinto Lamas
■ Lavagem de dinheiro
■ Formação
de quadrilha**

**Vaidemar Costa Neto,
deputado do PR**

**João Paulo Cunha,
deputado do PT**

**João Magno,
ex-deputado
do PT**

**■ Lavagem
de quadrilha**

**■ Lavagem de dinheiro
■ Corrupção passiva
■ Formação
de quadrilha**

**Jacinto Lamas,
ex-tesoureiro do PL**

**■ Lavagem de dinheiro
■ Corrupção passiva
■ Formação de quadrilha**

**Emerson Palmieri,
ex-tesoureiro do PTB**

**■ Lavagem
de dinheiro
■ Corrupção
passiva**

30 de novembro

A Câmara dos Deputados cassa o mandato de José Dirceu

30 de março

O procurador-geral da República, **Antônio Fernando Souza**, oferece denúncia à Justiça contra quarenta pessoas por envolvimento no mensalão e chama José Dirceu de "chefe da quadrilha"

De 31 de março de 2006 a 20 de agosto de 2007

O caso fica em análise no STF

23 de março

A então deputada federal **Angela Guadagnin** (PT-SP) comemora a absolvição do deputado João Magno (PT-MG) com uma dança no plenário da Câmara dos Deputados que ficou conhecida como "a dança da pizza". A coreografia custou o mandato da petista, que não conseguiu se reeleger naquele ano e virou símbolo da impunidade no país

**Carlos Alberto Quaglia,
dono da empresa Natimar**

**■ Lavagem de dinheiro
■ Formação de quadrilha**

**Breno Fischberg,
sócio da corretora
Bonus-Banval**

**■ Lavagem de dinheiro
■ Formação de quadrilha**

**Enivaldo Quadrado,
sócio da corretora Bonus-Banval**

**■ Lavagem de dinheiro
■ Formação de quadrilha**

28 de agosto

O STF aceita as últimas denúncias oferecidas pela procuradoria. Todos os quarenta acusados de participar do esquema do mensalão tornam-se réus

COMO VOTARAM OS MINISTROS

Os magistrados discordaram pouco entre si e aceitaram 102 das 113 denúncias oferecidas

	REJEITARAM A DENÚNCIA	CARLOS AYRES BRITTO	CÁRMEN LÚCIA	CELSO DE MELLO	CÉZAR PELOSO	ELLEN GRACIE NORTHFLEET	EROS ROBERTO GRAU	GILMAR MENDES
	ACEITARAM A DENÚNCIA							
JOSÉ DIRCEU	Peculato							
	Corrupção ativa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Formação de quadrilha	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
LUIZ GUSHIKEN	Peculato	✓	✓		✓	✓		
JOSÉ GENOÍNO	Peculato							
	Corrupção ativa	✓	✓	✓	✓	✓		
	Formação de quadrilha	✓	✓	✓	✓	✓		✓
JOÃO PAULO CUNHA	Peculato	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Corrupção passiva	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Lavagem de dinheiro		✓	✓	✓	✓	✓	
MARCOS VALÉRIO	Peculato	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Corrupção ativa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Formação de quadrilha	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Falsidade ideológica	✓						
	Lavagem de dinheiro	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Evasão de divisas	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
SILVIO PEREIRA	Peculato							
	Corrupção ativa							
	Formação de quadrilha	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
DELÚBIO SOARES	Peculato							
	Corrupção ativa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Formação de quadrilha	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
DUDA MENDONÇA	Lavagem de dinheiro	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Evasão de divisas	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

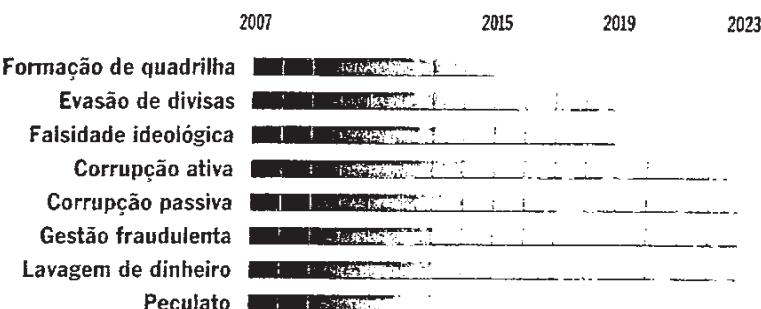
CORRIDA CONTRA O TEMPO

Há duas maneiras de um crime prescrever: antes do julgamento e depois do julgamento. A segunda forma é a que mais pode beneficiar os réus do mensalão.

MARCO AURÉLIO MELLO	RICARDO LEWANDOWSKI	JOAQUIM BARBOSA
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<

ANTES DO JULGAMENTO

Por esse critério, o prazo de prescrição é calculado pela pena máxima de cada crime e contado a partir da data do recebimento da denúncia



Risco de prescrição: REMOTO

A data de prescrição mais próxima, relativa ao crime de formação de quadrilha, se daria em 2015. A estimativa é que os julgamentos ocorram antes disso, em 2012.

DEPOIS DO JULGAMENTO

Pela lei, a prescrição de um crime pode se dar mesmo depois da condenação do réu. Nesse caso, o prazo para a prescrição varia de acordo com a pena recebida. A contagem começa a partir do recebimento da denúncia.*



Risco de prescrição: **GRANDE**

Exemplo: no processo por corrupção, José Dirceu é condenado à pena mínima (dois anos). Nesse caso, o prazo de prescrição, que pelo critério anterior seria de dezesseis anos, cai para quatro anos. Isso significa que, se o julgamento ocorrer em 2012, Dirceu não terá de cumprir pena alguma, já que o crime terá prescrito um ano antes.

* A tabela passa-se na hipótese de os raios soarem condensados à sua máxima projeção para cada resultado.

O que significa cada crime

Formação de quadrilha Associação de quatro ou mais pessoas com o intuito de cometer um crime	Falsidade ideológica Inserir declaração falsa em documento público	Corrupção passiva Aceitar vantagem indevida em razão do cargo público ocupado	Lavagem de dinheiro Dissimular recursos de origem ilícita com o objetivo de realocá-los no sistema financeiro
Evasão de divisas Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de mandar dinheiro para fora do país	Corrupção ativa Oferecer vantagem indevida a funcionário público em troca de benefícios para si, ou para outros	Gestão fraudulenta Cometer atos ilícitos a frente de instituição financeira	Peculato Apropriar-se de dinheiro ou bem de outra pessoa em função do cargo público que ocupa

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Repórteres sem Fronteiras critica ataque do PT à mídia”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

Faço o registro dessa matéria para destacar que a maior ONG de defesa da liberdade de imprensa no mundo, a Repórteres sem Fronteira – RSF, divulgou uma carta aberta ao presidente Lula e ao presidente do PT criticando a postura beligerante de líderes da sigla contra a imprensa do País.

Destaco, ainda, que a referida matéria publicou comentário do diretor do Escritório para Américas da

RSF, Benoît Hervieu, sobre o assunto: “Um país não pode se apresentar como democrático e livre se pedir à imprensa que não reverbera os problemas do País”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Repórteres sem Fronteiras critica ataque do PT à mídia

Carta aberta da ONG a Lula considera sem fundamento nota do partido e pede “bom senso” às autoridades

Andrei Netto
ESPECIAL PARA O ESTADO
PARIS

A maior organização não-governamental de defesa da liberdade de imprensa do mundo, a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), divulgou ontem, em Paris, uma carta aberta ao presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Ricardo Berzoini, na qual critica a postura beligerante de líderes da sigla contra a imprensa do País.

A ONG classifica o documento do partido como “inopportunamente infundado”. A manifestação da entidade, assinada por seu secretário-geral, Robert Ménard, veio a público dois dias após a reunião da Executiva do PT na qual seus dirigentes denunciaram o que, em seu entender, é um “aproveitamento indevidamente” do acidente do voo 3054 da TAM, em São Paulo, que fez 199 vítimas no dia 17 de julho. Segundo Valter Pomar, secretário de Relações Internacionais do PT, há uma tentativa da oposição de rearticular ataques ao governo” e a “grande imprensa” estaria abordando o acidente de acordo com os interesses dessa oposição.

O texto do PT também se solidariza com o assessor especial

ITRECHOS DA CARTA

Robert Ménard
Secretário-Geral da RSF

“Esta decisão nos parece inopportunamente e sem fundamento”

“Ela não pode senão alimentar o rancor e deve ser reconsiderada”

“Deveria a imprensa se calar? É possível responsabilizar a mídia pela insatisfação provocada pela emoção coletiva decorrente da tragédia?”

da Presidência, Marco Aurélio Garcia, criticado pelos gestos obscenos que fez – e que foram filmados por um jornalista – ao ouvir uma informação que, em tese, absolveria o governo de culpa na tragédia da TAM.

Na sua nota, a RSF se mostrou preocupada com as consequências da resolução petista, que “vem a público após o grande efeito midiático dado às manifestações que se seguiram à catástrofe aérea no Aeroporto de Congonhas e às vaias endereçadas ao presidente Lula quando da abertura dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro”, afirma o autor, que depois pergunta: “Este efeito deve ser entendido como uma crítica sistemática ao governo? A mídia deveria deixar esses eventos passa-

rem despercebidos?”.

O texto pede calma ao presidente Lula e a Berzoini e diz contar com “a sabedoria” de ambos. “A resolução do PT é um mau sinal, indigno de um partido democrático. Ela não faz nada além de alimentar os rancores. Ela deve ser reconsiderada.” A noite, o diretor do Escritório para Américas da RSF, Benoît Hervieu, reforçou a posição apartidária da ONG e lembrou ao **Estado** a responsabilidade do Brasil na manutenção da liberdade de imprensa na América Latina. “O Brasil é um exemplo importante no continente, mas que enfrenta tensão entre o poder político e a imprensa. Depois do acidente, vive-se um momento de calor emocional, e os meios de comunicação ecoam as preocupações públicas sobre o fato”, ressaltou.

Para Hervieu, a resolução “não é uma boa ideia se falarmos de um partido que está no poder”. E acrescentou: “Um país não pode se apresentar como democrático e livre se pedir à imprensa que não reverbera os problemas do País.” ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Prefiro cães a ladrões”, publicada pela revista **Veja** de 29 de agosto do corrente.

A matéria destaca a entrevista com o empresário João Doria Jr., um dos líderes do “cansei”, ironizado por militantes do governo Lula por ter organizado um passeio de “cachorros de madame”. Segundo Doria Jr., é antidemocrático impedir ricos de se manifestar. “Desde quando, para você ter o direito de se expressar, é preciso ter atestado de pobreza?”

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“PREFIRO CÃES A LADRÕES”

Um dos líderes do “Cansei”, ironizado por ter organizado um passeio de “cachorros de madame”, diz que é antidemocrático impedir ricos de se manifestar

Thais Oyama

O empresário, jornalista e publicitário João Doria Jr. não bebe, não fuma, não fala palavrão e, graças ao apreço que tem pelos detalhes — e ao gel, que usa desde os 9 anos de idade —, jamais foi visto em público com um fio de cabelo fora do lugar. João Doria Jr. é um perfeccionista, um trabalhador obcecado e um dinamômetro do meio empresarial. Começou a trabalhar aos 13 anos, depois de ver o pai, o deputado federal João Doria, cassado em 1964, perder todo o patrimônio no exílio. Aos 18 anos, já era diretor de uma rede de TV e, aos 38, fundou um grupo de lideranças empresariais, o Lide, que reúne quase metade do PIB brasileiro. Hoje, aos 49 anos, é um dos líderes do Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, mais conhecido como “Cansei”. Criado a partir do acidente com o Airbus da TAM, inicialmente para protestar contra o caos aéreo e a corrupção, o “Cansei” já foi acusado de golpista, “elitista” e ilegítimo. Nesta entrevista a **VEJA**, Doria Jr. fala sobre as críticas que ele e seu movimento receberam, afirma que o brasileiro não perdoa quem faz sucesso e diz que os ricos têm, sim, o direito de protestar. “Ou agora é preciso apresentar atestado de pobreza e de filiação partidária para isso?”

Veja — O movimento que o senhor ajudou a criar já foi chamado de “co-

sa de dondocas enfadadas”, “conspiração da elite branca de Campos do Jordão” e “movimento dos cansados de andar de helicóptero”. Qual é o motivo dessa reação, na sua opinião?

Doria Jr. — Eu creditaria parte dessa reação à falta do exercício democrático. Nós vivemos um hiato, nestes últimos seis anos, em que não houve nenhum movimento novo na sociedade civil. Esse hiato provocou uma certa letargia no país. Então, quando há um movimento da sociedade civil, algumas pessoas — seja por incompreensão, seja porque não aceitam críticas — procuram desqualificá-lo. Eu entendo que o Brasil continua sendo uma democracia e, nesse contexto, todos os movimentos da sociedade civil, desde que pautados dentro da lei e da ordem, são importantes para a afirmação democrática do país. Venham eles de onde vierem.

Veja — E por que, no caso do “Cansei”, a origem do movimento tornou-se um ponto tão criticado?

Doria Jr. — Acho que por incompreensão, em primeiro lugar; por intolerância, em segundo lugar; e, em terceiro, um pouco porque o exercício da intelectualidade, muitas vezes, não admite que aqueles que não são intelectuais

exerçam o direito ao protesto, ao diálogo, à dúvida. O movimento tem pessoas que, vamos dizer, alcançaram posições elevadas nas suas empresas e, no Brasil, há um certo hábito de criticar quem faz sucesso. Tom Jobim foi o primeiro a observar isso quando disse que, no Brasil, o sucesso é ofensa pessoal. Penso que há um pouco esse comportamento atávico por parte da sociedade brasileira: o de achar que uma pessoa que faz sucesso não merece esse sucesso e tentar explicá-lo por meio de outras razões que não aquelas fundamentadas no trabalho, na dedicação e no esforço. No caso do "Cansei", parece que se é duplamente culpado. A pessoa é culpada por fazer sucesso e culpada porque, além de fazer sucesso, ainda quer se manifestar. Agora, eu pergunto: desde quando, para ter o direito de se expressar, você precisa ter atestado de pobreza? Quer dizer que se você é pobre pode se manifestar, mas se pertence à classe média ou usufrui um padrão alto de vida não tem o direito de se expressar? Isso é um equívoco, é antidemocrático.

Veja — *O senhor ficou surpreso com essa reação?*

Doria Jr. — Da parte do governo, nós não esperávamos que ela viesse com tanta força, mesmo porque o "Cansei" não foi feito para ser um movimento de oposição ao governo Lula. É um movimento pelo Brasil. Mas essa reação do governo acabou permeando parte da mídia, mesmo aquela formada por jornalistas competentes, ilustres e com DNA democrático — e que, talvez pela falta do exercício da crítica, acabaram também incorporando o movimento como algo golpista: "Ah, vocês são contra o Lula, contra o pobre imigrante que veio para o Sul na carroceria de um caminhão...".

Veja — *O senhor reconhece a existência de preconceito contra o presidente Lula pelo fato de ele ser nordestino, iletrado e de origem pobre?*

Doria Jr. — Eu não concordo com isso e não desqualifico o presidente Lula por sua origem humilde, assim como não concordo que se desqualifique uma pessoa que, por ter estudado e trabalhado, hoje ocupa uma posição de destaque na sociedade.

Veja — *O senhor não só ocupa uma posição de destaque na sociedade como, por causa de sua profissão, de seus hábitos e até de sua maneira de vestir-se, sempre esteve associado a um segmento muito restrito da elite brasileira, que muitas vezes é mostrada de forma*

gem como líder do "Cansei" não teria sido um marketing equivocado?

Doria Jr. — Não. Primeiro, porque o movimento não é de João Doria Jr. Depois, porque trabalho desde os 13 anos de idade. Não recebi nada de mão beijada. Meu pai, que foi cassado no golpe de 64 porque denunciou na Câmara Federal que o Brasil estava sendo vítima de um golpe, perdeu praticamente tudo no exílio, a começar pelos amigos. Minha mãe, que era dona-de-casa e nunca havia trabalhado antes, teve de começar a trabalhar. E eu comecei a trabalhar não por esporte, mas para ajudá-la, porque via o sofrimento dela. Saí de um colégio particular e fui estudar em uma escola pública — curso noturno, para poder trabalhar de dia em uma agência de publicidade. Deixei de andar com motorista particular para andar de ônibus — tomava seis conduções por dia. Do meu salário, ficava com 20%. Os outros 80% entregava a minha mãe. Comecei do zero. Do zero. E até hoje trabalho dezessete horas por dia — todos os dias. Pergunte a quem você quiser. Até quem não é meu amigo sabe que trabalho dezessete horas por dia.

“O sujeito, porque é pobre e anda descalço, está desqualificado para liderar um movimento? A atitude de quem me desqualifica pela minha situação socioeconômica é a mesma daqueles que desqualificam o sujeito de pé descalço. É injusta”

caricata. Isso não teria contribuído para estigmatizar o "Cansei"?

Doria Jr. — Talvez, talvez. Mesmo assim, nós temos de vencer essa discriminação. Alguém que é pobre, anda descalço e nasceu no sertão de Pernambuco está, por acaso, desqualificado para liderar algum movimento? A atitude de quem tenta me desqualificar por causa de minha situação socioeconômica é a mesma daqueles que desqualificam o sujeito de pé descalço. Ela é injusta nos dois extremos. Mas isso não me inibe. Isso não me arrepende. Eu sou um brasileiro como qualquer outro. Meu pai foi cassado no golpe de 64, eu fui exilado com ele...

Veja — *Mas o que vem à cabeça das pessoas é que o senhor promoveu um desfile de cachorros em Campos do Jordão.*

Doria Jr. — Eu prefiro caminhar com cães a caminhar com ladrões.

Veja — *De qualquer forma, do ponto de vista publicitário, o uso de sua ima-*

gem como líder do "Cansei" não teria sido um marketing equivocado?

Doria Jr. — Não senti que houve um temor das pessoas em relação ao juízo que outras poderiam fazer. "Será que minha empregada ou meu funcionário me avaliariam mal por isso?" Não, isso não senti. Agora, pelo temor de uma retaliação por parte do governo ou mesmo de uma patrulha por parte da imprensa, isso, sim. Esse temor eu senti. O Paulo Zottolo (presidente da Philips e um dos líderes do "Cansei", que afirmou que, se o estado do Piauí acabasse, "ninguém iria sentir falta"), por exemplo, que é um homem de bem, cometeu um descuido, pediu desculpas, e, mesmo assim, só falta quererem que ele seja imolado em praça pública.

Veja — *O Brasil viveu uma série de escândalos de corrupção nos últimos anos e nenhum deles foi suficiente para mobilizar um grupo a ponto de ele criar um movimento organizado de protesto. Por que o senhor acha que isso só ocorreu agora?*

Doria Jr. — Esses escândalos podem não ter mobilizado o suficiente, mas mobilizaram, sim. Tanto que o combate à corrupção, com punição aos corruptos e corruptores, é o ponto número 1 da proposta do movimento "Cansei". O segundo é a reforma tributária. O Brasil tem excesso de impostos — e os impostos, ao contrário do que alguns dizem erroneamente, penalizam o trabalhador, o cidadão que tem carteira assinada, paga impostos e não tem retribuição. O caos aéreo pode ter sido o ponto de partida do "Cansei", mas isso só aconteceu porque ele catalisou uma série de insatisfações que vinham crescendo. Dez meses de caos aéreo provocaram uma sensibilização enorme na sociedade — e principalmente na classe média, que se sentiu desassistida e pouco respeitada nos seus direitos. O fato de a classe mais pobre não viajar de avião — ou melhor, mal viajar — não deve ser suficiente para desqualificar o direito de milhares de pessoas que usam o transporte aéreo para trabalhar, para fazer um tratamento de saúde, para estudar ou mesmo para usufruir lazer, que também é um direito legítimo. E a indignação foi ainda maior porque revelou a falta de eficiência do governo na gestão de um problema grave. O governo levou dez meses para trocar um ministro! Eu não contratai pessoas para trabalhar na minha empresa porque são minhas amigas ou porque comungam das minhas opiniões. Contrato porque elas são eficientes para cumprir o seu papel. E, se eu errar, convido a pessoa a deixar a empresa. O Lula levou dez meses para trocar o Waldir Pires, que é um homem de bem. Mas não basta ser um homem de bem para ser ministro.

Veja — *O senhor disse que o "Cansei" agora deverá passar para uma segunda fase, propulsiva. No que consistirá essa fase?*

Doria Jr. — O movimento tem cinco propostas, que são: combate à corrupção, com punição aos corruptos e corruptores, reforma tributária, prioridade à educação, melhoria da eficiência da gestão pública e a da segurança pública. Nós vamos apresentar propostas que possam melhorar esses cinco pontos — que estão longe de ser as únicas deficiências do país ou dos estados e municípios, mas são ao menos as mais urgentes, na nossa visão. No que diz res-

peito ao combate à corrupção, por exemplo, trataremos dos leilões eletrônicos, algo que o governo Mario Covas começou a fazer com resultados fantásticos. A economia que o sistema proporciona e a capacidade de ele neutralizar a corrupção são quase absolutas.

**"Senti que alguns
temeram uma
retaliação do governo
ou uma patrulha da
imprensa. O Paulo
Zottolo, que é um
homem de bem,
cometeu um
descuido, pediu
desculpas, e,
mesmo assim, só
falta quererem que
ele seja imolado
em praça pública"**

Veja — *O senhor disse que trabalha dezessete horas por dia. Quantas horas dorme por noite?*

Doria Jr. — Muito pouco: quatro horas. Se você tem paz de espírito, pode dormir pouco porque descansa bem. Eu descanso muito bem e não tomo barbitúricos para dormir, nunca tomei. Assim como nunca bebi e nunca fumei. E olha que vou para a cama tarde. Saio do escritório, todos os dias, às 1 e meia da manhã. Até esse horário, pode ligar aqui que você me encontra. Mesmo quando tenho um compromisso à noite, vou cedo, fico o suficiente para que a pessoa perceba a minha presença como um gesto positivo, simpático, e volto para cá.

Veja — *Não sobra muito tempo para a família, então?*

Doria Jr. — Eu levo meus filhos à escola todos os dias, exceto nas terças e quintas, quando faço fisioterapia. Amo meus filhos, amo minha mulher, amo minha família. Tenho três filhos, uma esposa e um único casamento — há quatorze anos. E amo todos, inclusive por-

que eles compreendem meu ritmo de vida. Mas eu convivo com meus filhos, converso com eles. Tenho o hábito de estabelecer um tema por dia para conversar com eles a caminho da escola, o tema do diálogo que teremos.

Veja — *Qual foi o tema de hoje?*

Doria Jr. — "Respeito aos mais velhos". Expliquei por que eles têm de respeitar, ouvir e obedecer as pessoas que têm mais idade — sejam elas seus pais, seus tios, seus amigos ou seus professores. Uso a linguagem deles, evidentemente. Cada dia escolho um tópico e às vezes repito um que já usei, porque isso, você sabe, é dinâmica de ensino. Vou marcando os teminhos num caderno para retomar um pouco mais adiante.

Veja — *É verdade que o senhor usa gel desde os 9 anos de idade?*

Doria Jr. — É que papai usava. Eu o via usar — era Gumex que se chamava naquela época — e comecei a usar também. Uso até hoje.

Veja — *Tendo começado a trabalhar tão cedo e passado por dificuldades como as que o senhor relatou, o fato de ter sua imagem associada à de um mauricinho deve incomodá-lo, não?*

Doria Jr. — Eu sou uma pessoa muito tolerante. Tenho um bom espírito. Eu não brigo, eu não xingo, eu não falo palavrão nunca. E não falo mal nem de quem merece. Acho apenas que tenho uma trajetória que deve ser respeitada. Eu não recebi um pacote de Deus. Deus não me abençou e disse: "Olha, tá aqui o escritório, a gravata, o carro, o paletó". Então, acho que ninguém tem o direito de desqualificar aqueles que já não estão no estado de pobreza, que evoluíram e progressaram na vida, aqueles que geram riqueza, oportunidades de emprego e que pagam seus impostos. Assim como ninguém deveria tolher o direito de pessoas com um bom padrão de vida de se manifestar. Não vejo por que você precisa de autorização para realizar seu protesto e não vejo por que, para obter essa autorização, você tem de anexar à solicitação um atestado de pobreza ou de filiação partidária. Aliás, é muito mais fácil para o rico não fazer nada. Mas eu aprendi há muito tempo que não existe atitude pior do que a omissão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado, “Negócio sob suspeita”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** em sua edição de 7 de agosto de 2007.

O artigo refere-se a mal explicada operação de compra do controle acionário da Suzano Petroquímica pela Petrobrás. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) quer saber se houve uso de informações privilegiadas. Segundo o que foi apurado, a CVM tem

fortes indícios de que houve sim, vazamento de informações.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Negócio sob suspeita

Começou mal e foi mal explicada a operação de compra do controle acionário da Suzano Petroquímica pela Petrobrás, na última sexta-feira. As cotações e o volume de negócios com os papéis da Suzano Petroquímica, na Bolsa de Valores, já apresentavam alta expressiva nos últimos dias, indício claro de vazamento de informações. Além disso, o negócio está sendo entendido como uma clara indicação de que a Petrobrás estaria dando passos decisivos para reestatizar a petroquímica. O que é certo é que as coisas foram muito malfeitas.

A Petrobrás pagou R\$ 13,44 por ação ordinária e R\$ 10,76 por ação preferencial, perfazendo R\$ 2,1 bilhões – quase o dobro do valor de mercado da Suzano Petroquímica, medido pela cotação de seus papéis em Bolsa, multiplicado pelo número de ações. Na quinta-feira, as preferenciais fecharam a R\$ 5,70 e não houve operações com as ordinárias, com oferta de compra a R\$ 5,00. Um dia depois, anunciada a venda, os papéis preferenciais da empresa adquirida foram suspensos às 12h15 e, na reabertura, às 16h25, subiram 56,32%.

Especialistas consideraram absurdamente elevado o preço pago pela Petrobrás. E, como a Suzano Petroquímica tem seus papéis negociados no Nível 2 de Governança Corporativa, todos os acionistas com ações preferenciais terão direito a receber 80% do valor pago pelas ordinárias, o que aumentará o desembolso da Petrobrás para R\$ 2,7 bilhões.

A Comissão de Valores Mo-

biliários (CVM) quer saber se houve uso de informação privilegiada (*inside information*). E tem fortes indícios de que houve. Em julho, as ações PN da Suzano Petroquímica subiram 14,02%, enquanto o Índice Bovespa caia 0,39%. E quase dobrou o volume diário negociado, de R\$ 2,3 milhões, em julho, para R\$ 3,9 milhões, em julho, aumentando para R\$ 5 milhões na terça-feira, R\$ 10 milhões na quarta-feira e R\$ 16 milhões na quinta-feira. “Não houve uma oscilação grande de preço, mas o volume cresceu muito”, observou o superintendente de Relações com o

É preciso examinar a fundo o que a Petrobrás quer na petroquímica

Mercado e Intermediários da CVM, Waldir Nobre. “Se aparecer algo muito evidente, abriremos um termo de acusação formal dentro da CVM. Mas, se houver evidências, mas não provas cabais, abriremos um inquérito administrativo para apurar o caso”, disse. É a segunda vez, neste ano, que a CVM se ocupa de operações em Bolsa envolvendo a Petrobrás. A primeira foi em março, quando a estatal adquiriu, com o Grupo Ultra e a Braskem, o controle do Grupo Ipiranga.

Está em jogo, agora, o controle da petroquímica – um setor de capital intensivo cuja matéria-prima básica é a nafta, produzida em sua quase totalidade pela Petrobrás. Ao comprar a Suzano Petroquímica, a Petrobrás afasta do setor petroquímico o Grupo Suzano,

que até agora era líder na produção de polipropileno. Há alguns meses, aventava-se a possibilidade de que, junto com o Grupo Unipar, a Suzano criaria o Pólo Petroquímico do Sudeste, que disputaria o mercado com os pólos do Nordeste e do Sul, liderados pela Braskem, do Grupo Odebrecht.

Com as duas últimas aquisições – do Grupo Ipiranga e do braço petroquímico do Grupo Suzano –, a Petrobrás passou a controlar 30% da produção nacional do setor, calcula um analista da corretora Ágora, Luiz Otávio Broad.

O risco de reestatização do setor preocupa. “O importante é que a Petrobrás explique o seu papel no processo de consolidação da petroquímica brasileira”, afirmou o presidente da Braskem, José Carlos Grubisich. “Como previsto, a liderança cabe ao setor privado”, declarou. Espera-se que esteja certo. No passado, a Petrobrás abandonou seu objetivo central, o chamado *core business* – explorar e refinar petróleo –, para entrar em outros setores, atrasando a produção do óleo bruto, em que terá de investir muito, no futuro, para manter o nível das reservas brasileiras.

Em entrevista ao **Estado** de domingo, o economista Claudio Considera ressaltou o perigo representado pelo alto grau de concentração do setor nas mãos da Petrobrás. “A concorrência pode estar sendo sacrificada”, disse Considera, ex-secretário de Acompanhamento Econômico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “De volta à prisão”, publicada na revista **Veja** de 15 de agosto do corrente.

A matéria destaca com a repatriação em tempo recorde dos pugilistas cubanos Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, menos de 48 horas antes que pudesse pedir asilo político, a diplomacia brasileira, sob a batuta do governo Lula, contraria uma tradição do nosso país nas questões internacionais e pela disposição de ajuda aos refugiados.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

De volta à prisão

O governo poderia se perguntar: por que Cuba não tem pescadores nem velejadores oceânicos?

A repatriação dos boxeadores de Cuba Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, no dia 4, contraria uma tradição cara à diplomacia brasileira. O país sempre se notabilizou pela imparcialidade nas questões internacionais e pela disposição de ajuda aos refugiados. Isso foi desconsiderado quando a Polícia Federal, em menos de 48 horas, os colocou a bordo de um avião de volta a um país onde os direitos civis dependem do humor do ditador e onde dissidentes são presos e fuzilados por tentar escapar do país. Premidos por ameaças aos direitos e à segurança de suas famílias, eles não tiveram outra saída senão desistir de lutar por sua liberdade. Jovens que vivem sob regime ditatorial, e com as dificuldades de quem não domina o idioma, tendem a se intimidar quando se vêem diante de agentes de um governo que mantém relações mais que diplomáticas com Cuba. Não houve tempo sequer para que entidades de direitos humanos pudessem oferecer-lhes ajuda. A Ordem dos

Advogados do Brasil e o Ministério Público Federal, que estavam acompanhando o caso, não foram avisados da repatriação. Disse a VEJA o procurador federal Leonardo Costa: “Fomos surpreendidos. Rigondeaux: ameaças à família e ajuda da PF não o deixaram esquivar-se de Fidel

com a rapidez do desfecho. Foi desastroso”.

Era evidente que os atletas pretendiam escapar da ditadura cubana. Eles se desligaram da delegação antes de disputar sequer uma luta dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. “O fato de terem abandonado a delegação era um sinal objetivo de que queriam asilo político”, diz José Miguel Vivanco, da ONG Human Rights Watch. Em todos os jornais e revistas, reportagens mostravam com clareza que já havia um acordo entre os boxeadores e a academia Arena Box Promotion, de Hamburgo, na Alemanha.

“Tratou-se como caso de polícia uma questão que evidentemente era diplomática”, afirma o deputado federal Fernando Gabeira. O Itamaraty não foi acionado. Para o ex-ministro brasileiro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia, o ato do governo foi “vergonhoso”. A diplomacia perdeu. Mas a perda maior terá sido sempre a dos dois atletas cubanos. No mundo do boxe, as possibilidades de melhorar de vida para quem ostenta duas medalhas olímpicas e um campeonato mundial são muito boas. Nada mais natural do que buscar a melhoria material. Fosse Cuba um país, e não uma fazenda dirigida por um capataz decrepito e ditatorial, os pugilistas cubanos poderiam também usar o talento para melhorar sua vida e a de sua família. Antes de repatriarem os atletas de Cuba, as autoridades brasileiras deveriam ter parado para pensar e responder a uma única pergunta: por que Cuba não tem iatistas nem pescadores oceânicos? Se pudessem responder, saberiam que estavam devolvendo a dupla de pugilistas a uma prisão. ■

Ronaldo Soares



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria publicada hoje no jornal **Correio Braziliense** sob o título “Tráfico tenta matar jornalista”.

A referida matéria trata de mais um crime com origem no tráfico de drogas. O jornalista Amaury Ribeiro Jr., que realizava para o **Correio Braziliense** uma série de reportagens sobre a ação de traficantes na região do entorno de Brasília, foi baleado na barriga, num atentado contra a liberdade de imprensa e contra uma ação que pretendia desvendar a situação do tráfico naquela região.

Esse atentado deixa claro que o Estado precisa tomar ações mais enérgicas contra o crime. Esse epi-

sódio é mais um exemplo de que o Estado perdeu o controle da situação e deixa clara a necessidade de que o governo precisa pensar mais rápido em políticas públicas voltadas para a melhoria da segurança da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria do **Correio Braziliense** passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TRÁFICO, EXTERMINIO E MEDO

Repórter é baleado na barriga em Cidade Ocidental, a 48km do Plano Piloto. Autor de reportagens sobre violência no Entorno publicadas no **Correio**, ele precisou ser operado no hospital do Gama e passa bem

PM MOSTRA UM DOS LOCAIS ATINGIDOS POR BALAS NA PAREDE DO BAR: ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE IMPRENSA

TRÁFICO TENTA MATAR JORNALISTA

GUILHERME GOULART E
ADRIANA BERNARDES
DA EQUIPE DO CORREIO

O tráfico de drogas no Entorno desafiou a sociedade mais uma vez. Bandidos tentaram executar o jornalista do *Estado de Minas* Amaury Ribeiro Jr., 44 anos, que há duas semanas realiza para o Correio uma série de reportagens sobre a ação dos traficantes na região. O crime ocorreu por volta das 19h, em Cidade Ocidental, a 48km de Brasília. O repórter estava em um bar na Quadra 8, do Setor Colina Verde, distante 4km do centro do município. Um rapaz disparou três tiros contra ele.

Uma testemunha disse que o autor dos disparos é um jovem moreno. Na hora do atentado, o criminoso usava bermuda branca, camisa preta e um gorro na cabeça. “O rapaz disse que era um assalto, mas imediatamente apontou um revólver para o jornalista e disparou três vezes”, afirmou um policial militar, que

pede para ter o nome preservado.

Um dos três tiros acertou a barriga do jornalista, nas proximidades da região pubiana. Os outros dois disparos atingiram a parede do bar. A dona do estabelecimento, que também pediu para não ser identificada, afirmou que minutos antes do crime serviu um caldo de galinha para o jornalista. Em seguida, Amaury pediu que ela aumentasse o volume da televisão para que pudesse assistir a um telejornal. A comerciante seguiu para os fundos do bar. “Ouvei barulhos de cadeira e os picos. Quando saí, ele (Amaury) já estava no chão e uma pessoa estancava o sangue que saía da barriga dele. Estou horrorizada. Nunca vou esquecer essa cena”, desabafou a mulher. O bandido fugiu em seguida.

Levado por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) para o Hospital Regional do Gama (HRG), Amaury foi submetido às 21h30 a uma cirurgia para retirada da bala, que estava alojada entre a cintura e a pélvis. Durante a operação, os

médicos identificaram que o projétil entrou de cima para baixo e seguiu em direção à perna esquerda. A bala se despedaçou em vários fragmentos, parando pouco abaixo da virilha. “Ele acusou de novo”, disse o cirurgião Giuliani Trombetta. Os médicos informaram que os fragmentos não foram retirados porque não causam problemas à saúde do jornalista. “O próprio organismo isola esse objeto estranho (fragmentos de bala)”, explicou o diretor do HRG, Norimassa Yoshioka. A cirurgia terminou às 23h10 e o jornalista passa bem.

Até o fechamento desta edição, policiais militares de Cidade Ocidental e Valparaíso e agentes da Delegacia de Operações Especiais (DOE) da Polícia Civil do Distrito Federal vasculhavam bairros do município atrás do criminoso. Eles trabalham com três linhas de investigação, todas ligadas ao tráfico de drogas. Um suspeito foi detido à meia-noite de ontem.

COLABORARAM JORGE DE CASTRO E MARCELA DUARTE

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 25, às 14 horas.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 24 minutos.)

PARECER N° 48, DE 2007

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso n° 8/007-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do caput do art. 56 da Lei Complementar n° 101, de 2000, – Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas do Tribunal de Contas da União – TCU, exercício de 2006”.

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

1. Apreciação**1.1. Introdução**

O Tribunal de Contas da União (TCU) remeteu ao Congresso Nacional, em 17 de julho de 2007, as contas concernentes ao exercício de 2006, em cumprimento ao art. 166, § 2º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 – CF/1988, c/c art. 56 da Lei Complementar n° 101, de 2000.

1.2. Análise do Tema

A CF/1988, art. 71, § 4º, efetivamente determina que o TCU encaminhe ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades. Mas a Lei n° 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – LOTCU), regulamenta a disposição constitucional da seguinte maneira:

“Art. 90. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas da União será exercida pelo Congresso Nacional, na forma definida no seu regimento comum.

§ 1º O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 2º No relatório anual, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos de controle e de sua eficiência, eficácia e economicidade.” (sem negrito no original)

O art 56 da Lei Complementar n° 101/00 determina que comporão as contas apresentadas pelo Pre-

sidente da República e as contas dos demais chefes de Poderes e Ministério Público.

Por sua vez, o § 2º daquele artigo determina que as contas dos Tribunais de Contas terão pareceres emitidos pela Comissão Mista Permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou equivalentes nas Casas Legislativas estaduais e municipais. Evidencia-se, portanto, a competência desta Comissão para pronunciar-se acerca da matéria em tela.

O art. 58 da LC n° 101/00 determina que as apresentações de contas devem evidenciar o desempenho na arrecadação, as medidas para combater a sonegação e as ações de recuperação de créditos.

Na falta de disposições emanadas do Congresso Nacional, acerca da forma e do conteúdo dos relatórios trimestrais e anuais encaminhados pelo TCU, o Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n° 155, de 4 de dezembro de 2002, vem disciplinando a matéria:

Art. 293. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

§ 1º Os relatórios trimestrais e anuais serão encaminhados pelo Tribunal ao Congresso Nacional nos prazos de até sessenta dias e de até noventa dias, respectivamente, após o vencimento dos períodos correspondentes.

§ 2º Os relatórios conterão, além de outros elementos, a resenha das atividades específicas no tocante ao julgamento de contas e à apreciação de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

1.3 – Análise do Relatório

Os limites temporais foram observados pelo TCU, cumpridos os prazos legais e constitucionais estabelecidos para o encaminhamento das contas pelo TCU.

No plano material, os seguintes pontos sintetizam os principais resultados obtidos pelo TCU no exercício de 2006, sem prejuízo de outras atividades desenvolvidas pelo Tribunal:

a) foram apreciados 8.015 processos, contra a autuação de 8.835;

b) apreciação de 127.754 atos de pessoal, sujeitos a registro, sendo 4.275 julgados irregulares;

c) aplicação de R\$502.624.725,70 em penalidades em contas e auditorias realizadas, o que afeta 7% dos processos analisados;

d) remessa de 953 processos ao Ministério Público da União;

e) formalização de 2.112 processos de cobrança executiva, montando a R\$ 354.841.547,05;

- f) apreciação de 2.099 recursos, dando-se provimento a 29%;
- g) foram apreciados 65 processos relativos à desestatização, ressaltando-se a auditoria de natureza operacional na Anatel, tendo como enfoque o direito dos usuários de serem atendidos com o devido padrão de qualidade e a execução do projeto relativo às Parcerias Público Privadas e a primeira autorização para realização de PPP (BR-116/BR-324, trecho Minas Gerais-Bahia);
- h) realização de 906 procedimentos de fiscalização;
- i) avaliação de 21 programas de governo;
- j) implementação de 56 medidas cautelares;
- k) realização de eventos de diálogo público, relativo à atuação das Organizações da Sociedade Civil de interesse público;
- l) foram promovidos 287 eventos de treinamento e oferecidas 2.295 vagas para servidores do TCU.

Cumpre destacar que não existem informações sobre o montante efetivamente recuperado por meio das decisões exaradas pelo TCU.

O TCU durante o exercício executou despesas no montante de R\$981.759.624,57, sendo R\$8.807.897,44 em despesas de capital e R\$820.802.121,32 em despesas de pessoal.

As contas do Presidente da República e dos demais chefes de Poder, no exercício de 2006, estão sendo apreciadas em parecer próprio.

1.4 – Dos Limites Estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal

A Portaria nº 53/2007-TCU aprovou o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2006 e traz a comprovação dos cumprimentos dos limites de despesa de pessoal e restos a pagar, conforme determina a LC nº 101/00.

2. Voto

Ante o exposto, votamos pelo conhecimento das contas concernentes ao exercício de 2006, em cumprimento ao art. 166, § 1º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 e, nos termos do § 2º do art. 56 da Lei Complementar nº 101/00, opinamos no sentido de que a Comissão aprove as contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, na forma do Decreto Legislativo anexo.

Sala da Comissão, de de 2007. Senador **Francisco Dornelles**, Relator – Senador **José Maranhão**, Presidente.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Aprova as contas do Tribunal de Contas da União, relativas ao exercício de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas relativas ao exercício de 2006, do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Senador **Francisco Dornelles**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Sétima Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, realizada em 29 de agosto de 2007, aprovou, por unanimidade, o Relatório do Senador Francisco Dornelles, ao Aviso nº 8/2007 – CN, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à aprovação das contas do Tribunal de Contas da União, relativas ao exercício de 2006. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 9 a 23-8-2007 (15 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Moraes, Segundo Vice-Presidente, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Sérgio Zambiasi e Wellington Salgado de Oliveira; e Senhores Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Eduardo Cadoca, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Gomes, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giacobo, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, João Leão, João Magalhães, José Pimentel, Lael Varella, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vignatti, Walter Pinheiro, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, 29 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Senador **Francisco Dornelles**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº , DE 2007**

Aprova as contas do Tribunal de Contas da União, relativas ao exercício de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas relativas ao exercício de 2006, do Tribunal de Contas da

União, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 29 de agosto de 2007. – Senador **José Maranhão**, Presidente – Senador **Francisco Dornelles**, Relator.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4736 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.307/92-1.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 117, de 1992, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **ALTENIR PEREIRA COUTINHO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 17 de agosto de 2007, sendo firmado o diagnóstico em 25 de junho de 2007, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4737 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 16.128/90-7 e anexo.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 114, de 1991, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o ex-servidor **DEMerval GOMES RIBEIRO**, Analista Legislativo, para excluir as vantagens previstas na Resolução nº 21/80 e incluir as vantagens previstas na Resolução 74/94, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4738 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 004.526/80-5.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 72/1980, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 23 de novembro de 2002, **SEVERINO JORGE TRINDADE SILVA**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir a vantagem 20% de acréscimo, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1.994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4739 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do processo nº 5.694/02-7.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 718, de 2002, que aposentou voluntariamente com proventos integrais o servidor **JOSÉ AUGUSTO COELHO DA SILVEIRA**, Analista Legislativo, nos seguintes termos: onde se lê, com a vantagem prevista no art. 1º da Res. 74/94, leia-se, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994.

Senado Federal, em 20 de setembro de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

Bahia

DEM – Antonio Carlos Júnior*^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque*^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro*^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *^(S)
(vago) ¹

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^(S)
(vago) ¹

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**^(S)

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *^(S)
PTB – Gim Argello**^(S)

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾	
(DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007

Designação: 5.6.2007

Instalação:

Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago)³	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB

Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB

Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB

Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago)¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azzeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – PcdB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) [†]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[†] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp 2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
 Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
 Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
 E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995	4^a Eleição Geral: 13.03.2003
2^a Eleição Geral: 30.06.1999	5^a Eleição Geral: 23.11.2005
3^a Eleição Geral: 27.06.2001	6^a Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁶
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	AM	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁷	AM	1413
Marisa Serrano ⁸	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 16.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleita na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito em 27.6.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP.

⁷ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

⁸ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

⁹ Eleita na Sessão de 16.8.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM-PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 21.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarde Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENmann (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. (vago) ⁴
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.9.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Deputado Gervásio Silva renunciou à vaga de suplente em 10.9.2007, conforme expediente encaminhado por meio do Ofício nº 313-L-DEM/07, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 14.9.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 05.09.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 164 PÁGINAS